



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ERICH SOARES DE OLIVEIRA

**OS INTELECTUAIS E A CULTURA: O ITINERÁRIO EDITORIAL DE
AFIRMAÇÃO DA GERAÇÃO CEARENSE DE 1940 (1938-1953)**

FORTALEZA

2019

ERICH SOARES DE OLIVEIRA

OS INTELLECTUAIS E A CULTURA: O ITINERÁRIO EDITORIAL DE AFIRMAÇÃO DA
GERAÇÃO CEARENSE DE 1940 (1938-1953)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Andréa Borges Leão.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O46i Oliveira, Erich Soares de.
Os intelectuais e a cultura : o itinerário editorial de afirmação da geração cearense de 1940 (1938-1953) /
Erich Soares de Oliveira. – 2019.
123 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Andréa Borges Leão.

1. Sociologia dos intelectuais. 2. Campo cultural. 3. Editoração de periódicos. I. Título.

CDD 301

ERICH SOARES DE OLIVEIRA

OS INTELECTUAIS E A CULTURA: O ITINERÁRIO EDITORIAL DE AFIRMAÇÃO DA
GERAÇÃO CEARENSE DE 1940 (1938-1953)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Andréa Borges Leão (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Mariana Mont'Alverne Barreto Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Enio Passiani
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Aos meus pais, Maria Gorete e José Cleodon.

À minha irmã Beatriz.

À minha paixão Ana Angélica.

Meus amores.

AGRADECIMENTOS

Em meados de 2012, durante o segundo ano da minha graduação em Ciências Sociais por esta mesma UFC, descobri, nas primeiras disciplinas ligadas à pesquisa, que poderia fazer da curiosidade pelos mundos da arte um campo de trabalho intelectual. Assim pude dedicar-me desde ali à atividade de pesquisa e contar, já muito cedo, com o apoio dessa fundamental instituição universitária cearense, seja a partir da excelente qualificação do corpo de professores e servidores, seja pela disponibilização de bolsas que se constituem sempre um importante auxílio ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Meus primeiros agradecimentos vão a todos àqueles que se dedicam dia a dia ao engrandecimento da Educação e Ciências brasileiras, acreditando que uma sociedade justa, livre e feliz se constrói com conhecimento e diversidade.

Agradeço enormemente à professora Andréa Leão, que me acompanha desde a graduação, pela orientação, confiança e paciência pelos caminhos – cheios de incertezas, mas também de inúmeras satisfações –, trilhados até aqui.

Agradeço aos professores participantes da banca examinadora de qualificação e de defesa, Mariana Barreto e Enio Passiani, que muito contribuíram com suas avaliações interessadas e acuradas, pela gentileza e disponibilidade.

Agradeço em especial aos servidores, bibliotecários, historiadores e técnicos que muito solícitamente me atenderam nos repetidos dias de visitas a acervos e coleções. Seu profissionalismo e dedicação são peças-chave para a manutenção de uma memória histórica e o desenvolvimento da pesquisa acadêmica.

Agradeço aos companheiros de turma, parceiros de sala de aula e de além desta, compartilhando cada momento de nossas trajetórias nesse curto, todavia marcante, curso de mestrado.

Agradeço aos meus queridos primos Monalisa Soares e Paulo Rodrigo Soares que, além de tudo, me são referências de pesquisadores e profissionais envolvidos de corpo e alma com as ciências sociais e o fazer acadêmico. Nesse âmbito, agradeço também ao meu amigo Erberon Rodrigues, companheiro de todas as horas desde a graduação, passando pelo mestrado e, assim espero, num futuro doutorado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, do qual me orgulha fazer parte enquanto corpo discente, pela história, pela excelência e pelo apoio prestado a todos que o compõe.

Por fim, agradeço à CNPq pela concessão da bolsa de pesquisa durante todo o curso, apoio que me foi importantíssimo no decorrer das disciplinas feitas e na construção da pesquisa e elaboração do texto da dissertação.

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender as estratégias de atuação da geração de intelectuais que empreendeu um processo de institucionalização da cultura no Ceará operado entre as décadas de 1930 a 1950. Tal processo materializou-se na criação de importantes instituições mediadoras da produção simbólica representadas a partir dos anos 1950 pela Universidade do Ceará e dos anos 1960 pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, ambos projetos levados a cabo pela constituição de um corpo de agentes dispostos à atividade intelectual e política, responsáveis, de tal modo, pela expansão e adensamento do espaço de atuação dos “homens de letras” do estado. Abordam-se os projetos de editoração em voga entre fins do decênio de 30 e início do 50 enquanto conformadores de um espaço social de circulação intelectual ao instituírem-se como instâncias de viabilização da palavra escrita e consagração em termos estéticos, ao passo em que conferiam visibilidade às obras e posicionamentos e distribuíaam os capitais simbólicos legitimados no meio. As experiências da Editora Fortaleza a partir de seu periódico *VALOR* (1938-1947) e, posteriormente, do grupo *CLÃ* a partir de sua revista homônima (1946-1988) são aqui tomadas como instrumentalizadoras da veiculação de ideias estéticas e tomadas de posição que objetivaram o êxito de determinados agentes com vistas à intervenção intelectual no campo da cultura. Enquanto *VALOR* significou a primeira incursão de uma nova geração de escritores no ambiente intelectual, permitindo sua exposição ao lado de figuras já consolidadas, a experiência consecutiva da revista *CLÃ* vingou como a mais duradoura publicação do tipo na história das letras cearenses, legando aos seus articuladores as melhores honrarias disponibilizadas pelo campo, seja no reconhecimento pelas instituições culturais (academias, agremiações, etc.), seja pelos postos angariados junto ao Estado (ensino superior e secretarias de governo). Abalizada pela teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu em sua perspectiva de análise dos processos de autonomização do espaço social, esta pesquisa recorreu materiais bibliográficos, fontes arquivadas e trajetórias intelectuais tentando remontar o arranjo de agentes e propriedades configurativo do campo intelectual cearense no período.

Palavras-chave: Sociologia dos intelectuais. Campo cultural. Editoração de periódicos.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the acting strategies of an intellectual generation that engaged a process of cultural institutionalization in Ceará realized from 1930 to 1950. This process took shape in the creation of important mediating institutions of the symbolic production represented in the 1950's by the University of Ceará and in the 1960's by the Secretary of Culture of the State of Ceará, both projects developed by the constitution of a corpus of agents willing to the intellectual and political activity, responsible, thereby, for the expansion and thickening of the acting space of "the men of letters" of the state. This research includes projects of publishing in vogue from the end of 1930's to the beginning of 1950's in the condition of shapers of a social space of intellectual circulation by becoming instances of viabilization of written word and aesthetic consecration, whilst they conferred visibility to the artworks and positionings and distributed the symbolic capitals legitimized in the environment. The experiences of Editora Fortaleza from its periodic *VALOR* (1938-1947) and, later, of *CLÃ* group from its homonym magazine (1946-1988) are here taken as instrumentalizing of the placement of aesthetic ideas and positionings which intended the success of certain agents aiming the intellectual intervention in the cultural field. Whilst *VALOR* meant the first incursion of a new generation of writers in the intellectual field, allowing its exhibition next to already consolidated figures, the following experience in the *CLÃ* magazine succeeded as the longest publication of the type in the history of the letters of Ceará, leaving to its stakeholders the best honours available on the field, either in the recognition by cultural institutions (academys, societys, etc.), or by the positions conquered on the State (superior scholarship and secretaries of government). Guided by the theory of fields of Bourdieu in its perspective of analyses of the process of autonomization of social space, this research worked with bibliographic materials, archived fonts and intellectual trajectories aiming to build the arrangement of the agents and properties the configured the intellectual field of Ceará in this period.

Key-words: Sociology of Intellectuals. Cultural field. Publishing of periodics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	SOCIOLOGIA, CULTURA E INTELLECTUAIS	19
2.1	Revisitando abordagens	20
3	PRECURSORES E PERCURSOS: UMA TRAJETÓRIA EDITORIAL RUMO A CLÃ	37
3.1	Editora Fortaleza e revista VALOR: o primeiro tempo de uma incursão editorial	39
3.2	CLÃ: clube, editora e revista	65
4	MODELOS INTELLECTUAIS NA CONFIGURAÇÃO DE UM CAMPO CULTURAL NA PROVÍNCIA	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
	REFERÊNCIAS	120

1 INTRODUÇÃO

A constituição de agremiações literárias, científicas e intelectuais é uma marca histórica da formação social cearense. A formalização de grupos destinados a fins de circulação das letras é registrada desde o início do século XIX (AZEVEDO, 1976). Efervescendo de forma singular ao aproximar-se o século XX, as academias de ciências e letras¹ foram importantes agitadoras intelectuais do período conhecido por *belle époque* fortalezense, em que se operaram fortes transformações urbanísticas subsidiadas pelo inédito desenvolvimento econômico experimentado (CASTRO, 1987). Desde então, sediando as principais movimentações intelectuais do estado, Fortaleza constituiu-se o centro dos empreendimentos dessas agremiações que se inscreveram de forma singular na história cearense, acumulando práticas de circulação de ideais que referenciaram o desenvolvimento cultural posterior por meio de suas experiências editoriais e organização institucional².

Desde o desmembramento do Ceará em relação à capitania de Pernambuco (1799), Fortaleza ocupa a função de capital do estado. Até ali, a posição cidadina de destaque era detida por Aracati, muito em razão do comércio de charqueadas, já que de lá eram escoadas as carnes em conserva vindas do interior do estado. Entretanto, no século XIX o comércio de algodão, principal produto de exportação via capital da província, firmou de vez Fortaleza na posição de principal centro urbano em desenvolvimento no estado. As rotas de navios levavam à Europa a matéria prima têxtil e, de retorno, traziam diversos importados a serem comercializados em casas especializadas da região. Nesse ínterim, Oliveira (2015) destaca a importação de produtos culturais, como livros e periódicos, que trazidos de outros países ou das demais províncias abasteciam os livreiros locais e davam vazão a uma demanda crescente de grupos envolvidos com as letras, ciências e demais assuntos intelectuais. Também o aumento do fluxo de navios circulantes na costa local na segunda metade do século

¹ As instituições mais destacadas daquele período foram a Academia Francesa (1872) – interessada nos estudos das tão em voga filosofias positivistas –, a Academia Cearense de Letras (1884) – a mais antiga do país e ainda ativa –, o Instituto do Ceará (1887) – importante agremiação cultural e científica até os dias atuais – e o movimento Padaria Espiritual (1892).

² Marques (2018) afirma que a tradição de agremiações de letrados processou certo acúmulo de experiências configurativas, ao final do século XIX, de um campo literário fortalezense inserido no sistema literário nacional por meio das contínuas trocas estabelecidas entre escritores locais e as metrópoles nacionais. Bem como demonstra Oliveira (2015) a respeito da culminância na década de 1870 de modelos educacionais que proporcionaram aos jovens sociabilidades de classe e repertórios intelectuais dominantes a partir dali, Marques (2018) afirma a constituição de agremiações enquanto estratégia da minoria letrada tomada por uma espécie de “surto” pelos objetos literários circulados pelos portos então aquecidos. A Padaria Espiritual foi a expressão modelo, naquele final de século, desse movimento de adensamento; e Antônio Sales, seu principal representante, inaugurador de uma linhagem historiográfica da literatura cearense que foi continuada no século XX sob seus padrões de referenciamento, destacando o Ceará dentre os estados com maior volume de produções acerca do passado em termos de vida literária.

XIX propiciou um adensado intercâmbio de estudantes, que desciam rumo às mais abastadas províncias para cursar nível superior e retornavam depois de formados à capital cearense. Na literatura, estabeleceu-se entre fins do século XIX e no decorrer do século XX uma tradição historiográfica que, em meio à seleção de cânones e definição de elementos típicos à criação de uma memória dos processos culturais de formação da identidade local, afirmava Fortaleza enquanto centro da produção cultural do estado. Tal processo narrativo, afirma Marques (2018), foi iniciado por Antônio Sales em escritos posteriores à eclosão do movimento Padaria Espiritual e continuado por Dolor Barreira em seus volumes sobre história de literatura cearense e por Sânzio de Azevedo, principalmente em seu livro *Literatura Cearense* (1976).

A par desse processo social, a pesquisa apresentada a seguir propõe uma análise da vida intelectual cearense a partir da experiência de um conjunto de literatos atuantes no estado em meados do século XX. Objetiva-se compreender como se processaram durante as décadas de 1930 a 1960 mobilizações simbólicas responsáveis pela estruturação de um campo de produção da cultura local. De tal modo, esta pesquisa define-se enquanto um estudo das estratégias de legitimação e dos desdobramentos das atuações desses intelectuais relativos à reprodução dominante de seus círculos artísticos, editoriais e institucionais.

Aponto a delimitação temporal supracitada na medida em que se trata de um período-chave para a constituição desse espaço social, abrangendo uma série de desdobramentos históricos. Naquele momento, foram operados empreendimentos determinantes, dentre os quais faz-se importante mencionar aqui de forma sintética: em final dos anos 1930 e durante os anos 1940, iniciaram-se as editorações de periódicos difusores das letras e das artes em geral e houve a fundação de importantes sociedades artísticas e agremiações literárias, caso das revistas *VALOR* e *CLÃ*, da Sociedade Cearense de Artes Plásticas (SCAP) e do grupo *CLÃ*; nos anos 1950, sucedeu a criação da Universidade do Ceará, congregando vários dos agentes envolvidos na agitação intelectual da época em seu quadro de professores, desde ali tornando-se uma importante mediadora cultural no estado; e, nos anos 1960, como marco, ocorreu a fundação da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult), ponto culminante desde as pautas interventivas defendidas nos anos 1940 e simbólica também por se tratar do primeiro órgão estadual desta natureza a ser criado no país, demonstrativo do pioneirismo dos protagonistas da cultura no estado àquele momento.

Na década de 1930, a editoração da revista *VALOR* e publicação do livro *O*

Ceará³ pelo então professor do Liceu do Ceará e proprietário da Editora Fortaleza Antônio Martins Filho representaram episódios fundamentais para o estado das artes, balizando a agitação cultural que conformaria a geração dos anos 1940. No início dessa década, movimentações intelectuais constituíram-se no Ceará convergindo para a formalização de eventos e agremiações destinadas a reunir produtores da cultura com diversas formações e áreas de atuação, sobretudo interessados na discussão das artes e publicação das letras.

Em 1941, os escritores cearenses Antônio Girão Barroso, Otacílio Colares e Aluísio Medeiros enviaram seu *Triângulo de Poesia* para o Congresso de Poesia realizado em Recife. Esta experiência impulsionou a concretização no ano seguinte – 1942 –, em Fortaleza, sediado no Theatro José de Alencar, do 1º Congresso de Poesia do Ceará. O evento aglutinou novos escritores tais quais Eduardo Campos e Artur Eduardo Benevides, bem como intelectuais pertencentes a gerações anteriores das letras cearenses, caso de Filgueiras Lima e Joaquim Alves (AZEVEDO, 1976; ADERALDO, 1981).

Derivado deste primeiro congresso, ocorreu no mesmo ano – 1942 – uma reunião local que resultou no lançamento do livro *Três Discursos* (1943). O material compunha-se pela transcrição das falas de Eduardo Campos, Mário Sobreira de Andrade e Antônio Girão Barroso, proferidas neste encontro, e ganhara em sua edição ilustrações do artista plástico Antônio Bandeira. De acordo com Aderaldo (1981), essa publicação inauguradora das Edições CLÃ foi também a primeira iniciativa da recém organizada Associação Brasileira de Escritores/ABDE – Seção Ceará, presidida à época por Fran Martins. A empreitada demarcou o início formal do grupo CLÃ, coletivo de escritores que Azevedo (1976) define como principais representantes da segunda fase do modernismo no Ceará, responsáveis pela consolidação do movimento artístico na produção literária local.

O grupo CLÃ assumiu papel central na produção cultural da época ao aglutinar intelectuais com ampla atuação e sistematizar a publicação de seus escritos por meio da edição de livros e de uma revista circulada por quarenta anos. De acordo com Azevedo (1976), o ano de 1946 é o marco basal de início das atividades do grupo, com publicação do número experimental da revista e lançamento de quatro livros de integrantes do coletivo⁴.

O aspecto da institucionalização abrange fortemente o desenvolvimento das atuações dos agentes articulados por intermédio do grupo CLÃ. Sequencialmente às já

³ O livro *O Ceará* (1939) foi escrito juntamente com Raimundo Girão, constituindo um marco na trajetória de ambos os autores e tornando-se um clássico da história intelectual e editorial cearense.

⁴ Já haviam sido publicados, em 1943, junto aos *Três Discursos*, os livros *Águas Mortas*, de Eduardo Campos e *Escola Rural*, de Mário Sobreira de Andrade. Os títulos de 1946 foram: *Noite Feliz*, de Fran Martins; *Face Iluminada*, de Eduardo Campos; *Roteiro de Eça de Queirós*, de José Stênio Lopes; e *Os Hóspedes*, de Aluísio Medeiros, Antônio Girão Barroso, Artur Eduardo Benevides e Otacílio Colares (AZEVEDO, 1976).

mencionadas experiências editoriais, houve uma mobilização estratégica para dar seguimento ao projeto de organização do campo da cultura em construção: a instalação da Universidade do Ceará, nos anos 1950. A constituição de um espaço acadêmico de tal magnitude – haja vista que os cursos superiores disponíveis em Fortaleza eram prestados isoladamente pelas faculdades de direito, odontologia, agronomia, etc. –, obra especialmente tributada a Antônio Martins Filho, compreendeu a legitimação das atividades de uma série de intelectuais na medida em que lhes conferiu uma via de manutenção econômica, reconhecimento oficial e diversas insígnias de consagração dentro do meio cultural – mais especificamente no campo educacional. A estruturação de uma universidade possibilitou importantes empreendimentos, desde a coligação das já existentes faculdades tradicionais, adensando os processos de formação superior e condução institucional de projetos culturais, bem como a formalização de um espaço de atuação profissional eminentemente intelectual e os subsídios para a editoração de coleções de impressos.

Se os anos 1950 foram marcados pela efervescência cultural capitaneada pelo surgimento da Universidade do Ceará e a atuação de coletivos como SCAP e CLÃ, Barbalho (1998) chama atenção para a década seguinte, que se inicia sob certa morosidade no que tange aos acontecimentos culturais. Afora eventos pontuais, lançamentos literários e movimentação teatral, o destaque ficou por conta da crescente atuação em terras cearenses do Centro de Cultura Popular (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e das passagens de caravanas artísticas fortemente relacionadas às pautas de esquerda, as quais intentavam articular estética teatral e musical pretensamente popular a determinadas demandas sociais. A participação do Estado na promoção da cultura adensou-se na segunda metade dos anos 1960 a partir das preocupações com o folclore e a cultura “genuinamente cearense”. Delineando uma concorrência aos setores artísticos de esquerda, começavam a surgir projetos como o I Festival Folclórico do Ceará (1965) da Secretaria de Educação de Fortaleza, promovido junto à Universidade do Ceará, fazendo emergir disputas de interpretações sobre o que seria a legítima cultura cearense (BARBALHO, 1998).

O Conselho Estadual de Cultura (1965) remonta a esse período, fortalecendo o entendimento do Estado como promotor de ações na esfera cultural. Sua primeira formação era composta por intelectuais ligados às tradicionais instituições culturais cearenses e ocupantes de secretarias e departamentos do Governo do Estado. Uma fração intelectual, aponta Barbalho (1998), pautava junto à instância estatal um órgão oficial para assuntos culturais, manipulando capitais simbólicos necessários à legitimação de suas pretensões dentro do campo. O que, de fato, ocorreu com a criação da Secretaria de Cultura, em 1966,

outro importante marco da institucionalização intentada pelo grupo de intelectuais exitosamente atuantes no período, cuja instalação, em 1967, alçou à função de secretário seu maior animador, o historiador e político Raimundo Girão.

Privilegiando as atividades elaboradas pelo conjunto de agentes do grupo CLÃ, é possível situá-las como ponto de partida para uma cartografia da expansão do campo intelectual ocorrida entre as décadas de 1930 e 1960 no Ceará. Adotando tal perspectiva, os desdobramentos processados na cultura cearense ao longo dos anos podem ser compreendidos pelo exame das condições sociais de produção e circulação intelectual, cuja composição é pronunciada pelas (1) práticas geradoras dos capitais simbólicos em voga, mediante as lutas de posições pela legitimação das interpretações sobre o universo dos bens culturais; (2) pelo estado de relações entre a atividade intelectual e o campo do poder, expressão do grau de autonomia relativa; e (3) pela gênese do modelo de intelectual a vingar por meio das disposições incorporadas pelos agentes junto à estruturação do espaço social enfocado. Importa notar, tendo em mente tais enunciados,

[...] a centralidade que as variáveis culturais passam a assumir para a compreensão do mundo ou da ‘visão de mundo’ dos intelectuais, cada vez mais pensados em articulação com seus pares e com a sociedade mais ampla. Ou seja, como sujeitos conectados entre si, com genealogias e passados imaginados, além de um diálogo com as questões políticas e sociais de seu tempo (GOMES; HANSEM, 2016, p. 12).

A trajetória social de um conjunto de agentes atuantes no período indica o forte trânsito entre as atividades artísticas, jornalísticas e acadêmicas, além de frequente vinculação ao poder estatal. Regularidades, como as anteriormente aludidas, e a presença frequente de determinados intelectuais nesses processos incitam um estudo sobre as práticas de circulação de ideias constituintes do campo cultural cearense em vias de conformação no período analisado. Essas trajetórias em trânsito proeminente convergem para o que Ortiz (2006) assinala como mobilidade entre áreas afins, denotando certa plasticidade de atuação social característica das estratégias de circulação dentro de um campo de produção de bens simbólicos em vias de formação.

Abalizando a reflexão teórica sobre o caso empírico objeto desta pesquisa está a categoria “campo”, isto é, a noção fundamental da sociologia de Pierre Bourdieu em sua dimensão de espaço social construído por meio de relações de força, capitais específicos, interesses e estratégias (BOURDIEU, 1996a). Nesse sentido, a pesquisa busca identificar as condições sociais de possibilidade que localizam o caso cearense dentro de uma tendência geral de autonomização característica do campo artístico/cultural.

A constituição de um campo cultural, de acordo com a teoria bourdiesiana

(BOURDIEU, 2013a; SAPIRO, 2004), segue uma lógica de autonomização que se encaminha pela: (1) diversificação do corpo de produtores responsável pelas definições de acesso e reprodução dentro do meio, pelo (2) estabelecimento de instâncias de consagração distribuidoras dos distintivos de legitimação cultural e pela (3) ampliação dos públicos consumidores dos objetos em circulação, que conferem, além das mínimas condições de sustentação e independência econômica, uma via paralela de legitimação cultural. A complexificação de relações travadas cada vez mais em referência às demandas internas, isto é, orientadas segundo regras definidas pelos próprios legisladores do meio, ainda que em significativa dependência de outros ordenamentos sociais – notadamente o político e o econômico, no caso do campo da cultura –, é dado fundamental para o apontamento do grau de autonomização em processo no período caro a esta pesquisa.

São dados da constituição de um espaço social, aqui entendido como “[...] a forma de um determinado arranjo distributivo dos agentes e das propriedades” (BOURDIEU, 2013b, p. 133), que identifiquei ter ocorrido em meados do século passado no Ceará, mais especificamente na capital Fortaleza. Assim, compreender sua lógica de funcionamento em relação à formação social mais ampla torna-se possível na medida em que sejam recompostas empiricamente as relações objetivas travadas pelos agentes naquele momento da história, indiciando um processo de estruturação do campo da cultura (BARBALHO, 1998; RODRIGUES, 2006). De tal modo, da forma mais simplificada, este trabalho propõe fazer sentido em conformidade com o entendimento de Souza e Neves (2015):

Pensar a temática dos *Intelectuais* é pensar as possibilidades de produção de ideias em um contexto determinado, em que alguns homens e mulheres refletem sobre o seu tempo e expõem essa reflexão em forma de uma intervenção intelectual ou artística, procurando comover seus contemporâneos a compartilhar de seus ideais e seus sonhos (p. 14).

Oferecendo suporte empírico às análises pretendidas, a pesquisa de campo buscou, além das bibliografias acadêmicas pertinentes, materiais disponíveis nos acervos da Biblioteca de Ciências Humanas (BCH), Biblioteca do Curso de Arquitetura (BCA), Biblioteca do Museu de Arte Floriano Teixeira (BMAUC), Memorial da Universidade Federal do Ceará (UFC), Biblioteca Universitária (Coleções Especiais/Obras Raras) e acervo do Instituto do Ceará. Dispondo das edições originais de livros publicados pelas editoras vinculadas ao grupo CLÃ e fac-símiles dos periódicos então circulados pelos intelectuais, não à toa esses materiais foram encontrados nas bibliotecas da UFC. Grande parte da produção daquela geração foi armazenada pelas instâncias de conservação documental e histórica da universidade, local, por excelência, de reprodução das narrativas de eternização de seus

fundadores.

Os textos memorialísticos e biográficos que serviram de fonte para a reconstrução das trajetórias interessantes ao objeto da pesquisa também foram acessados por meio do material colecionado pelas bibliotecas. A análise articulada da produção simbólica da geração de 1940, juntamente à problematização dos traços das narrativas de vida publicadas por meio desses livros – autorreferência e consagração típicas das estratégias de reprodução da fração intelectualizada da elite –, pretende dar conta de levantar elementos conformadores dos repertórios de atuação de que se valeram os agentes responsáveis pelas transformações e estabelecimentos ocorridos no período. Nesse sentido, torna-se possível esboçar os modelos de intelectual entalhados num campo cultural em construção.

No primeiro capítulo do trabalho (**SOCIOLOGIA, CULTURA E INTELLECTUAIS**), recorre-se a uma leitura das sociologias especialmente dedicadas a debater a condição dos intelectuais, passando das referências clássicas às abordagens brasileiras sobre o tema. Discute-se também os percursos metodológicos mobilizados no levantamento de materiais e fontes recursadas durante a colheita de dados, indissociavelmente dialogadas com os referenciais teóricos alvo de revisão nesta primeira parte. Revisão essa levando sempre em conta que na medida em que se opta por trabalhar com a noção de campo deve-se atentar rigorosamente para a interpretação da história do próprio campo, examinando o processo que possibilita a ascensão de um objeto enraizado apenas aparentemente no período delimitado pela pesquisa.

O segundo capítulo (**PRECURSORES E PERCURSOS: UMA TRAJETÓRIA EDITORIAL RUMO A CLÃ**) lança luz especialmente sobre a atuação de literatos em seus anos de emergência e formulação de autocompreensões, por onde procura-se discutir a localização das experiências de agremiações culturais enquanto formalizadoras das regras da arte e organizadora – a partir de sua relação com outros componentes institucionais tanto locais quanto externos – das posições sociais na constituição de um campo. Inicialmente, discute-se a experiência da revista *VALOR*, circulada entre o final dos anos 1930 e boa parte da década seguinte (1938-1947), por onde escreveram muitos dos intelectuais reputados à geração de 1940. Em seguida, surge o empreendimento de *CLÃ*, analisada aqui no que se entende ser sua primeira fase, compreendidos os quatorze primeiros números editados (1946-1953). Seus projetos editoriais são expostos na tentativa de analisá-los como programas base para a circulação de ideias pretendidas estrategicamente pelos intelectuais da época. Haja vista o ainda rarefeito espaço propício para o debate entre tais agentes, essas empreitadas forjaram um incipiente mercado de bens simbólicos destinado a elevar a importância dos

textos circulados localmente, publicando autores novatos e os colocando em referência às produções tematizadas pelos principais centros intelectuais do país no período. Ainda nesse sentido, os periódicos serviam como divulgadores e agitadores da produção livresca da província e promotores da circulação de obras publicadas em outras regiões do país.

O terceiro capítulo (**MODELOS INTELECTUAIS NA CONFIGURAÇÃO DE UM CAMPO CULTURAL NA PROVÍNCIA**) apresenta uma interpretação das trajetórias mais emblemáticas no sentido de revelação das relações constituintes do estado do campo em questão. Os critérios para a seleção dos personagens foi, além da relevância junto à geração examinada, a disponibilidade de materiais biográficos para análise, constituídos por publicações de biografias, textos memorialísticos e especiais celebratórios, os quais exibem também entrevistas autobiográficas. O tratamento conferido a este material – problematização das fontes e cruzamento de dados – permite desvendar os mecanismos de consagração e reverência característicos da criação de narrativas biográficas, uma das principais práticas sociais de que se valem os intelectuais para conferirem importância a seus feitos e localizarem suas trajetórias de forma destacada dentro da formação social estabelecida.

Os personagens-chave fornecedores dos elementos para a compreensão das mobilizações de capitais simbólicos necessários ao modelo de intelectual em voga naquele momento foram: **Antônio Martins Filho**, escritor e editor (fundou a revista *VALOR*, dirigiu a Editora Fortaleza e integrou o grupo CLÃ), também professor universitário (foi o principal responsável pela instalação da Universidade do Ceará – hoje Universidade Federal do Ceará – e membro do Conselho Federal de Educação); **Fran Martins**, escritor romancista e contista, jurista e professor universitário (Faculdade de Direito e Faculdade de Ciências Econômicas), atuou como jornalista e foi membro ativo de várias agremiações, tomando a frente da ABDE/Seção Ceará e da revista *CLÃ*; **Antônio Girão Barroso**, poeta (fundou o grupo CLÃ e o 1º Salão de Abril), jornalista (editor dos *Diários Associados no Ceará* – jornais *Unitário* e *Correio do Ceará*) e professor universitário (Faculdade de Direito e Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará); **Artur Eduardo Benevides**, poeta e professor universitário (dirigiu a Faculdade Católica de Filosofia e a Faculdade de Letras da UFC), atuante também como jornalista na imprensa cearense; e **Eduardo Campos**, escritor e dramaturgo com desempenho reconhecido em jornais e rádio (fundou a Associação Cearense de Rádio e Televisão e dirigiu os *Diários Associados no Ceará*).

O entrecruzar de biografias, expressas em trajetórias intelectuais e mobilizações coletivas e institucionais, enuncia um objeto fundamental para a compreensão da construção de um espaço cultural no Ceará. Agenda de pesquisa ocupante de posição mais destacada

dentre os estudos realizadas no âmbito da Literatura, em maior grau, e da História, em seguida, ainda é relativamente pouco explorado na produção sociológica do Ceará.

Como se tornará evidente a partir de sua leitura, este texto dialoga com trabalhos de autores cearenses em sociologia da cultura e da arte debruçados sobre tal período histórico, principalmente no que tange as artes plásticas/pintura, área de suma importância para a compreensão da formação artística e intelectual dessa fase. Entretanto, a contribuição desta pesquisa aproxima-se mais de uma sociologia dos intelectuais na medida em que se fundamenta sob questões típicas do estudo de elites culturais em suas dimensões de mobilização simbólica, constituição de repertórios, lógicas de distinção e consagração, além de posicionamentos políticos e envolvimento com os espaços de poder. Isto é, trata-se de um esboço de perfil de elite, aquela forjada na lida com os códigos de leitura do universo social eminentemente simbólico e na elaboração dos espaços mediadores da circulação da cultura.

Dentre as questões às quais este trabalho pretende dar conta, não no sentido de esgotar as discussões, mas sim de colaborar para o entendimento acerca de uma fase salutar para a história cultural do estado, estão: sob quais anseios se empreendia a circulação de escritos e se construíam as experiências editoriais? De que forma os agentes mobilizavam-se para acumular e empregar seus capitais na institucionalização de espaços de produção cultural? Como é possível compreender a experiência dos setores de elite cultural em meio às suas práticas junto a instituições mediadoras do simbólico?

2 SOCIOLOGIA, CULTURA E INTELLECTUAIS

A pesquisa de temas relacionados à sociologia da cultura me é interessante desde a realização de monografia para conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais⁵. Naquela oportunidade, incursão iniciadora no campo da pesquisa acadêmica, debrucei-me sobre a trajetória de um equipamento cultural histórico de Fortaleza, o Theatro José de Alencar. Analisando a história da centenária casa de artes, elegi três momentos – fundação, primeira e segunda grandes reformas –, ao considerá-los chave para a compreensão das mobilizações simbólicas que disputavam imputá-la sentidos mais ou menos distintos e classificar seus usos perante os circuitos de pares artísticos e a formação social mais ampla.

De acordo com o delinear das práticas de significação elaboradas pelos grupos de interesse, notadamente Estado e classes artísticas, foi possível compreender as funções atribuídas ao equipamento com o passar dos anos, seja enquanto elemento de aformoseamento e educação civilizatória da urbe (início do século XX) ou como centro cultural democratizador do acesso às artes (orientação processada sobretudo a partir do final dos anos 1980). Com efeito, sendo o Theatro José de Alencar, desde seu erguimento, um símbolo fundamental para a sociedade cearense, figurou como palco das mais importantes reuniões culturais e políticas, por onde passaram, em vários momentos, os principais produtores culturais da região. Tornou-se notória, nesse sentido, a presença de agentes e coletivos que se sobressaíam perante o quadro artístico e intelectual de seu tempo. Nomes que se repetiam e cuja presença era regular nos principais círculos da *intelligentsia* cearense.

Não indiferente a esta correlação, foi possível identificar certos agentes que, em meados do século passado, detinham posição privilegiada no quadro intelectual. Pautando as principais transformações do campo e, de tal modo, estabelecendo-se segundo as hierarquizações em voga, esses agentes, principalmente ligados às letras, atuavam coletivamente e em profícuo diálogo com outras categorias artísticas, além de manterem relações aproximadas às elites político-econômicas do estado. Uma cartografia inicial desse momento incipiente de organização do campo da cultura aponta para o coletivo de produtores que gestou a geração de intelectuais exitosa ao impor definições estéticas e ao fomentar a estruturação de um espaço social de circulação do simbólico. O grupo CLÃ e a atuação de seus agentes destaca-se, então, como ponto epicentral para a compreensão da expansão e adensamento do campo de produção da cultura cearense em grande parte do século XX.

⁵ Graduei-me pela Universidade Federal do Ceará no ano de 2016 defendendo a monografia intitulada *Theatro José de Alencar: trajetória de apropriações sobre um equipamento cultural*.

2.1 Revisitando abordagens

Ao passo em que se busca analisar um conjunto de intervenções no espaço social mediadas por agentes dispostos em relações objetivas, recorre-se ao entendimento de Bourdieu (2013a) na definição de campo cultural, por onde “[...] as tomadas de posições intelectuais ou artísticas constituem, via de regra, *estratégias* inconscientes ou semiconscientes em meio a um jogo cujo alvo é a conquista da legitimidade cultural [...]” (p. 169, grifo do autor). Essas relações objetivas entre posições são aquilo que constitui a estrutura de funcionamento de um campo relativamente autônomo, ordenando as lutas que empreendem sua conservação ou transformação (BOURDIEU, 1996a).

O período histórico no qual se observam os desdobramentos no campo da produção cultural cearense descritos na introdução deste texto apresenta proficuidade para análise sociológica segundo a delineação teórica aqui pretendida na medida em que ali foram consolidadas definições estéticas⁶; materializadas instituições organizadoras da produção, classificação e circulação de bens simbólicos⁷; e incrementado o mercado de produtos simbólicos, notadamente nas esferas literárias e das artes plásticas⁸.

Cabe lembrar que, enquanto produtores artísticos, os agentes envolvidos na criação dos objetos circulantes sob a aura de obra dotada de valor estético são participantes de uma disputa pela qual se investe em interesses específicos, algo característico a qualquer campo. Sendo participantes de determinado jogo inscrito no espaço social, estão dentro dele em razão da crença na virtude daquilo que se disputa, do que é importante e que vale a pena ser jogado, conforme afirma Bourdieu (1996b):

Todo campo social, seja o campo científico, seja o campo artístico, o campo burocrático ou o campo político, tende a obter daqueles que nele entram essa relação com o campo que chamo de *illusio*. Eles podem querer inverter as relações de força, mas, por isso mesmo, reconhecem os alvos, não são indiferentes. Querer fazer a revolução em um campo é concordar com o essencial do que é tacitamente exigido por esse campo, a saber, que ele é importante, que o que está em jogo aí é tão importante a ponto de se desejar aí fazer revolução (p. 140).

A relação que os agentes mantêm com o campo sob a forma de entendimento do sentido do jogo é “sincronizada” pela adequação de seus *habitus* – incorporação de estruturas geradoras das formas de percepção e de ação sobre o mundo – às estruturas objetivas

⁶ Vide o estabelecimento do modernismo na produção artística literária, temática melhor explanada no capítulo seguinte deste trabalho.

⁷ A exemplo das sociedades artísticas e instituições culturais que remontam ao período e foram citadas até aqui: SCAP, CLÁ, Universidade do Ceará, Secult, dentre outras.

⁸ Ter-se-á melhor ideia, em números, do fomento à circulação de objetos simbólicos a partir do capítulo seguinte, no qual são expostos detalhes das publicações às quais me refiro como empreendimentos do grupo pesquisado.

constituintes de determinado espaço social (BOURDIEU, 1996b). Este processo de internalização de uma espécie de gramática do mundo social se dá pela via subjetiva de cada indivíduo, porém jamais é somente individual, pois constitui-se de um sistema de disposições fruto de esquemas históricos de estruturação por meio de instâncias de socialização coletivamente forjadas – família, escola, instituições, etc. Tem-se, então, o par-conceitual que fundamenta toda a teoria bourdieusiana da prática, campo e *habitus*, propositora da superação do dualismo objetivismo/fenomenologia pela via praxiológica.

A teoria da prática procura não assentar epistemologicamente nem na tradição estruturalista que concebe o indivíduo como executor de determinações coletivas e abstratas anteriores e superiores a si – portanto, sem preocupar-se o bastante com a origem e a forma pela quais os agentes reproduzem essas regularidades –, por um lado; nem, por outro lado, na perspectiva fenomenológica que privilegia a ação individual – demasiadamente autônoma e consciente – e sua compreensão por meio do sentido subjetivo a esta imputado. Bourdieu, anota Ortiz (1994), leva em conta que o sujeito age socialmente sempre em consideração à subjetividade do outro, porém entende que o faz sob uma dimensão espacial previamente estruturada por meio das posições desiguais determinadas pelas diferentes posses de poder.

Não à toa, emprega-se o vocativo “agente” (também neste trabalho) para designar os personagens envoltos nas configurações sociais em análise ao invés de termos como “sujeito” ou “indivíduo”. De fato, uma abordagem bourdieusiana das práticas – isto é, reconhecendo que a adoção do termo “agente”, tal como o autor faz, é orientada ao desvencilhar das perspectivas subjetivistas que privilegiam o individualismo e as objetivistas que identificam o sujeito como executor de estruturas que lhe são meramente exteriores – ambiciona lançar luz “[...] sobre o modo como os agentes concretos, inseridos em uma posição determinada do espaço social e portadores de um conjunto específico de disposições incorporadas, agem nas situações sociais” (NOGUEIRA, 2017, p. 26).

Seguindo a análise do corpus teórico demarcado pelas noções de campo e *habitus*, tem-se que o domínio das regras estabelecidas propriamente dentro de um campo implica a acumulação de certas moedas simbólicas, os capitais específicos ao meio. Nesse sentido, face ao campo artístico, compreende-se que a competência estética atributiva de valores reconhecíveis por um conjunto de agentes só é possível na medida em que estes estejam dotados da capacidade decodificadora instituída por uma mesma historicidade, expressa pela relação fundamental anteriormente aludida entre *habitus* e campo (BOURDIEU, 1989a).

O capital específico disputado entre os agentes melhor posicionados, que detêm maior legitimidade no pertencimento a certo espaço social, e aqueles interessados na

imposição de novas demandas (vanguardas, revolucionários, etc.) é, no caso das relações desenvolvidas no seio do campo de produção dos bens simbólicos, o capital cultural. Envolvendo as relações entre campo, *habitus*, capitais e no desenrolar das tomadas de posições que estabelecem concorrências e alianças, Bourdieu (1989a) assinala que se constituem enquanto índices de autonomia do campo:

[...] o conjunto das instituições específicas que condicionam o funcionamento da economia de bens culturais: locais de exposição (galerias, museus, etc.), instâncias de reprodução dos produtores e dos consumidores (escolas de Belas-Artes, etc.) agentes especializados (comerciantes, críticos, historiadores da arte, colecionadores, etc.), dotados das atitudes objectivamente exigidas pelo campo e de categorias de percepção e da apreciação específicas [...] (p. 289).

É nesse sentido de institucionalização organizadora que emergem as agremiações artísticas, atuando conforme uma instância de socialização – assim como família, escola, etc. – e forjando entre seus membros os princípios de percepção classificatória a os posicionarem perante o mundo social. Atuando segundo um regime de diferenciação progressiva, tais agentes coletivamente relacionados estabelecem certas definições no campo dos bens simbólicos, cuja relevância defendem entre pares e à guisa de independência relativa diante de outras esferas específicas, seja a econômica, a política ou outras mais.

Béra e Lamy (2015) chamam atenção para o fato de que na teoria bourdiesiana “[...] o ‘cultural’ não pode ser concebido fora da problemática de sua autonomização e de sua especificação” (p. 243). Nesse sentido, é importante notar que a força analítica da Teoria Geral dos Campos de Pierre Bourdieu torna-se passível de ser recursada na medida em que enuncia fundamentos para a compreensão do processo de autonomização, regime sempre inacabado e por isso mesmo tomado em sua relatividade perante o conjunto de domínios de determinada formação social.

Essa dimensão processual da autonomia relativa de um campo é entendida como um conjunto de indícios da constituição de determinado espaço social segundo uma história particularmente forjada por meio do crescente autorreferência interna de que se valem os agentes em suas práticas e suas capacidades mediadoras frente aos agentes externos com os quais se relacionam. Ainda que os elementos empíricos pelos quais Bourdieu formulou suas teses situem-se mais ou menos distantes dos contextos sociais particulares sob os quais observamos nossos objetos, a potência de sua sociologia reflexiva reside precisamente em sua compreensão relacional da sociedade, que enseja a construção de cada intenção generalizadora de pesquisa enquanto um caso particular do possível (BOURDIEU, 1989b).

Rodrigues (2006) coloca-se tais questões ao pesquisar sobre a fase de constituição do campo artístico local no âmbito das artes plásticas cearenses na primeira metade século

XX, cujo índice de autonomização, argumenta, cresce à medida da conformação de um *habitus* silencioso no público cultivado. A autora afirma que se deve buscar empiricamente as condições sociais de possibilidade da tendência geral à autonomização do campo – nos termos que já foram apresentados até aqui –, por onde a emergência das particularidades da realidade local procura evitar a simples tentativa de replicação do modelo teórico. As evidências que indiciam o processo de conformação de uma lógica específica de funcionamento são, assim, aquilo que permite a homologia entre os contextos diversos de fundamentação teórico-empírica. A realização da pesquisa torna-se um ato de particularização do objeto estudado, tal como concebe Bourdieu (1989b), isto é, o entendendo como caso particular a partir do qual se pode interrogar questões gerais a fim de revelar as características invariantes ora aparentemente singulares.

A noção fundamental de homologia na sociologia bourdieusiana abrange duas funções, conforme ressalta Mauger (2017), uma interna ao campo e outra externa, referente à relação entre os diversos campos. No primeiro caso, importa que o espaço social relativamente autônomo é organizado por duas dimensões atuantes associativamente: o espaço de posições, configurado pela distribuição de propriedades regulatórias do meio, e o espaço das tomadas de posição, que é o conjunto distributivo das práticas inerentes ao jogo específico. Nesse sentido, o ponto de vista é a interpretação do agente a partir da posição (ponto) ocupada e do *habitus* (vista) que orienta sua prática.

Já quanto ao segundo caso, tem-se uma homologia que dá conta de apreender as relações mantidas pelos diferentes campos sociais entre si, isto é, entre os espaços sociais governados por regras próprias mediadas segundo a independência relativa uns dos outros. Notadamente, os agentes de diferentes espaços sociais mantêm trocas e deslocamentos interseccionados, necessitando de certa mediação sobre as conversões de capitais específicos tornadas possíveis pelas homologias estruturais que perpassam todos os campos, por sua vez podendo ser evidenciadas pelo recurso ao método comparativo.

Sejam campos do mesmo tipo (campo do poder, campo artístico, campo econômico, dentre outros) ou não, em estados históricos diferentes de uma mesma sociedade ou em formações sociais díspares, em todo caso estes estão relacionalmente envolvidos por domínios invariantes, “[...] de modo que o estudo de um campo passa pelos testes da pesquisa das propriedades gerais dos campos [...]” (MAUGER, 2017, p. 47). Vale lembrar que, para Bourdieu (1989a), os limites do campo são os limites de seus efeitos, participando o agente ou a instituição de determinado espaço social quando sobre ele impõe ou recebe influência.

Uma importante homologia assinalada por Bourdieu (1989b; 2013c) se refere às

correspondências estruturais entre os ordenamentos do campo religioso e do campo cultural, mais especificamente entre as posições ocupadas nos respectivos espaços pelas relações sacerdote/teólogo e artista/intelectual. Ao propor uma leitura da teoria da religião de Weber, o autor (BOURDIEU, 2013c) expõe uma série de indícios do funcionamento das esferas simbólicas regidas pela concorrência entre os protagonistas da ação religiosa e as lógicas de autonomização próprias aos campos sociais em geral. Notadamente, Bourdieu endossa a concepção de relação social enquanto luta expressa por Weber (2012), isto é, no entendimento de sua dimensão concorrencial: “[...] pretensão formalmente pacífica de obter para si o poder de disposição sobre oportunidades desejadas também por outras pessoas” (p. 23). Todavia, para o autor clássico esse caráter pacífico é compreendido enquanto ausência de violência física efetiva, exprimindo, mormente, as correlações de disputa simbólica dentro de certo ordenamento:

Toda luta ou concorrência típica e em massa leva, a longo prazo, finalmente à “seleção” daqueles que possuem em maior grau as qualidades pessoais mais importantes, em média, para triunfar na luta [...]. Quais sejam essas qualidades [...], isto se decide pelas condições da luta ou da concorrência, às quais, além de todas as qualidades individuais ou de massa imagináveis, pertencem também as ordens pelas quais se orienta o comportamento das pessoas na luta, de maneira seja tradicional seja racional referente a valores ou a fins (WEBER, 2012, p. 24).

Conforme destacado por Weber, pode-se compreender tais “qualidades para o triunfo na luta” como um acúmulo de forças – no sentido bourdieusiano (1989b) de *quantum* social, isto é, de capital – que garante monopólio do poder de legitimação de interesses de acordo com aquilo que está em jogo. Tal como Weber (2012) exemplifica “[...] o âmbito da influência com caráter de dominação sobre as relações sociais e fenômenos culturais [...]” (p. 141) a partir da consagração ortodoxa das formas de linguagem oral e escrita exercidas na escola, Bourdieu (2013a) compreende, desde o campo de produção erudita, que este está sempre envolto pela questão da ortodoxia, isto é, com os “[...] critérios que definem o exercício legítimo de um tipo determinado de prática intelectual ou artística” (p. 108). Retomando diretamente Weber, Bourdieu (2013a) expõe:

Quando os diferentes produtores se defrontam, a competição se desenvolve em nome de sua pretensão à ortodoxia, ou então, para falar nos termos de Weber, ao monopólio da manipulação legítima de uma classe determinada de bens simbólicos (p. 108).

A dimensão de disputa pelo domínio simbólico perpassa tanto a teoria da religião formulada por Weber quanto a ideia bourdieusiana de “sociedade enquanto campo de batalha” (MICELI, 2013, p. LIII). Assim como Weber (2004) procura explicar relações causais históricas e econômicas em termos da força de uma conduta ética constituída a partir de um

sistema simbólico aparentemente à parte do sistema de produção material em questão – o capitalismo moderno –, Bourdieu lança mão da compreensão das lutas entre os grupos sociais expressas não só pela via material do mercado e seu mediador econômico do tipo economicista, mas sobretudo pelas disputas entre estilos de vida no exercício de dominação dentro de determinado espaço social.

Em ambos os autores, o papel do aparato institucional é fundamental no exame dessas relações na medida em que é a partir dele que se funda e exprime a legitimidade da produção simbólica necessária à manutenção do grupo no poder e as disputas por esta posição. Na sociologia bourdieusiana, conforme alude Miceli (2013), para a compreensão dessa institucionalização procedente dentro de um determinado campo é preciso examinar a constituição do corpo de agentes especializados na produção dos bens simbólicos em circulação. Nesse sentido, Bourdieu (2013c) defende como uma das principais contribuições da sociologia weberiana no âmbito da religião sua evidência dada ao

[...] trabalho religioso realizado pelos agentes e porta-vozes especializados, investidos de poder, institucional ou não, de responder através de um tipo determinado de práticas ou de discursos a uma categoria particular de necessidades próprias a grupos sociais determinados (p. 79).

A esfera religiosa é compreendida sob o aspecto do conflito entre agentes interessados em manipular certa categoria de bens simbólicos, controlando sua circulação desde a produção até a recepção. Importa compreender que a diferenciação entre sacerdote e profeta reside, para Weber (2012, p. 303), no fato de o segundo portar uma “vocação pessoal”, o carisma, enquanto o primeiro é um profissional a serviço de uma empresa, a Igreja, que administra de modo impessoal determinada influência sobre os deuses. Exercendo sua palavra extraordinária, o profeta opõe-se ao aparelho burocrático e ao corpo sacerdotal de funcionários especializados que compõe a Igreja.

O desenvolvimento da divisão do trabalho religioso e o processo de sistematização pelos quais passaram as práticas religiosas envolvendo as interações dos grupos de sacerdotes, profetas e leigos ocorreram, na interpretação de Bourdieu (2013b, p. 39), da seguinte maneira: a partir do monopólio da gestão dos bens de salvação, o corpo de especialistas religiosos reconhecidamente tratados enquanto detentores de um conhecimento secreto – a classe sacerdotal, que na concepção de Weber (2012) são “[...] funcionários de uma *empresa* permanente, regular e organizada, visando à influência sobre os deuses [...]” (p. 294) – desapropriou objetivamente certos grupos agora relegados à condição de leigos.

A divisão do trabalho inerente à manipulação do sistema simbólico corrente dentro do campo é, por sua vez, tributária da abordagem weberiana de análise do trabalho

religioso do ponto de vista de seus protagonistas, hierarquicamente posicionados tendo em vista uma estrutura de distribuição desigual de capitais específicos. É interessante destacar que o caráter unívoco presente na concepção analítica proposta por Bourdieu a partir de Weber se trata, em última instância, da centralidade dada à atividade de simbolização na mediação das relações sociais. De tal modo, destaca Miceli (2013):

O que está em jogo no campo simbólico é, em última análise, o poder propriamente político, muito embora não existam puras relações de força a não ser mediatizadas por sistemas simbólicos que, ao mesmo tempo, tornam-nas visíveis e irreconhecíveis pois lhes conferem uma existência através de linguagens especiais encobrendo as condições objetivas e as bases materiais em que tal poder se funda (p. LV).

Como apresentado até aqui, o surgimento da categoria “intelectual” enquanto agente conferido de poderes classificatórios perante os bens simbólicos em circulação numa dada formação social se fez homologamente ao estabelecimento dos sacerdotes da Igreja dotados de legitimidade sobre a manipulação dos bens de salvação no mundo religioso. Ambos os agentes emergiram do adensamento das relações de produção simbólicas e concorrência de posições processadas a par da institucionalização organizadora de suas atividades.

Recorrentemente, aponta-se o caráter de centralidade do aparato institucional para a compreensão dos mecanismos de autonomização de um campo simbólico na teoria bourdieusiana. Na medida em que essa institucionalização é operada, coordenando as definições de acesso ao meio e distribuindo as insígnias de consagração, há o aumento do grau de autonomia relativa do campo, pois o permite funcionar de acordo com regras próprias e cada vez menos inferidas por ordenamentos exteriores. Nesse sentido, Passiani (2018) chama atenção para a perspectiva de atuação coletivamente organizada:

[...] o pertencimento a um grupo parece ser condição *sine qua non* para sua própria emancipação e inovação culturais; cuja existência depende do grupo, que pode ser um grupo consolidado, oficialmente reconhecido, que se expressa, por exemplo, por sua vinculação às academias, às universidades, ou, ao contrário, situados à margem dos sistemas formais, burocraticamente organizados, como certos habitats, dentre eles, os salões, os cafés, os cenáculos etc. (p. 34).

Conforme afirma Bourdieu (1968), o desenho do intelectual autônomo surge a partir do processo de diferenciação nos domínios das atividades humanas, encaminhando um campo intelectual que se define “[...] por oposição ao poder econômico, ao poder político e ao poder religioso, isto é, a todas as instâncias que possam pretender legislar em matéria de cultura, em nome de um poder ou de uma autoridade que não seja propriamente intelectual” (p. 106). Nesse sentido, delineando-o segundo uma conceituação multivocal, Passiani (2018) defende que a figura do intelectual, em sua acepção contemporânea, constitui-se uma

categoria tipicamente moderna. Emergida a partir do emblemático caso Dreyfus (Paris, 1894), aponta para práticas de intervenção pública que se arrogam autônomas e críticas num momento em que havia uma formação social pronta à acomodação dos agentes e de suas práticas, fruto de um longo processo social que demonstrava ali sua maturidade (PASSIANI, 2018).

Sapiro (2012) assinala que o campo intelectual está interseccionado entre o campo político e o campo da produção cultural, vinculando-se ao campo da produção ideológica, onde interessa aos agentes participantes das diversas esferas (ou subcampos) dos mundos da produção simbólica lutar pela imposição de suas visões de mundo enquanto legítimas e universais. Traçando uma genealogia da ideia de “opinião pessoal”, Bourdieu (2011) chama atenção ao fato de que, contrapondo-se à Igreja e sua aspiração ao monopólio dos julgamentos, esta categoria surgiu exprimindo “[...] os interesses dos intelectuais, pequenos produtores de independentes de opiniões, cujo papel se desenvolve paralelamente à constituição de um campo de produção especializado e de um mercado para os produtos culturais [...]” (p. 372). De fato, Bourdieu (1989a) assente a interpretação que arroga centralidade aos mecanismos de perseguição pelo universal encampadas pelas práticas dos intelectuais:

Se há uma verdade é que a verdade está em jogo nas lutas; embora as classificações ou os juízos divergentes ou antagonistas dos agentes envolvidos no campo artístico sejam indiscutivelmente determinados ou orientados pelas atitudes e pelos interesses específicos associados a uma posição no campo, a um ponto de vista, o certo é que eles são formulados em nome de uma pretensão à universalidade, ao juízo absoluto, que é a própria negação da relatividade dos pontos de vista. O “pensamento essencial” opera em todos os universos sociais e, muito especialmente, nos campos de produção cultural, campo religioso, campo científico, campo jurídico, etc., onde se jogam jogos em que está em jogo o universal (p. 293-294).

Reiterando a noção bourdieusiana de que os intelectuais ocupam posição dominada no seio das classes dominantes, pertencendo assim a um domínio particular autorizado à manipulação das ideias em favor de determinadas interpretações sobre o mundo social, Sapiro (2012) sugere um programa de classificação dos modelos de intelectuais a partir da análise de suas estratégias de intervenção política. Tal elaboração conceitual visa a identificação dos princípios de estruturação do espaço social por onde se desenvolvem suas atuações, obedecendo aos seguintes fatores de diferenciação: capital simbólico acumulado, autonomia frente às demandas políticas e grau de especialização dentro do campo.

De maneira geral, a autora explicita as implicações de cada um desses fatores de acordo com a experiência francesa. Em relação ao primeiro princípio, detenção de capital simbólico, quanto mais dominante é o agente dentro do campo, mais sua pretensão à

universalização de interesses particulares toma uma forma despolitizada. Inversamente, ao lutar contra a ortodoxia vigente, o polo dominado tende à politização de suas demandas, também com vistas à universalização. Em função do capital simbólico que possuem, os agentes ou instituições guiam-se por maneiras públicas de intervenção divergentes:

Os intelectuais desprovidos desse capital dedicam-se às formas de ação coletiva anônimas, como o manifesto, a manifestação, a ação sindical (o sindicalismo intelectual) ou a participação em grupos de vocação ético-política. De forma inversa, pelo fato de o renome de um intelectual conferir autoridade a suas tomadas de posição, seu engajamento está mais suscetível a ter uma forma individual ou individualizada no polo dominante, enquanto que as formas coletivas, como a petição, revelam o capital simbólico coletivo através do acúmulo dos capitais individuais (SAPIRO, 2012, p. 23).

Homologamente ao processo de autonomização do campo artístico pela singularização do artista e reconhecimento de sua capacidade criadora de “obras”, as quais retém a crença social legitimadora de seu valor estético, a figura individualizada do intelectual renomado e/ou titulado referenda por meio de sua “assinatura”, participação singular na veiculação pública das tomadas de posição, uma opinião especializada pretensamente autorizada a legislar sobre o domínio cultural. Ainda que sejam difundidas coletivamente – revistas em colaboração, resenhas e prefácios de livros, textos em colunas de periódicos, dentre outras formas –, a respeito de questões eminentemente estéticas ou em que pesem os posicionamentos políticos, as forças dos capitais simbólicos individuais vinculam-se, nesses casos, convergindo para a legitimação institucional pela qual todos reconvertem em trunfos relevantes ao jogo social disputado.

No concernente ao tópico da autonomia frente às demandas dos grupos políticos exteriores, Sapiro (2012) afirma que os intelectuais estão sempre envolvidos pelas tentativas de cooptação pelas instituições (políticas, religiosas, empresariais, etc.) que desejam impor-lhes uma missão social convergente a seus interesses particulares. De fato, uma fração intelectual ocupa sucessivamente certos aparelhos ideológicos, como igrejas e partidos políticos, bem como aqueles que servem, por demanda, ao Estado ou a empresas privadas, ocupando conjuntamente o seio dominado do campo. Não obstante, a autora frisa a posição dominante do intelectual crítico, cuja forma de engajamento decide de maneira mais autônoma, subsidiado pela alta propriedade de capital simbólico que detém, irreduzível, assim, às imputações externas.

Já a respeito do grau de especialização, terceiro elemento determinante para a definição do modelo de intervenção política do intelectual proposto pela autora, tem-se que este fator opera a partir da concorrência entre as profissões tidas como “úteis” (*expertise* passível de recurso mais imediato) e aquelas atribuídas por “ofícios de criação” (ligadas às

atividades artísticas, literatura, música, etc.). Sapiro (2012) defende a historicização de cada modelo típico-ideal derivado dos princípios de estruturação por ela apresentados, ofertando uma flexibilidade teórica potencialmente contributiva a diferentes formações sociais e campos intelectuais em análise.

De fato, importa notar que as linhas teóricas esboçadas até aqui orientam a compreensão do fenômeno social que pretendo analisar enquanto fornecedoras de princípios de estruturação potencialmente homólogos, mas não o protocolo de um processo simplesmente espelhado pela história local. Como afirma Bourdieu (1968):

Lembrar que o campo intelectual como sistema autônomo ou pretendente à autonomia é o produto de um processo histórico de autonomização e de diferenciação interna é legitimar a autonomização metodológica, autorizando a pesquisa da lógica específica das relações que se instauram no interior desse sistema e o constituem enquanto tal. É também dissipar as ilusões nascidas da familiaridade mostrando que, produto de uma história, esse sistema não pode ser dissociado das condições históricas e sociais de sua constituição e, com isso, condenar toda tentativa de considerar as proposições apreendidas do estudo sincrônico de um estado do campo como verdade essenciais, trans-históricas e transculturais (p. 113).

De maneira geral, faz-se mister, de tal maneira, “[...] relacionar o exercício da atividade literária às suas condições sociais e aos tipos de restrições estruturais que pesam sobre ela” (SAPIRO, 2004, p. 93). Para compreender a experiência brasileira no que se refere aos processos de diferenciação que possibilitaram emergir a figura do intelectual é fundamental analisar as relações mantidas por estes, a partir de sua constituição enquanto fração de elite, com os setores dirigentes. Abordando uma sociologia histórica da cultura a partir de seu texto fundamental, *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)*, Miceli (2001a) expõe sua tese sobre a convergência de determinadas posições sociais e estruturas de poder partindo da experiência de vinculação de intelectuais ao mercado de postos que se expandia entre os anos 1920-1940 no âmbito das organizações políticas e instituições culturais, no mercado editorial e no serviço público, por onde notadamente inauguraram-se quadros estatais disponíveis à acomodação de agentes “legisladores” no trato com a cultura.

Ao analisar a constituição da geração de literatos imediatamente anterior àquele período, os pré-modernistas – décadas dos anos 1900 a 1910 –, Miceli (2001b), no livro *Poder, sexo e letras na República Velha*, debruçou-se sobre as atividades de um grupo de letrados que, ligados às elites e ao poder político na República Velha, atuavam como reprodutores especializados dos interesses dominantes em espaços intelectuais ainda bastante dependentes. Os anatolianos⁹, como os chama, eram pertencentes a frações desprestigiadas

⁹ Faziam parte desse grupo nomes como Lima Barreto, Humberto de Campos, Paulo Setúbal, Manuel Bandeira, Luís Carlos Prestes, dentre outros.

das elites cujas trajetórias possíveis detinham-se quase exclusivamente no atendimento às demandas oligárquicas e da grande imprensa: “[...] toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa que constituía a principal instância de produção cultural da época, e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais” (MICELI, 2001b, p. 17).

Ainda que tenham sido excluídos do bojo das vitórias simbólicas que consagraram o grupo modernista a vingar nos anos 1920, os anatolianos inauguraram, segundo o autor (2001b), uma importante fase para o campo intelectual local por meio da progressiva profissionalização da atividade de escritor, tributária do processo de diferenciação das funções junto ao trabalho de dominação das elites. Problematizando as trajetórias sociais dos agentes a partir de biografias e textos memorialísticos publicados ora em vida ora postumamente¹⁰, Miceli (2001b) defende que naquele momento de constituição do campo intelectual seu princípio de estruturação era dualógico: as condições de possibilidade da profissão de escritor se faziam, por um lado, pelas propriedades familiares regularmente observadas – decadência econômica/morte do pai e manutenção de certo capital de relações sociais – e, por outro, pela incorporação de um *habitus* definido como socialmente feminilizado, forjado pela impossibilidade de se seguir carreiras masculinas¹¹ em função de *handicaps* sociais e biológicos – tragédias familiares, acometimento de doenças, estigmas corporais, etc. Ambas as condições, de declínio familiar e *héxis* corporal específica, atuaram mutuamente orientando os agentes rumos aos postos de trabalho intelectual crescentes naquele momento.

De tal maneira, o autor defende que a apreciação de um período de formação, fase anterior da constituição de um campo intelectual de maior autonomia relativa, possibilita a compreensão de certos determinantes sociais da atividade intelectual que seriam tão mais dissimulados quanto maior a complexificação das relações entre os agentes e o adensamento dos dispositivos estruturais da produção e consagração das obras. Contudo, Miceli (2001a)

¹⁰ A respeito desse ponto – a escolha do material fornecedor de dados sobre as trajetórias dos letrados em estudo – Miceli (2001b) elabora alguns apontamentos interessantes a pesquisas que utilizam tal recurso: primeiro, justificando a própria seleção de agentes alvos da pesquisa baseado no critério de disponibilidade de fontes para a reconstituição de trajetórias sociais, notando que o levantamento deve considerar inclusive a problematização das propriedades sociais que celebram a feitura tanto de biografias quanto de livros de memórias; segundo, faz uma distinção qualitativa, na medida em que demarca a biografia como uma estratégia a contar para os ocupantes de posições privilegiadas, pois tal produção dissimula os mecanismos sociais que engendram a “vida exemplar” narrada apologeticamente, enquanto as memórias, investimento dos menos consagrados no meio, explicitam o jogo cujo personagem se vê envolvido e excluído, usando, o próprio agente, este registro como ferramenta para elevação de sua consagração.

¹¹ Posições estruturadas por um *continuum* que consagra a atividade literária a meio termo entre a carreira mais masculina, a militar, e a mais feminina, a eclesiástica, todas ocupantes do polo dominado no seio das classes dominantes. Enquanto as atividades masculinas no polo dominante estão diretamente relacionadas à valorização econômica das grandes propriedades (proprietários, advogados, engenheiros, etc.), as atividades ligadas ao trabalho feminino no polo dominado são aquelas que eufemizam a dominação, incumbidas da manipulação simbólica das relações de força (letrados, clérigos, militares, além de outros) (MICELI, 2001b).

aponta um importante fator de continuidade entre as gerações – anatolianos e modernistas –, a centralidade operada pela manutenção de capitais simbólicos provindos da origem familiar pretensamente articulados junto aos interesses dos setores dirigentes:

Embora a expansão da atividade editorial e a ampliação das oportunidades de ingresso no serviço público tenham influído de modo considerável para a transformação das condições de trabalho intelectual vigentes na República Velha, as possibilidades de acesso às profissões intelectuais continuam a depender, em medida significativa, das estratégias de reconversão das famílias que estão em condições de transmitir aos filhos um certo montante de capital social e cultural, variável conforme o grau de proximidade entre essas famílias e a fração culta da classe dominante (p. 81).

Comparativamente aos seus sucessores – o movimento modernista de 1922 –, Miceli (2001a) destaca que enquanto os polígrafos da República Velha escreviam para a satisfação das oligarquias num contexto de incipiência de um mercado cultural onde apenas a imprensa podia garantir a difusão de seus escritos, os intelectuais do regime Vargas passaram a contar com “[...] condições materiais e institucionais para conciliar seus encargos no serviço público com seus projetos intelectuais” (p. 198-199). De tal modo, a inserção no Estado garantia uma importante instância difusora e consagradora de suas obras, bem como a reprodução de suas visões de mundo pelos programas governamentais de oficialização da cultura¹².

Uma das explicações apontadas por Miceli (2001a) para a marca diferenciadora é a de que os agentes atuantes durante o Estado Novo se favoreceram de uma ampliação da atuação do Estado em várias áreas, as quais passaram a acomodar intelectuais em carreiras burocráticas. Se durante a República Velha os polígrafos mobilizavam-se notadamente em atenção às demandas oligárquicas produzindo todo tipo de conteúdo literário para a imprensa, durante o regime varguista “[...] estavam muito mais vinculados aos figurões da elite burocrática do que aos dirigentes partidários ou às facções políticas de seus respectivos estados” (MICELI, 2001a, p. 198).

O autor também chama atenção para um domínio em especial que mais destacou as movimentações intelectuais em sua relação com as classes dirigentes no período varguista.

¹² Ademais, Miceli (2001a) elabora uma diferenciação entre “escritores-funcionários” e “funcionários-escritores” alicerçada nas desigualdades entre capitais herdados e adquiridos pelas parcelas de intelectuais que ocuparam diferentes cargos alcançados por vias dessemelhantes e usufruíram também diferentes níveis de consagração em termos artísticos. Enquanto o primeiro grupo era composto sobretudo por figuras mais próximas aos centros de poder regionais, dotados de capitais sociais e culturais baseados na herança familiar e foram cooptados pelo governo federal já para postos de maior importância; a segunda classificação dá conta de agentes oriundos de províncias mais periféricas, com origem social de pouca distinção e cuja carreira no serviço público iniciou-se a partir de funções menos prestigiadas. Por conseguinte, o autor afirma que o preço devido ao Estado enquanto mecenas foi, no caso do segundo grupo, maior em termos de subordinação às diretrizes estabelecidas, estendendo-se também por certo reconhecimento muito mais “[...] em razão dos serviços prestados à elite burocrática do que em virtude do valor conferido às suas obras [...]” (p. 237).

Trata-se do investimento no campo da produção cultural, momento que:

[...] define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentzia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual (MICELI, 2001a, p. 197-198).

A “construção institucional” empreendida pelo Estado junto a vários setores que anteriormente não estavam sob sua alçada trouxe parcelas da intelectualidade para assumir postos na divisão do trabalho de dominação. De tal modo, muitos intelectuais passaram a atuar exatamente nos setores que os prestavam acúmulo de capital simbólico em suas áreas de saber especializado, como na administração de instituições culturais (MICELI, 2001a). As estratégias de reprodução exitosa dos intelectuais modernistas são o foco do trabalho do autor na medida em que ele os identifica, por excelência, como agentes privilegiados pela expansão de postos no trabalho de dominação que se diferenciava e especializava naquele momento alicerçada no regime varguista.

Situação homóloga pode ser observada ao atentarmos às trajetórias de intelectuais forjados na geração cearense de 1940. Afora as mobilizações pela instituição da Secretaria de Cultura do Estado já comentadas, a vinculação a instâncias federais de administração no âmbito da cultura colocava intelectuais cearenses em destacadas posições. Se no caso da Secretaria de Cultura o personagem protagonista foi Raimundo Girão, pode-se avultar a importância de Antônio Martins Filho na liderança do movimento de instalação da Universidade do Ceará, da qual foi reitor entre os anos de 1955 e 1966. Este empreendimento o projetou em seguida a passar treze anos (1967-1979) compondo o Conselho Federal de Educação, posição esta que o possibilitou colaborar ativamente para a instalação de mais duas universidades estaduais no Ceará¹³. Sua consagração na área da educação superior concretizou-se, consecutivamente, por inúmeros títulos e honrarias recebidas nacional e internacionalmente, atuação no setor que o inscreveu na história, como veremos, enquanto marca de intervenção intelectual prestigiadora de sua trajetória.

Em comparação, ao debruçar-me sobre a fase constituidora da geração de 1940 no Ceará, ficará clara que a perspectiva tomada por este estudo se concentra primeiramente na elaboração de uma cartografia da produção simbólica empreendida pelos agentes como mecanismo de compreensão de suas entradas num pretense mercado de circulação de ideias. De forma geral, o período analisado constitui-se pela fase anterior à observação do alinhamento desses agentes aos aparelhos estatais desenvolvidos pelas décadas seguintes,

¹³ Universidade Estadual do Ceará (1977) e Universidade Regional do Cariri (1984). Intevio também junto a Universidade Estadual Vale do Acaraú e Universidade de Fortaleza.

como a Universidade e a Secretaria de Cultura, dos quais foram ativos fomentadores.

A riqueza analítica da obra de Miceli, segundo Bastos e Botelho (2010), situa-se principalmente na abordagem microssociológica de que o autor se utiliza numa época que a sociologia brasileira, em sua maior parte, voltava-se para perspectivas macrossociais. A partir do exame das biografias dos intelectuais e da atenção às estratégias cotidianas de colocação de seus interesses dentro do quadro social e institucional possível, Miceli (2001a) afirma:

[...] poder-se-ia filiar este trabalho à tradição de uma história social das classes encaradas do ângulo de sua dinâmica interna, vale dizer, dos processos que dão conta tanto dos padrões de identidade e do estilo de vida como das mudanças e clivagens que presidem sua diferenciação em grupos e frações especializados (p. 247).

Nesse sentido, também é importante referenciar-se pela sociologia dos intelectuais de Sérgio Miceli na medida em que o autor se apropria da teoria de Pierre Bourdieu como ponto de partida para a apreensão de seu objeto sociológico. Bastos e Botelho (2010) problematizam a obra de Miceli reconhecendo que o sociólogo se dedica “[...] à investigação dos elementos, da organização e do funcionamento internos das estratégias de inserção social dos intelectuais como fatores explicativos de uma dinâmica social” (p. 892), todavia, o fazendo segundo as particularidades de uma formação social que indis põe, por exemplo, um campo autônomo (pelo menos tal qual a experiência francesa demonstra) – “[...] uma situação em que, na melhor das hipóteses, um ‘campo intelectual’ estaria em vias de formação e ainda não inteiramente consolidado do ponto de vista sociológico” (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 895) – necessitando uma abordagem mais ampla a respeito dos processos que interagem com a formação e atuação dos grupos intelectuais observados.

Desse modo, a compreensão de que as mobilizações intelectuais de cearenses em meados do século objetivaram a estruturação de um campo de produção cultural deve ser mediada pela noção de que suas atuações ocorriam dentro de limites e dependências relacionadas a outras esferas sociais, notadamente o poder estatal.

A opção por trabalhar com um grupo de intelectuais justifica-se pela possibilidade de realização de um mapeamento da produção da cultura no Ceará no período eleito, entendendo as práticas desses agentes como fundamentais tanto no sentido da produção de obras quanto da criação de instância mediadoras do universo simbólico. A diversidade de panoramas que compunham o conjunto de atuações intelectuais na literatura, teatro, imprensa, academia e rádio, agrega tais mediadores em torno de uma comunidade de objetivos, notadamente a estruturação de um espaço de produção e circulação da cultura no estado. Nesse sentido, este trabalho toma os elementos postos na dinâmica social não como uma

justaposição de personagens e fatos ocorridos no meio cultural, pois em se tratando da reconstrução de um campo social em estruturação faz-se necessário examinar as relações objetivas que historicamente o instituem (BARBALHO, 1998). Assim, também, levar em conta a composição articulada daqueles agentes significa compreender o aspecto geracional, conforme indiciam Gomes e Hansen (2016):

Vale vislumbrar [...] que as gerações, assim como as tradições, não são postuladas como chaves explicativas de grupos intelectuais, mas ao contrário, como fatores que devem ser identificados e analisados para melhor compreensão das sociabilidades de grupos. Ou seja, elas não explicam; elas devem ser explicadas, para que a dinâmica organizacional e os “microclimas” intelectuais dos grupos sejam apreendidos pelo historiador (p. 25).

As estratégias metodológicas adotadas na pesquisa levam em conta a remontagem da história das agremiações intelectuais no Ceará, observando sua organização e intervenções configuradas entre os anos das décadas de 1930 e 1960. Tanto para a análise da produção (capítulo 2) empreendida pela geração de intelectuais abordada na pesquisa quanto para a articulação de dados biográficos visando a construção de um perfil coletivo (capítulo 3) foi utilizada a montagem de um quadro de caracteres pertinentes, tal como apontada por Bourdieu (1989b), em que são elencadas propriedades importantes para a descrição da instituição ou do agente pesquisado, aquilo que comparativamente os torna comum e aquilo que os particulariza.

Passemos agora ao comentário das escolhas técnicas eleitas para a feitura deste estudo, levando em conta que:

Com efeito, as opções mais “empíricas” são inseparáveis das opções mais “teóricas” de construção do objeto. É em função de uma certa construção do objecto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou de análise dos dados, etc. se impõe. Mais precisamente, é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova ou, como dizem os anglo-saxónicos, como *evidence* (BOURDIEU, 1989b, p. 24).

A pesquisa documental nos arquivos de bibliotecas é utilizada principalmente para acessar o conjunto da produção bibliográfica dos intelectuais estudados, notadamente os fac-símiles dos periódicos disponibilizados no Memorial da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Biblioteca do Museu de Arte Floriano Teixeira (BMAUC). A utilização de pesquisa hemerográfica por meio dos jornais em circulação no período possibilita a reconstrução das disputas e tomadas de posições públicas dos agentes em meio às pautas colocadas no jogo. Vale lembrar, conforme Bourdieu (*apud* BÉRA; LAMY, 2015), que “[...] a polêmica entre os intelectuais faz parte da produção da crença na importância daquilo que fazem os intelectuais” (p. 251).

Materiais impressos ou manuscritos, ressalta Miceli (2001c), registram uma atividade de simbolização que é “[...] parte integral do repertório de imagens com que o grupo veicula e gere sua identidade” (p. 349). Muitos desses materiais estão disponíveis nas bibliotecas (físicas e digitais) das instituições culturais de que fizeram parte o grupo de intelectuais interessantes a esta pesquisa. São homenagens, biografias e textos memorialísticos que indiciam os mecanismos de consagração e as lógicas simbólicas sob as quais o grupo pretensamente se reproduz. A adequada problematização dessas fontes é necessária para garanti-las como um rico material empírico, conforme ressalta Miceli (2001c):

Eu diria que a tarefa prévia nesse tipo de levantamento consiste em explicitar os princípios de produção das fontes utilizadas, condição indispensável à percepção de alguns dentre os principais indicadores subjetivos e objetivos capazes de permitir uma construção analítica de um perfil do grupo em questão [...] (p. 349).

Para tanto, a biblioteca da Academia Cearense de Letras, por seu denso material bibliográfico e documental acerca da história intelectual do Ceará e, principalmente, sobre os componentes do grupo CLÃ, constitui-se privilegiadamente enquanto *locus* de pesquisa. Os acervos da Biblioteca Municipal Menezes Pimentel e do Instituto do Ceará também são mantenedores do acesso a obras e periódicos circulantes no período histórico abordado pela pesquisa.

Os textos biográficos e memorialísticos são interessantes recursos na medida em que permitem abordar as relações entre as frações dos setores sociais dirigentes a partir de dados que remontam o cotidiano de experiências envoltas nas atuações de seus agentes. Como assinalam Bastos e Botelho (2010), Sérgio Miceli dá uma importante contribuição a respeito deste procedimento metodológico ao recorrer às “[...] próprias experiências cotidianas de classe abertas à análise por meio do rastreamento e exame das biografias, como forma de problematizar a compreensão das próprias relações de classe e poder na sociedade [...]” (p. 910).

O “método prosopográfico” é uma ferramenta de reconstrução do perfil de elites por meio de uma biografia coletiva que elenca tipos ideais a partir de casos exemplares de determinado grupo social. Miceli (2001c) defende a amplitude de possibilidades oferecidas pelo recurso desde que se articule com atenção a intersecção entre o exame das biografias e a dos empreendimentos institucionais aos quais os agentes remetem seus capitais:

[...] a análise de qualquer instituição política, educacional ou cultural da classe dirigente no país implica decerto tratá-la como, ao menos em parte, o produto de estratégias mais ou menos bem-sucedidas de um dado círculo da classe dirigente que logrou a institucionalização de suas fontes de recursos (p. 354).

Não obstante, a problematização das trajetórias intelectuais se fundamenta no

questionamento à linearidade das “histórias de vida”, indicando os interesses envolvidos no processo de fabricação das narrativas biográficas e autobiográficas. Conforme Bourdieu (2006), os acontecimentos biográficos operam por deslocamentos “nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado” (p. 190), não se desenrolando num plano individual apartado das redes de sociabilidades que coagem e incitam os posicionamentos.

3 PRECURSORES E PERCURSOS: UMA TRAJETÓRIA EDITORIAL RUMO A *CLÃ*

A conformação da geração de intelectuais que levou a cabo uma série de transformações nas relações de produção simbólica no Ceará não logrou êxito sem pautar a instituição de mecanismos de circulação de seus objetos que os colocassem em condições de disputar as melhores posições sociais para a reprodução de seus interesses. À medida em que se lançavam no meio editorial junto aos pares, ora predecessores ora contemporâneos, os agentes envolvidos com o estado das coisas no meio cultural a partir da década de 1930 traçavam estratégias para a afirmação de sua produção e sucesso de seu projeto intelectual.

Neste capítulo será observada a constituição do espaço mediador de trocas simbólicas fomentado, primeiramente, no que identifico ser um antecedente histórico da incursão editorial daquele grupo de intelectuais, o periódico *VALOR*, experiência que servira de iniciação para muitos dos que posteriormente se firmariam no cenário cultural do estado e do país através dos projetos envoltos pela insígnia “*CLÃ*” (Edições *CLÃ*, revista *CLÃ*, etc.). Examinada a intrínseca relação entre agentes, projetos e práticas designadoras das continuidades observadas entre a *VALOR* e revista *CLÃ*, segue-se rumo à análise da própria experiência editorial empreitada pela última, marcada destacadamente por quatro décadas na história cultural cearense.

QUADRO 1 – CARACTERES PERTINENTES À ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PERIÓDICOS VALOR E CLÃ

Periódico	Tempo de circulação	Números publicados	Editora responsável	Principais articuladores	Secções e temáticas abordadas	Anunciantes
VALOR	Novembro de 1938 a dezembro de 1947.	Anos I e II (1938-1939): periodicidade mensal, 14 números ininterruptos; Ano III (1940): 2 números, abril e dezembro; Ano IV (1941): 5 números, abril, agosto, setembro, outubro e dezembro; Ano V (1942): abril e agosto, 2 números; Ano VI (1943): 2 números, fevereiro e junho; Ano VII (1944): 1 número, maio; Ano VIII (1945): 1 número, dezembro; Ano IX (1946): 1 número, dezembro; Ano X (1947): 1 número, dezembro.	Editora Fortaleza (1938-1945); Editora Instituto do Ceará (1946-1947)	Direção: Antônio Martins Filho	<i>A Crônica de VALOR</i> (crônicas); <i>Os Estudos de VALOR</i> ; <i>Livros</i> ; <i>Poetas de ontem, poetas de hoje</i> (poesia); <i>Cinema</i> ; <i>Cinema, Rádio e Televisão</i> ; <i>Opiniões de VALOR</i> ; <i>O Ceará visto por fora</i> ; <i>VALOR Social</i>	Editora Fortaleza; variadas editoras e livrarias do país; títulos literários em lançamento; casas importadoras de materiais diversos; financeiras; mercado automotivo; profissionais liberais locais.
CLÃ	Dezembro de 1946 a dezembro de 1988.	1946: 1 número; 1948: bimestral, 6 números; 1949: 3 números; 1950: 1 número; 1951: 1 número; 1952: 2 números; 1957: 2 números; 1958-1960: anual, 3 números; 1964-1968: anual, 5 números; 1970: 1 número; 1980: 1 número; 1981: 1 número; 1982: 1 número; 1988: 1 número;	Nº 0: Cooperativa Edições CLÃ; Nº 1-14, 20-21: Instituto do Ceará; Nº 15-19, 22-27 e 29: Imprensa Universitária; Nº 28: Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará	Direção nº 0: Antônio Girão Barroso, Aluízio Medeiros, João Clímaco Bezerra; Direção nº 1-nº 29: Fran Martins; Secretaria nº 1-15: Aluízio Medeiros; nº 16-29: Artur Eduardo Benevides Diretoria comercial nº 12-15: Eduardo Campos	Prosa, poesia, crítica de arte, política, filosofia, sociologia, cinema, noticiário cultural, teatro, artes plásticas, resenhas de obras, etc.	Edições CLÃ; ABDE/Seção Ceará; livros publicados pelas editoras parceiras; casas importadoras de materiais diversos; profissionais liberais locais.

3.1 Editora Fortaleza e revista *VALOR*: o primeiro tempo de uma incursão editorial

VALOR foi um periódico publicado por uma década, primeiro pela Editora Fortaleza (1938-1945) e posteriormente pela Editora Instituto do Ceará (1946-1947). Em seus dois primeiros anos manteve lançamentos mensais, apresentando periodicidade irregular em seguida. Sua tiragem variava entre 1500 e 2000 exemplares, circulando num total de 29 números. Foi um projeto dirigido por Antônio Martins Filho, então também proprietário da editora responsável por sua publicação na primeira fase. O multifacetado editor, desde cedo ligado às atividades comerciais e educacionais no Maranhão¹⁴ e, mais tarde, no Ceará, iniciou sua empreitada editorial ao fixar residência em Fortaleza nos anos 1930, quando veio a adquirir a Editora Fortaleza, em 1938.

O estabelecimento comercial apresentava com amplitude três dos principais aspectos relacionados ao mercado de livros em um contexto social de pouca especialização no ramo. Exprimindo as disposições concomitantes classificadas por Bragança (2002) entre as funções de impressor-editor e livreiro-editor, Antônio Martins Filho geria a Editora Fortaleza atribuindo-a, além da função editorial propriamente dita, também a de tipografia e livraria, tipologias fundamentadas na posse/domínio do material e da técnica de produção e no desenvolvimento das relações comerciais a partir do produto literário. De acordo com Leão (2005):

Os anúncios da editora-impressora-livraria *Fortaleza* deixavam bem claro a que se propunha o estabelecimento: venda de novidades literárias de todas as editoras do país, serviços gráficos em geral, confecção de livros, revistas, memoriais, trabalhos escolares e impressos comerciais (p. 250).

Desse modo, a Editora Fortaleza se prestava a representar comercialmente editoras de porte nacional, editava livros didáticos ou artísticos de autores cearenses e publicava um periódico. Localizando a experiência com a editora junto à trajetória social de Antônio Martins Filho, destaca-se que esta incursão ao mundo da edição sinalizou o primeiro momento de acúmulo de capital simbólico no meio intelectual cearense que se configurava à época, conforme narra o agente:

[...] surgiu-me uma oportunidade excepcional, isto é, adquiri, por compra, a Editora Fortaleza, de propriedade de Joaquim Silveira Marinho. Daí em diante a minha vida tomou um novo ritmo, notadamente depois que consegui relacionar-me com o Doutor Raimundo Girão, com quem executei importante projeto, não só em nosso benefício, mas do próprio Estado do Ceará (FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA, 1991, p. 74-75).

¹⁴ Traços da trajetória social e intelectual de Antônio Martins Filho serão melhor explorados no capítulo seguinte, no qual conjuntamente a outros agentes selecionados compor-se-á o perfil de elite, objeto de análise nesta dissertação.

A possibilidade de, por meio do trabalho editorial, aproximar-se dos “homens de letras” encaminhou a trajetória de Antônio Martins Filho cada vez mais no sentido da dedicação ao universo da cultura, especialmente nas letras e, posteriormente, na educação. De fato, essa empreitada no mercado de impressos fomentou uma importante ponte entre a produção literária cearense e aquela que circulava por atividade de outras gerações intelectuais pelo país:

[...] como intelectual, foi a Editora Fortaleza o principal veículo do meu rápido relacionamento e dos espaços que fui gradativamente conquistando no Ceará e em alguns pontos do Brasil. A minha revista “VALOR” teve ampla circulação no País e divulgou trabalhos de intelectuais e cientistas afamados nacionalmente. Mantive correspondência com escritores eminentes, tais como os cearenses Clóvis Beviláqua, Gustavo Barroso, Antônio Sales, Joaquim Pimenta e, ainda, escritores como Mário de Andrade e Menotti del Picchia, ambos integrantes da Semana de Arte Moderna, de São Paulo (FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA, 1991, p. 83-84).

No início de suas atividades no ramo, Antônio Martins Filho publicou autores locais a partir da Editora Fortaleza. Em acordo proposto pelo livreiro José Edésio de Albuquerque¹⁵ foram lançados *Alguns Poemas* (1938), de Antônio Girão Barroso, e de Manoel Albano Amora, *Manhã de Amor* (1938). Além destes, naquele mesmo ano foram publicados, também sob patrocínio de José Edésio, os livros de Eusébio de Souza, *Sampaio – O patrono da infantaria* (1938) e de Leonardo Mota, *A Padaria Espiritual* (1938). Nos anos seguintes, fruto da aproximação com o corpo de letrados da cidade propiciada ao iniciar período docente no Curso Pré-Jurídico do Liceu do Ceará, publicou Mons. José Quinderé com *Ano Litúrgico* (1940) e Martinz de Aguiar, com *Notas e Estudos de Português* (1942).

Notadamente, ao incursar no mercado editorial com a recém adquirida Editora Fortaleza, Antônio Martins Filho contou com o apoio da figura de um livreiro bem estabelecido na cidade – cuja propriedade situava-se na Praça do Ferreira, “coração” do centro da capital – e com as vantagens disponíveis pela mobilização do capital de relações sociais oriundas de sua inserção na docência numa grande instituição educacional da província¹⁶. Vocacionado à empresa mercantil pela experiência antecessora de lida com casas comerciais, período no Maranhão onde atuava principalmente no comércio de importações muito em voga àquela época, o agora editor empenhou-se junto ao mercado de bens culturais em desenvolvimento, por onde estreitou relações com intelectuais e elite política da sua nova

¹⁵ O editor tornou-se, naquele contexto, personagem de referência para toda a geração, conforme depõe Mário Baratta (1988, p. 70-71): “Edésio era para nós como aquele homem que garante o feno, a aveia e a alfafa aos cavalos que vão correr. Ele foi o padeiro do pão nosso de cada dia, vendendo fiado uma cultura que ele mesmo talvez não entendesse. Virou melancólico nome de rua mas não tem busto no Passeio Público”.

¹⁶ Veremos no capítulo seguinte como a inserção de Antônio Martins Filho no Liceu do Ceará e noutras instituições culturais foi possível através da mobilização de um conjunto de capitais sociais, perpassando relações com familiares já melhor posicionados no sistema intelectual cearense da época.

cidade residencial.

Dos livros de sua autoria, publicados pela Editora Fortaleza, o destaque encontra-se em *O Ceará* (1939), escrito com Raimundo Girão, de quem se aproximara em razão da editora e cuja parceria estendeu-se pelas décadas seguintes. Como expresso em passagem anterior, a relação mantida com o historiador foi o principal recurso da integração de Antônio Martins Filho junto ao setor letrado de Fortaleza.

Figura 1 – Anúncio de *O Ceará* na revista VALOR.



Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelo autor. VALOR, ano 2, nº 13, novembro de 1939.

Figura 2 - Anúncio de *O Ceará* na revista VALOR.



Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelo autor. VALOR, ano 2, nº 14, dezembro de 1939.

Em meio às incursões na edição de impressos, Antônio Martins Filho empreendeu pela Editora Fortaleza a publicação da revista mensal *VALOR*, da maior importância para a circulação das ideias no Ceará de então. O periódico integralizava, por excelência, os anseios intelectuais de Antônio Martins Filho na medida em que se propunha divulgador das artes, dos conhecimentos e dos valores, segundo anunciava em suas páginas, angariando um círculo de colaboradores a movimentar a produção cultural da cidade. Notadamente posicionando seu mentor dentro do quadro intelectual em conformação naquele momento, a empreitada passou a colocá-lo em contato direto com o mais alto quadro intelectual cearense do período, acenando também para o espaço nacional de produção letrada. A estratégia rentabilizava capital simbólico que seria imprescindível para a colocação dominante que teria Antônio Martins Filho a partir dali junto ao campo cultural local e, posteriormente, nacional:

Nesta revista colaboraram as personalidades mais importantes da literatura cearense e muitos vultos de alta projeção nas letras nacionais. Lembro-me de que o número 4 de “VALOR”, correspondente a fevereiro de 1939, publicou uma página de Clóvis Beviláqua – “A Propósito do Neo-Thomismo”, que esgotou a edição em poucos dias, em virtude dos pedidos que recebemos, inclusive do exterior. Com a

publicação desta revista, fiquei com uma posição bem sólida, entre os intelectuais do Ceará. Djacir Menezes, por exemplo, estruturou praticamente a Faculdade de Ciências Econômicas, dentro da Editora Fortaleza, como se vê do documentário divulgado em “VALOR”. Inclusive o programa das várias disciplinas (FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA, 1991, p. 78).

Clóvis Beviláqua apareceu em mais três oportunidades nas páginas de *VALOR* entre 1939 e 1942. Assim também outras figuras já ocupantes de destacadas posições perante o quadro intelectual e artístico nacional publicaram na revista: Josué Montello, José Lins do Rêgo, Rachel de Queiroz e Antônio Sales, dentre outros. Intelectuais cearenses de renome nacional contribuía para a revista, além de nomes mais lembrados a nível local e integrantes da geração anterior – como veremos no segundo tópico deste capítulo –, tais quais Demócrito Rocha e Filgueiras Lima, chamando atenção à crescente importância do periódico. Entretanto, dominavam as páginas da revista jovens escritores que adentravam ao meio cultural local expondo suas obras via publicação de capítulos de livros, contos, crônicas, poesias e textos opinativos os mais diversos.

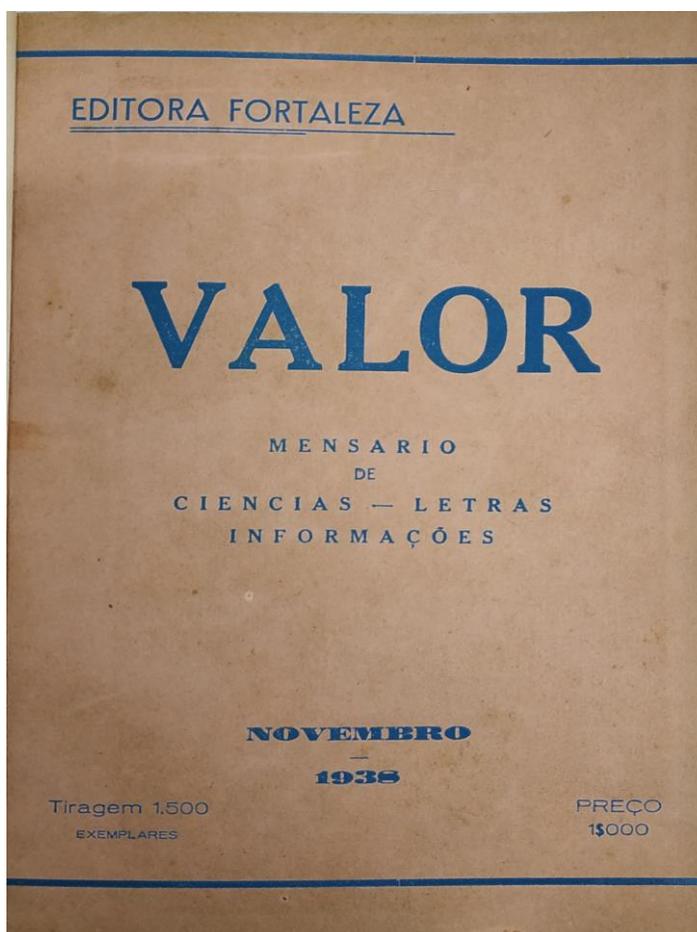
De forma geral, o periódico trazia na capa de cada fascículo informações básicas da edição, número, ano e mês correspondente; abaixo do título, apontava o nome de seu diretor e o endereço comercial, que mudou a partir de 1946, quando passou à incumbência do Instituto do Ceará; em todos os números expunha também a indicação da gerente M. C. Martins (esposa de Antônio Martins Filho)¹⁷; margeando o título, trazia a designação “Mensário de Ciências, Letras e Informações”; a capa estampava um texto de apresentação do projeto, seguido do índice de autores veiculados a cada número (sempre no mesmo formato listado e sem informar o título ou conteúdo publicados); “colaboração solicitada” era outra informação também trazida desde este primeiro momento. Além dessas marcações, estampou a partir de seu nº 16 (dez/1940) os dizeres “Matriculada de acordo com a Lei de Imprensa/Registrada no D.I.P.”, em referência ao órgão máximo de controle de imprensa criado no ano anterior por Getúlio Vargas. Dentre suas funções, o Departamento de Imprensa e Propaganda acumulava a coordenação da propaganda nacional em todos os níveis e a censura à literatura social e política veiculada na imprensa¹⁸, o que indica a partir dali estar a *VALOR* legitimada junto ao governo, que examinava e autorizava previamente a circulação de periódicos, principalmente nessa fase estadonovista, a qual foi encerrada em 1945 quando da

¹⁷ Não fica clara a função de gerência no periódico, se fazia parte da redação, se envolvia-se com o conteúdo propriamente dito ou apenas assuntos comerciais. Maria de Carvalho Martins assinou somente um artigo na *VALOR* (nº 2, dez/1938), o qual trata-se de uma crônica homenageando a um conterrâneo seu recentemente falecido.

¹⁸ Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

extinção do órgão¹⁹. Consequentemente, a partir do nº 27 (dez/1945), a informação parou de estampar a capa, passando “Ciências e Letras” a ocupar seu lugar.

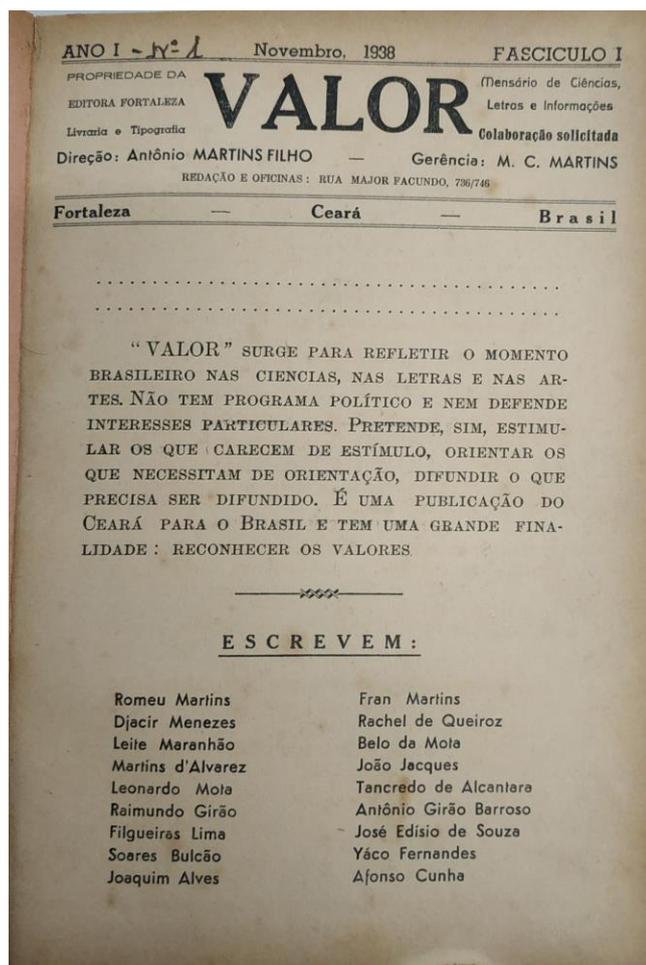
Figura 3 – Capa do ano I de VALOR.



Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelo autor.

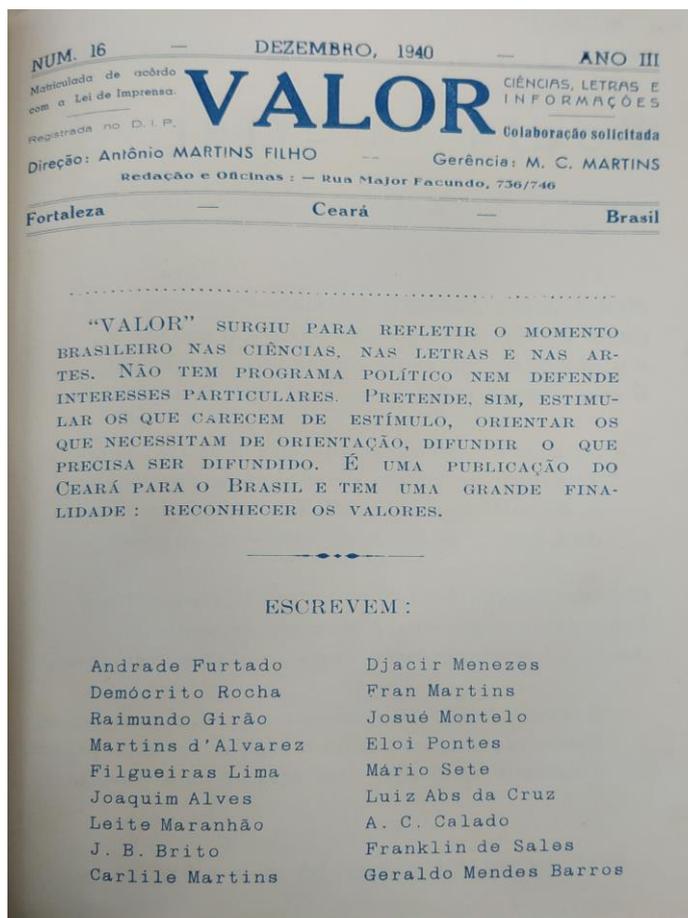
¹⁹ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>>. Acesso em 28 fev. 2019.

Figura 4 – Capa do nº 1 de VALOR.



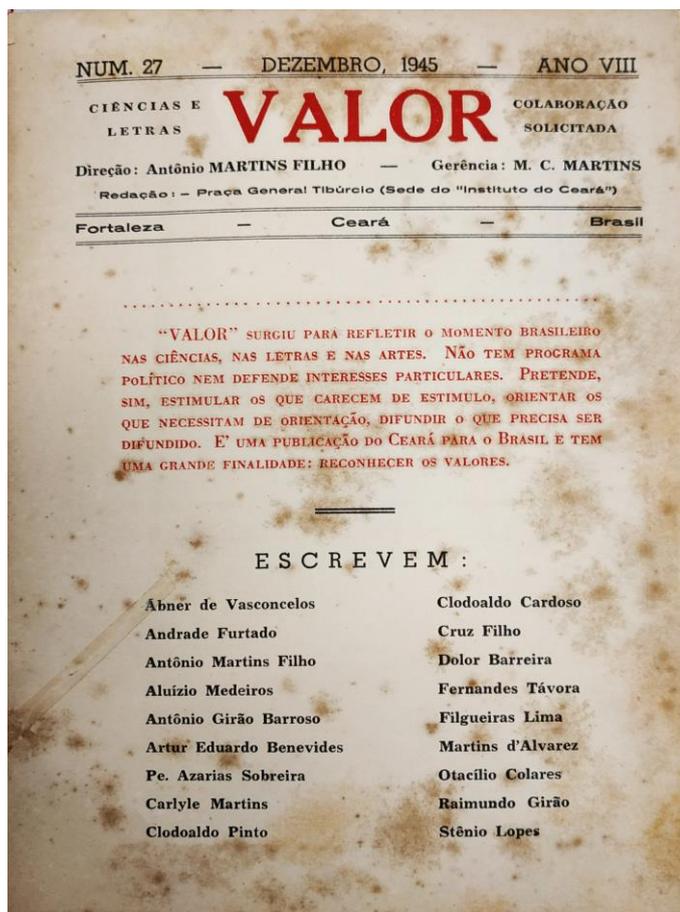
Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelo autor.

Figura 5 – Capa do nº 16 de VALOR, a partir dali com o informe “Registrada no D.I.P.” exibido no canto superior esquerdo.



Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelo autor.

Figura 6 – Capa do nº 27 de VALOR: com a extinção do D.I.P., “CIÊNCIAS E LETRAS” passa a estampar seu lugar.

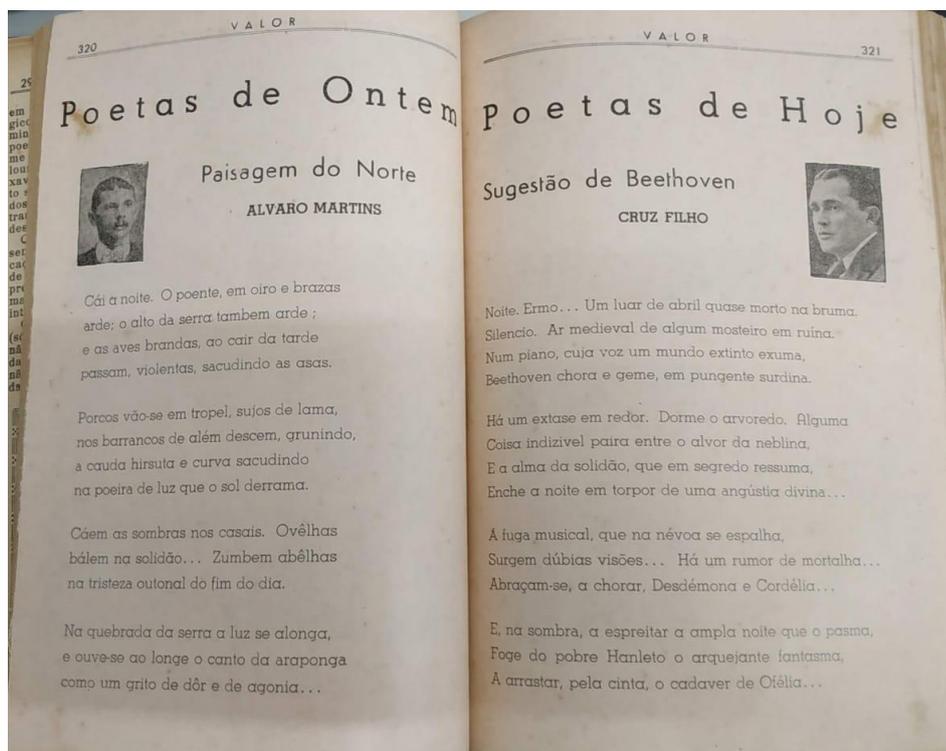


Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelo autor.

A revista continha seções literárias por meio das quais divulgavam-se lançamentos do setor livreiro e publicavam-se cronistas e poetas, além de deter espaço especialmente voltado para teatro, cinema e rádio. Expressava informações científicas, literatura, poesias, textos biográficos, históricos e noticiários. Publicava também escritos elaborados por convite à colaboração, espaço onde eram expostos intelectuais renomados e também novos escritores que intentavam adentrar ao meio. Sousa (1968) destaca que os jovens eram especialmente acolhidos para a veiculação de suas produções, corroborando a interpretação de Leão (2005) sobre a estratégia de vinculação de prestígios e reconhecimento praticada pela publicação, elementos fundamentais a um espaço social em construção, principalmente visto que buscava fortalecer a *intelligentsia* local visando um melhor posicionamento diante do quadro intelectual nacional da época. Nesse sentido, a seção “Poetas de ontem, poetas de hoje” é

exemplar, colocando lado a lado consagrados e noviços²⁰:

Figura 7 – Primeira seção “Poetas de ontem, poetas de hoje”.

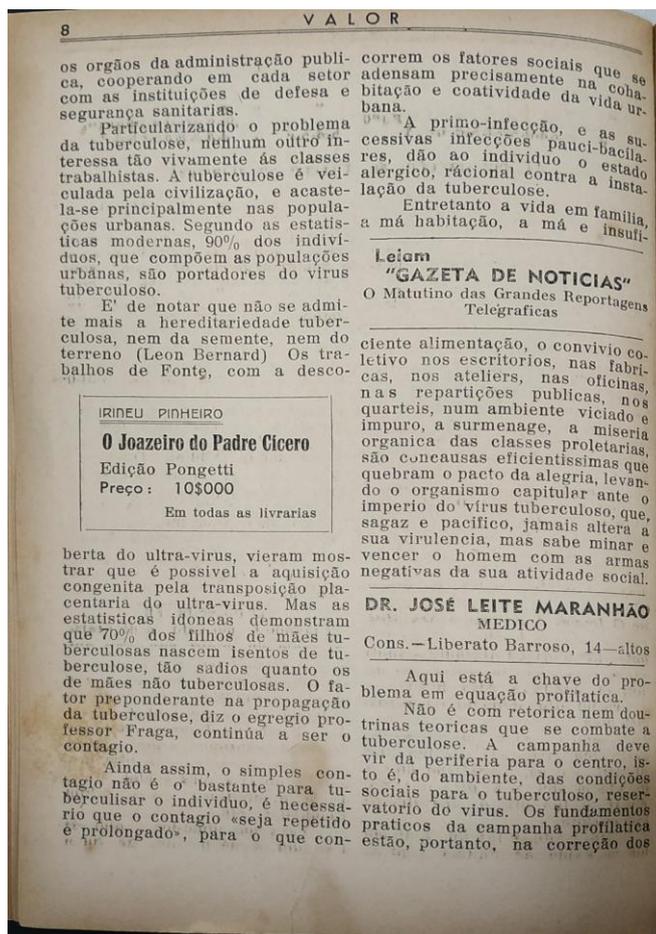


Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelo autor. VALOR, ano 4, número 20, outubro de 1941.

O espaço para anúncios comerciais detinha parte considerável da *VALOR*. Sua diagramação chama atenção por frequentemente estarem em meio aos textos, de forma aleatória e sem vinculação entre o produto/serviço ofertado e o gênero textual ou temática explorada nas páginas em questão. Esse formato ocupou principalmente os primeiros números da revista (1-4), quando, notadamente, o volume de anúncios era maior. Com o passar do tempo estabeleceu-se uma forma mais branda de apresentação dos anúncios, a partir do número 5 (mar/1939) e repetida na maioria dos números seguintes: não mais ocupando o centro das páginas, em meio aos textos, mas sim nos cantos superiores e inferiores.

²⁰ A seção foi publicada entre os números 20 (out/1941) e 29 (dez/1947), excetuando-se os números 25 (jun/1943) e 27 (dez/1945).

Figura 8 – Exemplo de formato dos anúncios nos primeiros números, aleatoriamente dispostos em meio aos textos.



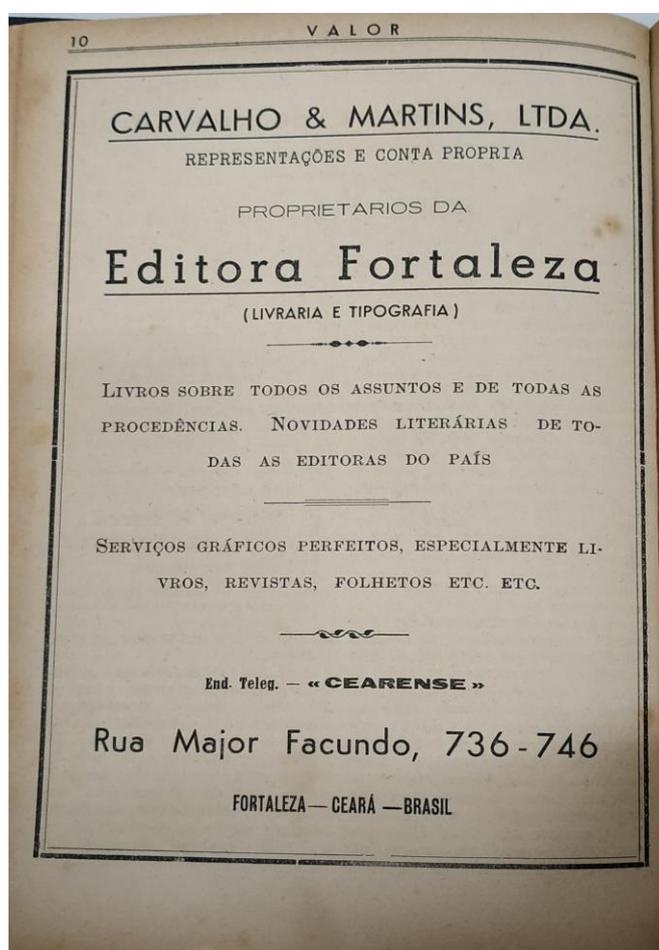
Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelo autor. VALOR, ano 1, nº 1, novembro de 1938.

Havia publicidade tanto de empresas locais, da capital e do interior, quanto de outros estados, de variados ramos. Lançamentos livres, jornais noticiários e temáticos, revistas, editoras, escolas, boutiques de moda, representações comerciais, etc. estampavam as páginas da revista. Grandes estabelecimentos comerciais anunciavam moda e vestuário, carros e peças automotivas, material de construção, instituições financeiras públicas e privadas, móveis domésticos, artigos farmacêuticos e casas importadoras de generalidades. Produtos evidentemente dedicados a um público de maior padrão de consumo, tanto material quanto simbolicamente²¹.

²¹ Convém problematizar a distinção entre consumo de bens ditos "materiais" e "simbólicos", uma vez que mesmo revestindo-se de evidente materialidade em seu sentido físico (valor de matéria prima e funcionalidade), as lógicas que presidem a formação de gostos e as práticas de recepção de produtos são típicas dos processos de elaboração de representações de si e dos outros numa dada formação social. No Ceará de fins dos anos 1930 e pós-guerra não era diferente, sendo o consumo das novidades industriais espraiadas desde o início do século também simbolicamente significantes, já que "em geral, em qualquer sociedade e momento histórico podemos reconhecer a existência de diferentes modas para diferentes grupos sociais, [...]. As modas respondem ao desejo

Instituições educacionais estavam sempre presentes dentre os anunciantes, várias vezes em destaque nos anúncios de página inteira que vinham, em geral, no início e ao final do fascículo. De certo, também era a oportunidade de visualizar propagandas de editoras e livreiros, tanto locais quanto de outras regiões do país, caso das Edições Irmãos Pongetti, Vecchi Editor, José Olympio e O Globo. Usualmente, as editoras anunciavam a partir de títulos de lançamentos, indicando conjuntamente seu autor e o gênero ao qual se filiava a obra (romance, poesia, história, documentário, fotografia, etc.). Havia também pequenos anúncios de profissionais liberais, médicos, advogados, escritórios e jornais locais, como *O Povo* e *O Estado*, além da própria Editora Fortaleza, que divulgava seus serviços tipográficos diversos bem como as novidades literárias anunciadas pelas demais editoras e sempre representadas em suas prateleiras.

Figura 9 – Anúncio de página inteira da Editora Fortaleza.



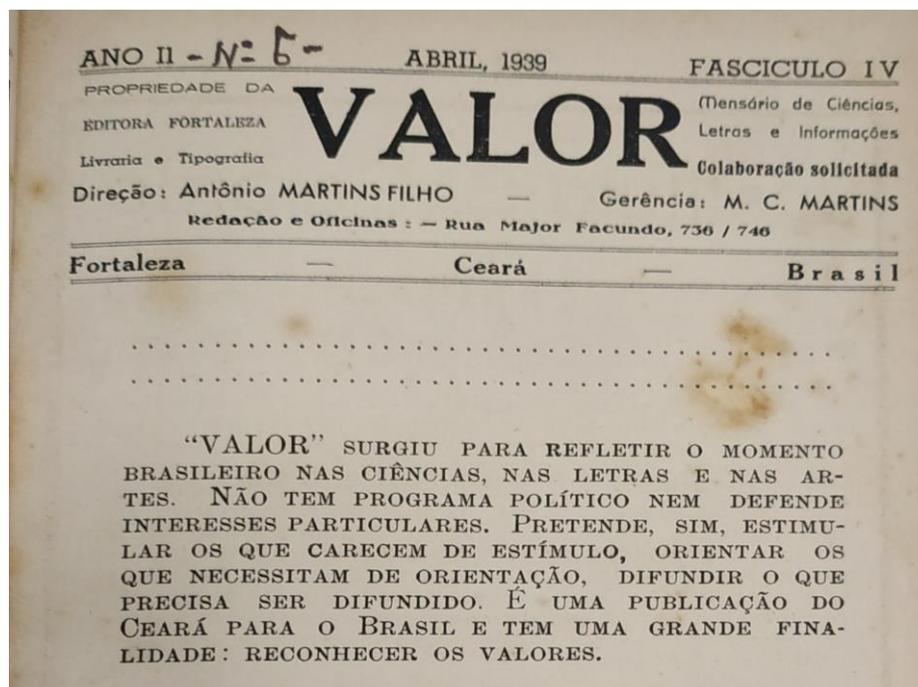
Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelo autor. VALOR, ano 1, nº 1, novembro de 1938.

O trecho da página de rosto apresentado em todos os números do periódico é dos indivíduos de pertencer a um grupo social específico e, por sua vez, diferenciar-se dentro desses grupos; a um desejo de diferenciação entre grupos sociais e de diferenciação no interior deles” (MATO, 2008, p. 181).

elucidativo do ponto de vista da autocompreensão de seus editores relativamente ao quadro social do período:

VALOR surgiu para refletir o momento brasileiro nacional nas ciências, nas letras e nas artes. Não tem programa político, nem defende interesses particulares. Pretende sim estimular os que carecem de estímulo. Orientar os que necessitam de orientação. Difundir o que precisa ser difundido. É uma publicação do Ceará para o Brasil e tem uma grande finalidade: reconhecer os valores.

Figura 10 – Exemplo do texto de capa, trazido em todos os números do periódico.



Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelo autor.

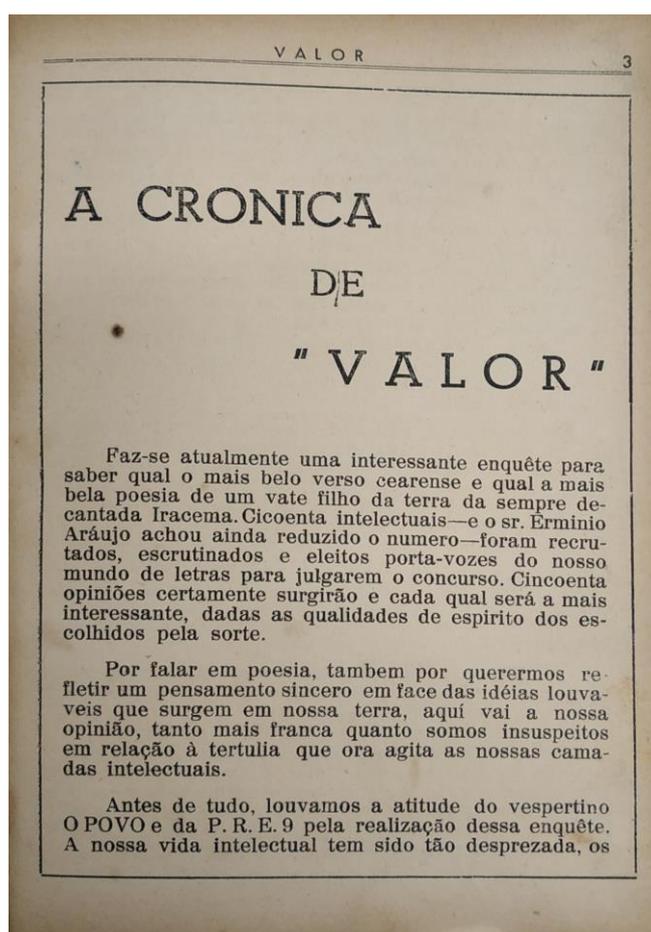
O desígnio editorial da revista em destacar-se como difusora da produção intelectual fica claro no preâmbulo, notabilizando também algumas das principais representações simbólicas mobilizadas pela publicação. Explicitamente, havia a intenção de se colocar no meio letrado nacional, prática confirmada ao observar-se a busca de interlocução com a produção dos grandes centros do período, divulgando novidades do mercado livreiro, resenhando autores de circulação nacional e promovendo debates literários e científicos por meio de suas páginas.

A seção chamada “A crônica de VALOR” era uma espécie de editorial apresentado sempre enquanto primeiro conteúdo da revista²², logo após as primeiras páginas de anúncios. Curiosamente, a partir do nº 2 (dez/1938) passou a ser editada em duas partes, a

²² Todos os números publicaram esta seção, excetuando-se o nº 16 (dez/1940), cujo único diferencial substancial em relação ao que a revista vinha trazendo é o fato de ser apresentada como edição especial voltada à comemoração da turma de formandos da Escola de Comércio Padre Champagnat, da qual Antônio Martins Filho era proprietário e diretor. Ademais, o fascículo trazia textos diversos sobre artes e intelectualidades em geral, mas sem apresentar as seções típicas dos demais números.

primeira metade do texto no início do fascículo e a segunda metade ao final, simbolizando certo “abarque” do conteúdo publicado no respectivo número pela exposição dos princípios do periódico, da temática explorada naquele exemplar ou de comentário especial sobre alguma eventualidade – geralmente homenagem a algum escritor consagrado em data memorativa. Sem indicar autoria – subentendendo tratar-se de texto escrito por seu diretor, chefe da redação –, somente em duas oportunidades, números 8 (jun/1939) e 17 (abr/1941), foi publicada sob assinatura de Antônio Martins Filho.

Figura 11 – Seção “A Crônica de VALOR”, editorial da revista.



Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelo autor. VALOR, ano 1, nº 1, novembro de 1938.

Já em seu terceiro número (jan/1939), o editorial refletia positivamente sobre os lançamentos do setor livreiro cearense em 1938, que, segundo constata: “[...] não nos trouxe a triste decepção de todos os anos, de em nada termos influído na balança da literatura nacional. Não. Livros interessantes, sobre assuntos diversos, apareceram em nosso Estado, merecendo verdadeira repercussão nos círculos intelectuais do nosso país” (p. 4). Em seguida, são destacados alguns dos lançamentos, atribuindo sua feitura ao editor José Edésio e à Editora Fortaleza, conforme parceria anteriormente mencionada a qual foi introdutora de Antônio

Martins Filho na dinâmica editorial local. Desse modo, a revista se prestava ao amparo das atividades da editora e de seu diretor, numa via de mão dupla, expondo determinadas visões de mundo e pleiteando posições legitimadas no meio, especialmente ao chamar atenção a formas de reconhecimento à disposição naquele primeiro momento, advinda dos leitores: “[...] só a Editora Fortaleza imprimiu, para Edésio, mais de meia dúzia de livros interessantes, que tiveram a aceitação do público, o juiz mais autorizado no caso, para julgar tal assunto” (p. 4). O editorial é finalizado retomando aquilo que se fez uma constante estratégia de rentabilização de capitais provenientes da história do campo, o virtuosismo cearense em se tratando de intelectualidade: “Que o ano corrente seja, pelo menos, tão fértil quanto o que vem de findar, para a grandeza de nossa terra e honra do nosso passado de povo culto, inteligente e empreendedor” (p. 50).

Numa “A Crônica de VALOR” subsequente (nº 05, mar/1939), após novamente aludir à boa receptividade ofertada pelo público aos lançamentos locais do ano anterior, é empregada outra estratégia de posicionamento, dessa vez referente à circulação de autores e obras junto a outros centros de produção cultural:

Não ficaram, porem, somente no Ceará, esses livros de nossos literatos. Com grande praser constatamos que os nomes dos nossos escritores estão atravessando as fronteiras e repercutindo lá fora com o valor que eles realmente têm. Esta revista, que foi creada com o unico fito de incentivar as letras no nosso meio, é prova frisante do que afirmamos. Nela têm colaborado os mais expressivos espiritos do mundo literario cearense e tambem escritores consagrados no Brasil inteiro. Clovis Bavilaqua, Amelia de Freitas Bevilaqua, Oliveira e Silva, Martins Napoleão, Newton Beleza, Martins Capistrano, Silvia Patricia e muitos outros bondosamente emprestam o seu apoio á nossa publicação. Isso já é uma prova de que o nosso intento foi compreendido não só pelos intelectuais cearenses como por aqueles que em outros meios também se devotam ao cultivo das letras (p. 104).

O texto segue, após elogio das conquistas daquelas recentes edições, apontando querelas típicas da necessidade de afirmação da atividade intelectual perante agentes exteriores ao campo. Especialmente nesse contexto de pouca especialização, em que as raras iniciativas de circulação da linguagem estética consistiam em atos heroicos levados a cabo por sujeitos dotados da autoimagem de puros herdeiros da melhor tradição literária, fazia-se necessária a defesa mais basilar da atividade intelectual:

Muito nos agrada levar aos nossos leitores essa noticia. Certo, aos que vivem no mundo das letras, a novidade não consistia mais em novidade. Mas o que se deve ressaltar é que, no Ceará, ainda existem muitos descrentes para os quais os nossos escritores não passam de diletantes que, nas horas vagas, vão enchendo as linhas dos cadernos, á falta de melhor emprego de tempo. Como se escrever não fosse um dom que só os eleitos possuem! [...] Os descrentes verão, com os seus proprios olhos, que os nossos homens de letras são merecedores da sua admiração. Eles representam um grande patrimonio para o Ceará – um patrimonio que nem o tempo conseguirá destruir. São eles os que, lá fóra, representam o nosso Estado no que ele possui de mais significativo – a força do espirito, a impercível força do espirito, escada que leva á Gloria e á Eternidade. [...] queremos o engrandecimento de nossa terra, a

elevação sempre crescente do Ceará que nos deu Alencar e Capistrano e que, certo, ainda nos dará grandes nomes que fulgirão nas letras brasileiras como estrelas de primeira grandeza (VALOR, nº 5, 1939, p. 150).

É a partir desse número que se inicia uma interessante seção na revista: “O Ceará visto por fora”. Essa coluna, repetida em alguns números seguintes (6 e 7), informa de sua intenção (e de toda a revista) em “[...] saber como repercute lá fora o movimento literário da nossa terra – saber, finalmente, se chagam até o sul o que fazemos por aqui, numa luta quotidiana que muito contribue para que a nossa produção não escasseie” (VALOR, nº 5, 1939, p. 123). Nesse sentido, os textos da seção compunham-se por transcrições de rápidas entrevistas com intelectuais posicionados nos centros urbanos de produção cultural (Josué Montello, Danilo Bastos e Clovis Ramalhete), diretamente de seus gabinetes na imprensa. Ao serem questionados sobre o que pensam a respeito dos escritores cearenses, depunham sobre a qualidade das obras e necessidade de serem mais lidos fora da província. Frequentemente citando os mesmos nomes a se destacarem à época (Fran Martins, Antônio Girão Barroso, Martins d’Alvarez, dentre outros), sempre apontados como renovadores do movimento literário local.

A respeito da boa receptividade dos escritos “nortistas” nos destacados centros de produção da cultura sulistas, o editorial do nº 7 (mai/1939) deixava claro os interesses intelectuais pela circulação de seus textos:

Quando a gente vive nos Estados, escrevendo para jornais ou publicando livros que demonstrem o valor da geração que passa, ha um desejo que é o motivo pelo qual sempre se tem aceso o ardor pelas cousas do espirito: saber que os escritos são compreendidos não sómente dentro das fronteiras de cada Estado, mas em todo o país. [...] É justamente essa chama que faz com que o escritor da provincia continue a trabalhar, no seu proprio ambiente, para que a sua obra seja difundida e entendida em todo o Brasil (p. 204).

O editorial continua, em seguida, expondo a dicotomia na relação com a recepção na metrópole dos escritos provincianos:

Mas ha na metropole um impecilio com que nem sempre contam os intelectuais das provincias. Inexplicavelmente os que conseguiram nome no maior centro cultural do país, se revelam incapazes de compreender o esforço dos provincianos e daí ficarem os intelectuais, que não privam com o grande centro literario, prejudicados no seu labor, porquanto os literatos “dominantes” parece que tudo fazem para que não apareçam as obras editadas nas províncias (VALOR, nº 7, 1939, p. 204).

Ao passo que logravam espaço dentre a crítica sulista, legítima portadora dos dispositivos de reconhecimento da boa produção literária, o movimento local criticava os mecanismos conformadores das “panelas” de intelectuais que faziam excluir do panorama nacional as produções menos afeitas à tradição estabelecida. Assim, diziam:

[...] o sr. A. escreve sobre o sr. B., o sr. B. sobre o sr. C. e o sr. C., como é naturalismo, sobre o sr. A. Para que não dê bem na vista dos leitores, podem ser

feitas as inversões necessárias ao despistamento. Mas o certo é que não se passa disso e á noite os srs. A., B. e C. vão tomar chá na casa da poetisa D., que para os três é a maior do Brasil, mesmo que eles não conheçam o valor das outras (VALOR, nº 7, 1939, p. 242).

A empreitada pela valorização da produção intelectual local não passava apenas pelos critérios de ampliação do público consumidor e reconhecimento entre os pares mais bem posicionados no sistema literário. A dimensão do mecenato estatal já aparecia claramente nos editoriais de *VALOR* – e continuou sendo pautada na revista *CLÁ*, como veremos à frente. No editorial do nº 6 (abr/1939), aludindo à premiação ofertada pelo governo do Espírito Santo aos literatos locais, chama-se atenção ao “[...] dever primordial das autoridades constituídas auxiliar e incrementar as letras” (p. 154). Em seguida, passa-se a uma crítica aos convencionais prêmios literários, ao que parece, distribuídos pelas academias culturais, por supostos vícios de seus júris, recorrentemente adeptos da “camaradagem” em relação a determinadas figuras. Nesse ínterim, a própria Academia Brasileira de Letras é citada, revelando uma disputa constituída pelos noviços ao adentrarem nos tradicionais círculos letrados²³. O fato é que expondo sua visão sobre as dificuldades materiais de se viver produzindo literatura, ainda vista como atividade “diletante”, o editorial defende:

Realmente, a classe intelectual do Brasil merecia mais estímulo por parte das autoridades. Já que não existe um instituto para assegurar o exercício da profissão da pena, ao menos os governos poderiam incentivar os escritores com a estipulação de prêmios literários. E já que o governo do Espírito Santo estatue prêmios literários, já que o interventor do Amazonas dá todo o seu apoio [...], já que o governo sul-riograndense se interessa e prestigia a moderna geração de escritores gaúchos, já que S. Paulo tem como diretor do seu Departamento de Propaganda um Menotti del Picchia, diretamente subordinado a um Cassiano Ricardo – não seria muito que pedíssemos ao nosso governo ao menos a instituição de prêmios literários para obras de escritores cearenses, uma vez que, no norte, o nosso Estado ocupa lugar de relevo na moderna literatura brasileira (VALOR, nº 6, 1939, p. 200).

Em dezembro de 1939, com seu nº 14, a *VALOR* encerrou seu maior período de publicações mensais, acumuladas na sequência desde novembro do ano anterior, quando estreou. Dali em diante, foram publicados entre 2 e 5 números anuais, excetuando-se os quatro últimos anos de circulação, com apenas um número cada. Já em 1941, “A Crônica de *VALOR*” fez um balanço do empreendimento da revista. Em tom de gratidão pela receptividade oferecida ao periódico pela elite intelectual cearense, versa também sobre as dificuldades materiais de se pôr em circulação num estado pequeno um objeto impresso de tal ensejo: “Tivemos apenas a preocupação de demonstrar, aos descrentes ou nulos, que no Ceará

²³ Esse comentário do editorial refere-se ao polêmico prêmio de poesia concedido pela Academia Brasileira de Letras no ano de 1938 a Cecília Meireles – avessa à instituição e cuja obra trazia diversas novidades em relação à tradição acadêmica –, que sofreu tentativa de impugnação, mas foi defendida pelos modernistas da casa, dentre eles Guilherme de Almeida e Cassiano Ricardo, então relator da comissão. Fonte: Gouvêa (2001).

tudo é possível, bastando para isso compreender que ‘nem só do pão vive o homem’” (VALOR, nº 17, 1941, p. 124). Interessante notar a referência indireta à máxima do movimento Padaria Espiritual, de fins do século XIX, que tinha por princípio fornecer aos seus sócios e à sociedade em geral o “pão do espírito”, entendendo as necessidades de “alimentação” do intelecto tão fundamentais quanto as do corpo físico.

O início dos anos 1940 marca as páginas de *VALOR* por trazer em vários números publicidade oficial sob diversos pretextos. No nº 17 (abr/1941), o primeiro motivo é o aniversário do então presidente Getúlio Vargas. Encarregado de prestar textualmente a homenagem oficial da província, o interventor Menezes Pimentel assina um especial de tom ufanista enaltecendo a figura do líder nacional do Estado Novo e seus feitos diante dos desafios brasileiros de então. O artigo é apresentado ao lado da foto oficial do presidente, que ocupa uma página inteira do periódico. Em seguida, vários textos elogiosos às obras e feitos administrativos dos governos estadual e municipal são veiculados, sempre destacados os nomes de Menezes Pimentel e Raimundo de Alencar Araripe, então prefeito municipal de Fortaleza. Esse formato caracteriza-se como uma propaganda oficial, repetida em alguns números seguintes e não apresentando assinatura.

De todo modo, os anos 1940 representaram nas páginas de *VALOR* seu momento de maior veiculação política propagandística. O que se apresentava pontualmente a partir do número 17 (abr/1941), com alguns poucos textos oficiais, e 19 (set/1941), com um editorial ufanista versando sobre o patriotismo festejado na Semana da Pátria, recrudescer entre os números 22 (abr/1942) e 26 (mai/1944), quando já estava por findar o regime estadonovista. Em artigo de elogio a Menezes Pimentel devido ao oitavo aniversário de sua gestão, registra-se a seguinte passagem ao final do texto: “Homenageando o governo do Estado, na pessoa do Interventor Menezes Pimentel, ‘VALOR’ apenas cumpre um grato dever de reconhecer a grande soma de benefícios que o Ceará obteve nesses oito anos de sua vida administrativa” (VALOR, nº 25, 1943, p. 118). Também em texto laudatório da gestão de Raimundo de Alencar Araripe na prefeitura municipal, completando 7 anos de administração, encerra:

No transpor esses sete anos de útil atividade à frente dos destinos da Comuna Municipal, ‘VALOR’ testemunha sua admiração ao dr. Raimundo de Alencar Araripe, homenagem muito justa e merecida, tendo em vista o volume de melhoramentos que o mesmo dotou à nossa Capital (VALOR, nº 25, 1943, p. 122).

Tais passagens vinham acompanhadas de páginas anteriores e subsequentes com fotos de agentes públicos das gestões estaduais e municipais e fotos de prédios e obras. Seguiam-se textos apologéticos de várias áreas de gestão, como segurança pública, educação, infância e economia agrícola. Tais textos, aparentemente produzidos pela imprensa oficial e

republicados pelo periódico, apareciam em seções especiais, inclusive, às vezes, impresso em papel diferenciado. Entre replicações de textos publicitários elogiosos aos feitos dos governos federal, estadual e municipal – sempre destacando os ocupantes dos cargos de gestão executiva –, homenagens de autoria da redação da revista também circulavam dentro o conteúdo de seus números, numa ambígua relação entre propaganda oficial e “voluntário” apoio aos órgãos estatais locais. Essa aparente ambiguidade pode ser confrontada a favor do entusiasmo pelo governo ao notar-se que Martins Filho e demais irmãos envolvidos nas atividades intelectuais e políticas àquela época mantinham próximas relações junto ao interventor federal Menezes Pimentel – leia-se o capítulo seguinte (3º) deste texto. Nesse sentido, era bem possível que a reprodução de propaganda oficial nas páginas do periódico não enfrentasse resistência por parte de sua direção, que por meio desta prestava também serviço à situação.

Interessante notar que em meio a várias páginas nos últimos números dedicados às gestões estadual e municipal em diversas áreas de atuação, nada se tem sobre o campo cultural (no máximo o educacional básico). Tal fato indicia a precariedade do investimento oficial em cultura. O número 26 (mai/1944), ao passo que traz vários textos propagandistas, exprime em seu editorial forte descontentamento com a falta de gerência do Estado no incentivo às letras:

Numa terra em que a ausência de estímulo aos homens de pensamento é fato sobre o qual não pode haver a menor contestação, esse acontecimento editorial significa qualquer coisa digna de especial registro e dos mais acalorados aplausos (p. 4).

Fato é que, voltando nossa atenção aos conteúdos culturais da revista, o número 18 (ago/1941) anunciou uma mudança de editorial que prometia retornar à periodicidade mensal, trazer novas seções e continuar o trabalho que até ali, conforme avalia o editorial, em muito contribuía para a colocação dos intelectuais cearenses diante das perspectivas culturais locais e nacionais. Indicando os motivos da irregularidade com que vinha se publicando *VALOR*, depõe-se:

A criação e manutenção de uma revista, na província, acarreta esforços que quase sempre passam despercebidos ao público, mas que são bastante elevados para quem toma a si o encargo de levar à frente esse ideal. Na província tudo é difícil. Lutamos com carência de ambiente, de estímulo, e até mesmo de público. Por essa razão é que costumeiramente se vê surgir uma revista, na melhor das intenções, e em breve o entusiasmo arrefecer. O público pensa que se trata unicamente de falta de interesse por parte dos mantenedores desses órgãos. Mas as causas são múltiplas, são filhas das contingências do meio, que sufocam o editor, tirando-lhe toda a boa vontade dos primeiros momentos (p. 128).

Somam-se à explicação, que parece dizer sobre a descontinuidade de Antônio Martins Filho como único redator (função concentrada à de diretor), as complicações

financeiras de se editar um periódico na província naquele período, onde quase sempre as vendas não pagavam os custos da empreitada²⁴. Novos membros da redação assumiam, estampando suas capas a partir desse número 18 (ago/1941) até o 23 (ago/1941): Fran Martins, Alfeu Aboim e Fidelis Silva. A redação renovada tinha, segundo o editorial, a manutenção do desejo de “[...] que ‘VALOR’ continue a ser o espelho da inteligência e da cultura da Terra da Luz” (VALOR, nº 18, 1941, p. 196). Algumas das prometidas mudanças editoriais, como publicação mensal, não foram concretizadas, mantendo-se a irregularidade de números ao longo dos anos seguintes. Entretanto, chama atenção o nome de Fran Martins a figurar dentre os novos redatores. Na sequência de VALOR, ele seria um dos principais fomentadores da revista CLÁ, frequentemente indicado como liderança à frente do grupo, como veremos no capítulo seguinte.

Ao adentrar os anos 1940 a revista veiculou em suas páginas importantes movimentações intelectuais da geração que se aglutinava a partir daquele momento, como o 1º Congresso de Poesia do Ceará, que teve seu manifesto publicado no nº 23 (ago/1942). Guiados pela experiência de participação no 1º Congresso de Poesia de Recife, para o qual enviaram uma edição conjunta chamada *Triângulo de Poesia*, Antônio Girão Barroso, Aluísio Medeiros e Otacílio Colares lideraram a empreitada local. O evento em Fortaleza intentava realizar “[...] um inquerito que, consultando a nossa inteligência e a nossa cultura, defina os rumos do pensamento do Ceará e do Brasil em face da civilização e das circunstâncias” (p. 211). A busca pelo entendimento de um caráter nacional da poesia, bem como das demais formas artísticas compreendidas também como portadoras de poeticidades, deu a tônica do congresso, afirmando as estimas modernistas por linguagem nacionalista e valorização das propriedades regionais na expressão estética.

Asseguramos que a Arte é universal e eterna. Mas afirmamos também a sua feição heterogenea e particular, as suas imperiosidades regionais, os caracteres específicos da sua origem. [...] Prescrevemos um sentido nacional, sem prejuizo das interdependências universais, para todas as realizações da cultura e da inteligencia brasileiras; proscrevemos as formulas antiquadas, a mentira historica, a aceitação servil de modelos estranhos ás emoções da alma nacional – todo os elementos defeituantes e desagregadores da obra de arte no Brasil (p. 211).

O tema da guerra mundial em andamento no início dos anos 1940 – com o crescente envolvimento do Brasil no conflito ao lado dos Aliados a partir dos ataques sofridos por embarcações nacionais pelos nazistas no ano de 1942²⁵ – é flagrante no manifesto que deu

²⁴ Convém lembrar que boa parte dos impressos eram enviados a intelectuais de todo o país, como meio de divulgação das obras e dos escritores cearenses. Fonte: Fundação Demócrito Rocha (1991).

²⁵ Segundo Freire (2014), 20 navios brasileiros foram afundados pelos alemães nesse ano, sendo 2 destes na costa cearense.

o pontapé inicial às atividades do congresso e foi representativo das discussões travadas alguns meses antes, durante as reuniões preparativas, inclusive (LINHARES, 2018). Ao passo que este era organizado na capital, na cidade do Crato, região do Cariri cearense, surgiu, em contraponto, o Congresso Sem Poesia, liderado por Quixadá Felício, José Stênio Lopes – que posteriormente integrou o grupo CLÃ – e Leopoldo Fernandes, exatamente questionando a celebração da poesia em meio à conturbação típica vivida em termos mundiais na época, segundo argumentam Azevedo (1976) e Aderaldo (1981).

O debate fez-se por meio de jornais cearenses, conforme demonstrado por Nobre (2013), antes mesmo da realização do evento na capital, quando circulavam apenas notícias das reuniões preparativas e publicamente divulgava-se a futura realização do congresso. Ocorria, nesse sentido, um ambiente de disputa intelectual, cuja polêmica assentava nas razões éticas e estéticas envolvidas na celebração artística naquele contexto configurado a nível internacional via conflito geopolítico e a nível local por meio das típicas contingências naturais da seca e estruturais problemas energéticos enfrentados pela província.

Com efeito, o manifesto do congresso de Fortaleza – de autoria de Mário Sobreira de Andrade e lido na ocasião por Eduardo Campos – depôs sobre liberdade artística colocando-se contra a tutela de outras esferas de poder sobre a produção intelectual, numa afirmação de autonomia, conforme exemplificado a seguir: “Somos pela Arte livre de interferências estranhas, contra a influencia do Poder nas concepções criadoras, pela livre condução dos Artistas e pela Verdade total nos seus empreendimentos intelectuais” (VALOR, nº 23, 1942, p. 212). Opondo-se aos horrores da guerra, o manifesto demarcava também críticas às formas autoritárias de governo que atentassem aos “direitos do Pensamento”, porém justificavam moralmente o conflito por entenderem-no enquanto luta contra o fascismo.

Em um primeiro momento, ao acessar os textos exemplares do período analisado, como esse manifesto, causa certa estranheza notar que mesmo expondo uma leitura de preconização de valores liberais e democráticos, a questão política nacional – em um país que vivia sob a ditadura varguista – passa ao largo diante dos temas ligados à grande guerra. Afora leituras que apontem para o momento fortemente passional sob o qual se vivia no Brasil aquele contexto de guerra principalmente no ano de 1942²⁶ ou mesmo a reconhecida censura

²⁶ O Brasil declarou guerra à Alemanha e Itália exatamente em agosto daquele ano, mês que em Fortaleza o grupo de letrados realizava seu congresso de poesia. Freire (2014) demonstra como havia um forte envolvimento local com a guerra que prosseguia desde 1939. As discussões se espalhavam pelas páginas de jornais e pelos locais de encontro público, como os cafés. Suplantando até o interesse típico pelo futebol nas conversas casuais,

exercida pelo já mencionado D.I.P., não são óbvias as razões da predileção pela discussão referente ao exterior frente ao momento pelo qual passava o país em se tratando de política interna. Cabe lembrar, não obstante, que a vinculação aos interesses do regime era uma possibilidade, já que inclusive Fran Martins, irmão mais novo de Antônio Martins Filho, trabalhou na Secretaria de Imprensa Oficial e posteriormente no Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), órgão ligado ao D.I.P., durante a gestão do interventor federal Menezes Pimentel²⁷.

Conforme acontecia recorrentemente, seja por meio da linguagem de reverência ou pela aproximação física, “os novos”, ao mobilizarem-se, buscavam pela consagração de nomes locais para a conferição de legitimidade a seus atos. Linhares (2018) argumenta que essa estratégia se estendia às instituições tracionais legisladoras em termos de cultura:

[...] para esse grupo, considerava-se que seria necessário ter a participação de escritores já conhecidos, tais como Jáder de Carvalho, Mário Sobreira de Andrade e Filgueiras Lima, além do apoio de instituições como o Instituto do Ceará, a Academia Cearense de Letras, a Associação Cearense de Imprensa e a Academia de Letras do Ceará. O grupo acreditava que assim conseguiriam a devida credibilidade entre vários intelectuais cearenses e na imprensa (p. 46).

De tal modo, a maior parte do manifesto foi ocupado pela reprodução da fala de abertura proferida por Filgueiras Lima. Não por acaso, o texto inicia posicionando-se em favor do congresso de poesia ainda que em época de guerra, referindo-se aos Estados Unidos da América – com o qual o Brasil alinhava-se no conflito²⁸ – por meio da figura de seu ex-presidente, Herbert Hoover, numa citação que alude à função da poesia para elevação do povo em meio ao medo, no que chamou de “terapêutica poética” necessária a um país que precisava unicidade vibrante. Era a defesa de uma arte correspondente às demandas sociais e políticas que deveria pautar-se pelos sentimentos nacionalistas. Aparentemente, o contexto de surgimento das organizações e eventos que marcou fortemente os anos 1940 o fez ligarem-se

o tema esportivo era substituído pelo boca-a-boca das notícias bélicas que chegavam via agências de notícia, rádios, cine-jornais, filmes, etc.

²⁷ Aspectos relativos à agência de Fran Martins diante dos acontecimentos que conformaram a geração de 1940 serão melhor explorados no capítulo seguinte.

²⁸ O alinhamento ideológico do Brasil aos Estados Unidos da América fortaleceu-se durante esse período, sentindo-se a influência cultural norte-americana tanto nas práticas de consumo de bens materiais típicos quanto de itens eminentemente culturais. Enquanto nas páginas de *VALOR* anunciavam-se carros e produtos automobilísticos, também eram publicizados os cinemas locais, que contribuía para a divulgação dos valores americanos associados. A elite intelectualizada, por sua vez, mediava parte desses valores traduzidos nos anseios democráticos e de abertura política. Linhares (2018) argumenta que a partir de 1941 a pressão norte-americana pelo posicionamento do Brasil ao lado dos Aliados na corrente guerra mundial intensificou-se, sendo em 1942 – após, sobretudo, o já citado ataque marítimo na costa brasileira – não mais possível o governo varguista sustentar a posição ambígua que mantinha ao flertar também com o Eixo, movimento geopolítico por meio do qual mantinha relações comerciais com ambos os lados envolvidos no conflito bélico. A partir dali o Brasil entrou na guerra e assinou acordos de cooperação com os norte-americanos, que, dentre outros assuntos, a nível local materializaram-se na instalação de bases militares em Fortaleza.

de forma íntima ao clima belicoso travado a nível mundial, o que representou, ao mesmo tempo, uma demanda por posicionamentos políticos carregada de autorreflexão sobre os deveres artísticos²⁹. O embate com os críticos do congresso ficara evidente:

Até entre homens que se dizem de letras não faltou quem viesse negá-la e combatela. As corujas, nem por terem olhos grandes, enxergam bem as coisas, a plena luz. As suas pupilas habituaram-se á treva. A literatura também tem as suas corujas, aves noturnas ou de mau agouro, que tentam rasgar a mortalha da Poesia... [...] A lógica daqueles que pensam que, nesta época dramática de guerra e sêca, somente deveríamos chorar, como Jeremias, no muro das lamentações, compara-se á do fanático japonês que rasga o ventre em sinal de protesto... É a lógica suicida dos inconscientes e dos covardes (VALOR, nº 23, 1942, p. 213).

Junto à exposição de querelas intelectuais que demarcavam aquela geração por meio de suas primeiras afirmações de lógicas distintivas, como que fornecendo legitimidade à mobilização dos jovens escritores de então, Filgueiras Lima defende:

Mas, em verdade, este congresso não é senão uma expressão de vitalidade das novas gerações cearenses. Mais do que isso: é uma afirmação de força de coragem, de idealismo que fala bem alto da tempera moral dos nordestinos, de todos os heroicos descendentes de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e José de Alencar (VALOR, nº 23, 1942, p. 213).

Linhares (2018) aponta que em meio às polêmicas envolvendo congressistas fortalezenses e cratenses e o aprofundamento da gravidade da guerra para o Brasil naqueles dias, os encontros do 1º Congresso de Poesia do Ceará passaram por um arrefecimento, desmobilizando-se reunião a reunião, as quais aconteciam de forma itinerante variando de local. Emblematicamente, o dia do *quebra-quebra* (18 de agosto de 1942) – em que uma confusão generalizada “[...] promoveu uma série de depredações a estabelecimentos comerciais pertencentes aos estrangeiros que tinham alguma relação com os países do Eixo” (FREIRE, 2014, p. 42) – marcou o também o final dos trabalhos do congresso, que àquela altura já pouco expressava discussões sobre poesia, contaminado pelo debate da situação do Brasil às vésperas de declarar guerra às potências do Eixo (NOBRE, 2013), fato confirmado dois dias após a data da rebelião popular.

O 1º Congresso de Poesia do Ceará foi um dos marcos conformadores da geração de 1940, enunciando um ciclo de inaugurações naquele espaço social que envolveu criação de coletivos artísticos, eventos culturais e objetos editoriais, dentre eles a SCAP, a qual fez-se sobremaneira a partir das trocas permitidas pelas sociabilidades efervescentes entres pintores

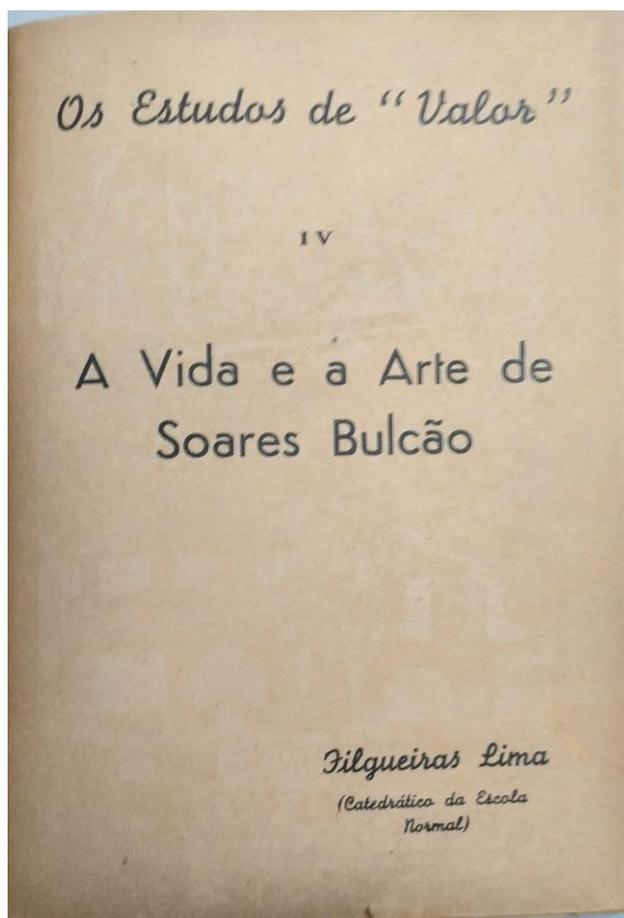
²⁹ Outro exemplo dessa intrínseca relação entre a ebulição de atividades e organizações artísticas naquela década e o período de guerra experienciado – mesmo que a relativa distância – pelos intelectuais locais foi a realização da primeira mostra de artes plásticas promovida pela recém-criada SCAP, em 1944. A Exposição Pintura de Guerra, executada em parceria com a Liga de Defesa Nacional, exprimia, conforme demonstra Silva (2015), as noções de arte atrelada à situação humanitária vivida no período, tendo em vista a colocação do artista como relator das emoções do povo de forma prioritária em relação à manifestação de seus desejos individuais.

e escritores da terra.

Em meio à agitação vivida desde 1942, a *VALOR* de nº 24 (fev/1943) destaca em seu editorial o que, segundo afirma, foi o maior acontecimento cultural dos últimos tempos em Fortaleza: a posse de novos membros do Instituto do Ceará. A tradicional associação era a mais prestigiada academia do período no estado, conferindo a seus partícipes especiais honrarias, assim defendia aquela “A Crônica de VALOR”, expondo ainda uma defesa da importância de agremiações como o Instituto que, longe do que afirmavam seus críticos, não eram “[...] túmulos vivos para aqueles que já não podem mais produzir” (p. 4). Remetendo a grandes personagens que fizeram e faziam à época parte do quadro de intelectuais filiados, anunciavam-se os novos empossados: Demócrito Rocha, Joaquim Alves, Luiz Sucupira e Antônio Martins Filho. Entre um consagrado jornalista, um eminente sociólogo e um político destacado, Antônio Martins Filho dava mais um importante passo em ascensão à elite intelectual do Ceará.

Este nº 24 (fev/1943) também inaugurou uma seção dedicada a ensaios monográficos sobre intelectuais cearenses chamada “Estudos de VALOR”, dedicada à análise de obras e por onde prestava-se homenagens biográficas. Iniciando-se sob texto de Filgueiras Lima sobre Soares Bulcão, recém falecido, continuou – excetuando-se o número 25 – até o nº 29 (dez/1947), no qual encerra a revista o texto de Antônio Martins Filho sobre Eusébio de Souza, um dos primeiros autores por ele editado ao adquirir a Editora Fortaleza.

Figura 12 – Primeira seção de “Os Estudos de VALOR”, por Filgueiras Lima.



Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelo autor. VALOR, ano 6, nº 24, fevereiro de 1943.

Já sendo publicada sob periodicidade anual, *VALOR* chega a seus últimos números refletindo um novo momento tanto em vista do cenário local das letras quanto de seu principal agitador. Assumindo cada vez maior participação no Instituto do Ceará, Antônio Martins Filho passa a encabeçar esforços pela estruturação de uma tipografia moderna sediada na agremiação, conforme expõe “A Crônica de VALOR” do nº 27 (dez/1945). Já no ano seguinte, o nº 28 (dez/1946) repercute em suas páginas um novo congresso que consagraria de vez a iniciativa de uma nova geração intelectual na província, o 1º Congresso Cearense de Escritores, o qual será melhor explorado mais adiante. Defendendo a mobilização em seu editorial e publicando as principais teses discutidas no encontro junto da divulgação dos resultados das discussões, *VALOR*, em seus últimos números de atividade, continuava a mediar a produção dos “homens de letras” locais numa iniciativa que naqueles derradeiros anos encontrava paralelo nas primeiras ações conformativas do Grupo CLÃ, interesse deste estudo a partir daqui.

Conforme foi discutido, a circulação da revista *VALOR* empreendia a difusão de

novos escritores cearenses conjuntamente aos textos assinados por intelectuais já consagrados nas letras locais e nacionais. Também as trocas com editores brasileiros por meio de informativos, resenhas e publicidade caracterizaram o periódico enquanto importante objeto mediador da produção cultural que se estabelecia por meio da jovem geração intelectual de 1940.

O periódico reuniu em seu núcleo de colaboradores muitos dos intelectuais que posteriormente fizeram parte do grupo CLÃ. Doze dentre os quatorze escritores consagrados fundadores do movimento de CLÃ, de acordo com seus Estatutos (AZEVEDO, 1976), ocuparam, em algum momento, as páginas da *VALOR* (SOUSA, 1968): Aluísio Medeiros, Antônio Girão Barroso, Artur Eduardo Benevides, Braga Montenegro, Eduardo Campos, Fran Martins, João Clímaco Bezerra, José Stênio Lopes, Milton Dias, Mozart Soriano Aderaldo e Otacílio Colares, além de Antônio Martins Filho. Compunham o restante do grupo consagrado Lúcia Fernandes Martins e Moreira Campos.

A empreitada encabeçada por Antônio Martins Filho por meio de sua Editora Fortaleza foi, de certo modo, uma experiência gestadora do movimento posterior, conhecido desde o início dos anos 1940 pela insígnia CLÃ, com seu corpo de intelectuais agitadores envolvidos em diversas esferas de atividades artísticas, intermediáticas e educacionais.

De fato, nunca se registrou uma versão definitiva a explicar a origem do nome do coletivo de artistas. Entretanto, Azevedo (1976) coleciona algumas hipóteses levantadas por membros do coletivo: numa primeira, em alusão à Cooperativa de Letras e Artes, citada por Braga Montenegro; numa segunda, assinalada por Antônio Girão Barroso, diz-se que houve inspiração no nome do Clube dos Artistas Modernos (CLAM), de São Paulo. Há ainda a relação com o Clube de Literatura e Arte, fundado em 1946 também por Antônio Girão Barroso, que apesar de mencionado no nº 0 (dez/1946) como coletivo alvo da distribuição revista *CLÃ*, por meio do envio a seus sócios, e de ser composto por escritores que fariam também parte do grupo CLÃ, é anotado por Azevedo (1976) como iniciativa distinta. Em depoimento, Antônio Martins Filho se refere ao Clube de Literatura e Arte como originário do grupo CLÃ (FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA, 1991, p. 87). Moraes (2004) levanta outras duas versões: uma dá conta deste mesmo Clube de Literatura e Arte, sob o qual Antônio Girão Barroso teria dito que a diferença seria apenas um til sobre sua sigla; a outra de que, segundo Otacílio Colares, o Clube criado por Antônio Girão Barroso passou, com o tempo, a ser chamado de CLAM ou CLÃ, derivando assim o nome pelo qual ficaram conhecidas diversas iniciativas, entre elas uma revista de 30 números circulada por quarenta anos e uma editora que estampou o nome do grupo em cerca de 250 livros.

3.2 CLÃ: clube, editora e revista

A fundação do coletivo de escritores que ficou conhecido por grupo CLÃ deu-se, desde seu estágio embrionário, de forma bastante articulada aos principais movimentos artísticos notabilizados no período. Ao examinar-se o que dá conta a historiografia literária cearense, fica evidente a profícua relação mantida entre as gerações anteriores – notadamente a primeira geração modernista de 1928 – e aquela entusiasmada pelos que se estabeleceriam a partir dali no cenário cultural.

Como fora comentado anteriormente, desde os primeiros encontros provedores das iniciativas artísticas que marcaram os anos 1940, como o 1º Congresso de Poesia do Ceará, bem como na própria experiência de periódico cultural de *VALOR*, sobressaía-se uma relação de troca intergeracional. A participação de Mário Sobreira de Andrade como redator do Manifesto do Congresso, lido na ocasião pelo jovem Eduardo Campos (ADERALDO, 1981), é um simbólico indício desse estado de afinidades, sendo o primeiro lembrado como figura ativa do movimento modernista local tanto em seu momento inicial como enquanto “[...] incentivador daqueles que fundariam o grupo CLÃ” (AZEVEDO, 1976, p. 393). Na mesma linha, cabe destaque à participação no congresso do “já consagrado poeta Filgueiras Lima”, conforme assinala Aderaldo (1981, p. 8), “[...] representando os remanescentes de “Maracajá” (órgão dos modernistas cearenses de 28)”. De acordo com Moraes (2004):

A geração cearense reunida em torno do Grupo CLÃ surgiu quando o modernismo consolidava as suas diretrizes, através da atuação da geração de 1945. Sua função não foi tanto de renovação quanto de afirmação de valores já vigentes em seu tempo. Sem preocupação de renovação estética ou manifestação de protesto à geração anterior, o Grupo CLÃ procurou enfatizar a integração arte-vida em sua obra literária, ratificando definitivamente a implantação do modernismo no Ceará (p. 51).

De fato, havia certa integração entre os escritores que fizeram parte da primeira geração modernista cearense e aquela que despontou nos anos 1940. Tendo os primeiros vivido os “tempos heroicos” que exigiam a afirmação de sua novidade estilística, segundo defende Azevedo (1976, p. 427), cheios de “arreganhos iconoclastas” e “piadas demolidoras”, acabaram por laurear à geração posterior, consolidadora do movimento, melhores condições de espraiamento de seus interesses estéticos, quando não mais precisou-se enfrentar tamanha resistência como a que será descrita a seguir.

Para entendermos melhor os embates intelectuais que demarcaram a apropriação regional das ideias modernistas no período imediatamente posterior à eclosão da Semana de 1922 vale delinear alguns traços de seu histórico. De acordo com Azevedo (1976), a marca introdutória da primeira fase do movimento foi a publicação de *O Canto Novo da Raça*

(1927), de Jáder Carvalho, Franklin Augusto, Sidney Neto e Mozart Firmeza. De fato, destaca Marques (2015), desde o início da década de 1920 produziam-se em Fortaleza poemas que reverberavam escritores modernistas paulistas, ao passo que a intensificação da circulação da nova estética no estado deu-se pelas publicações organizadas por Demócrito Rocha e Jáder Carvalho em um suplemento do jornal *O Povo* denominado *Maracajá* (1929), que contava com participação de Paulo Sarasate e Mário Sobreira de Andrade. Este último participava ainda, segundo Moraes (2004), ao lado de Heitor Marçal e João Jacques, de outra iniciativa alguns meses após extinguir-se *Maracajá*, chamada *Cipó de Fogo*, que também logo expirou. Nesse contexto, a ambição perseguida pelos letrados da província era manter uma correspondência aguçada junto aos nomes emergentes do movimento que vinha do Sul por meio de personagens como Raul Bopp, Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho, dentre outros, alinhando-se sobretudo à vertente modernista mais nacionalista e conservadora (MARQUES, 2015).

Entretanto, àquela época houve tamanha reação dos escritores estabelecidos “[...] a ponto do antimodernismo chegar ao estado do Ceará primeiro do que o próprio Modernismo”, comenta Marques (2015, p. 119), que continua: “[...] embora o ambiente local estivesse a par das tendências poéticas do início do século XX, permanecia, incontestavelmente, conservador” (p. 119). O acirramento da disputa intelectual que configurava o período fica evidente ao observar-se as reativas dos novos escritores, contestadores do academicismo beletrista das gerações anteriores. Uma publicação de 1922, *Os Novos do Ceará no Primeiro Centenário da Independência do Brasil*, organizada por Aldo Prado, surgiu como resposta dos poetas excluídos da coletânea considerada oficiosa intitulada *A Poesia Cearense no Centenário* (1922), de Sales Campos. Por meio da reativa, criticavam diretamente o que consideram práticas cheias de pretensa pompa e autoelogio dos escritores estabelecidos do período (MARQUES, 2015).

Em meio a estas querelas, o movimento modernista expressava-se no Ceará dos anos 1920 com sinuosidade característica nesta fase inicial, visto que era processado sob forte resistência dos setores conservadores do meio artístico. Estando identificado às demais mudanças experimentadas pela sociedade, a proposta estética tornava-se alvo comum das disputas de significados sobre os qualitativos positivos e negativos trazidos pela evidente modernização sociotecnológica que se estabelecia naquele virar de séculos. Lembremos que a Fortaleza do período vivia sua *belle époque* (PONTE, 1999), legando às primeiras décadas da centúria iniciante o estabelecimento de sociabilidades alusivas a determinados modelos de aspiração cidadina: principalmente a europeia Paris e a capital federal Rio de Janeiro.

Desejava-se a modernização, eram bem-vindos os automóveis, a energia elétrica, os bangalôs, os cines, conquanto não alterassem as bases da estrutura patriarcal da sociedade, porque senão passavam facilmente de “progresso material” para “atraso civilizacional”. Este receio chegava também às faturas literárias e ao debate crítico, uma vez que as novidades vindas do Sul do país eram agora “futuristas” e procuravam alinhar seus procedimentos artísticos com as novas práticas da vida. Daí concluímos que a tônica do primeiro tempo modernista no estado seria a de um “Modernismo de rédeas curtas”, desejado porque o Ceará não poderia perder o bonde da história, mas mediado por setores conservadores da sociedade (MARQUES, 2015, p. 123).

Uma das principais figuras do meio literário cearense a posicionar-se diante da influência vinda do Sul pela movimentação dos modernistas foi Antônio Sales. O fundador da Padaria Espiritual mantinha contato com escritores e intelectuais de várias partes do país, chegando a fazer a ponte entre autores sulistas e os que aqui escreviam. No entanto, destaca Marques (2015), arredio às novidades estéticas em geral e, naquele momento, àquelas propagadas pela Semana de Arte Moderna de 1922, tratou de lançar já em 1923, sob o pseudônimo Arthunio Vales, uma série de textos satirizando o movimento de renovação estética – chamado debochadamente de “futurismo” –, atribuindo-lhe inabilidade e falta de senso em razão da liberdade e quebra de padrões poéticos que operavam – poesia fácil, feita às pressas, acessível, etc.

O consagrado escritor atuou, desse modo, abrindo o espaço da polêmica para que os anti-modernistas demarcassem seus pontos de vista na imprensa local. De fato, a posição influente ocupada por Antônio Sales no meio intelectual regional e nacional conferia-lhe significativo capital simbólico para exercer um arbítrio literário poderoso na província. Desse modo, afirma Marques (2018, p. 28-29), “[...] acumulava prestígio entre os mais velhos e inspirava os mais jovens, sem deixar de cultivar polêmicas e desafetos, como ocorre a toda grande personalidade”.

Porquanto, a apropriação estética de demais vertentes da Semana de Arte Moderna de 1922 só veio a estabelecer-se a partir da década de 1940 com o grupo CLÃ. Após um interstício de certa convivialidade pairada ao passar dos anos – e das gerações –, ao longo da qual “[...] continuaram uns versejando à nova maneira, mas outros vindos de correntes anteriores, voltavam aos seus alexandrinos” (AZEVEDO, 1976, p. 427), o fato é que:

Apenas com o Grupo Clã, na década de 1940, se retomaria parte da agenda de 1922, como a pesquisa mais séria sobre a cultura popular, a reflexão sobre a linguagem poética, o debate efetivo com as artes plásticas, o aproveitamento da linguagem cotidiana, o exercício crítico, com a inspiração e as bênçãos, desta vez, de Mário de Andrade (MARQUES, 2015, p. 145).

Homologamente, esta mesma década abriga a consolidação, no campo das artes plásticas, da fase renovadora da pintura cearense, aponta Rodrigues (2006), “[...] quando

novos nomes despontam tanto na forma de ‘ousadias estilísticas’ (inspiradas pela Semana de Arte Moderna de 1922), quanto na manifestação de uma capacidade associativa que reunirá pintores sob ateliês coletivos” (p. 21). Não por acaso, a geração intelectual desta fase constituinte do campo artístico local é frequentemente lembrada por sua atuação coletiva fundadora de instituições culturais nas letras e nas pinturas, indissociavelmente ativadas pelas assinaturas CLÃ/SCAP. De acordo com Moraes (2017, p. 11):

A união entre os dois grupos revela-se, aos nossos olhos, na frequência de ilustrações que perpassam as páginas da revista CLÃ, além de nas inúmeras entrevistas, artigos e textos publicados pelos artistas da SCAP, no mesmo veículo de comunicação, e inclusive nos poemas do famoso abstracionista Antônio Bandeira. Interagem frequentemente também em reuniões do Instituto do Ceará (ocasião em que o poeta Aluísio Medeiros escreveu divertidas atas-crônicas) ou mesmo em reuniões informais, de puro lazer, como a que aconteceu no sítio dos artistas plásticos Estrigas e Nice, documentada em artigo pelo próprio Estrigas.

Assim como uma longa tradição de agremiações intelectuais dedicadas à apreciação e profusão das letras faz parte da história do Ceará desde o início do século XIX, a mais importante associação de artes plásticas descende de uma série de experiências de mostras e grupos de fomento à organização do setor dentro do espaço social cearense. O surgimento da SCAP remonta à própria constituição, em Fortaleza, das condições de possibilidades da criação artística no campo da pintura, que no início do século XX em muito se apoiava na novidade eminentemente imagética da fotográfica, com seus estúdios e exposições (RODRIGUES, 2006). Buscando autonomia e profissionalização nas primeiras décadas da centúria a partir da mobilização de artistas locais com realização de salões de exposição e criação de associações que promoviam a complexificação das relações entre obras e artistas na capital cearense, a SCAP surge em 1944. Portanto, assim como demais agremiações surgidas na década de 1940, esta nasce embalada por uma série de experiências anteriores, como a do Centro Cultural de Belas Artes (CCBA), o que a municiou de determinadas perspectivas de planejamento interventivo sobre mundo social já que era fruto de uma mobilização histórica que acumulava demandas e formas de atuação. Nesse sentido, não apenas a organização de exposições com vistas à publicização de artistas já ativos era pretendida, mas também ser escola de formação (SILVA, 2015). Bem como *VALOR* e *CLÃ*, por meio de suas exposições – como os Salões de Abril³⁰ – objetivavam pôr em contato artistas e obras locais junto àqueles doutras províncias e centros metropolitanos.

Ainda à época das reuniões que resultaram na promoção do primeiro congresso de

³⁰ O Salão de Abril é uma das principais mostras de artes plásticas do Ceará, ocorrendo até os dias atuais. Realizada sua primeira edição em 1943 pela União Estadual dos Estudantes (UEE), foi assumido pela SCAP em 1946, durando sob sua promoção até 1958. De 1964 até hoje é realizado anualmente pela Prefeitura de Fortaleza.

literatos nos anos 1940 formulou-se, conjuntamente, a secção cearense da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), posta em atividade a partir de 1943, ao fundar as Edições CLÃ. Suas primeiras atividades foram as publicações dos livros os *Três Discursos* (Eduardo Campos, Mário Sobreira de Andrade e Antônio Girão Barroso), *Águas Mortas* (Eduardo Campos) e *Escola rural* (Mário Sobreira de Andrade). A instituição, cuja presidência ficou por conta de Fran Martins, surgiu sob o intuito de cuidar da representação das edições de autores cearenses em outros estados do país, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. A tônica de sua atuação naquele momento, segundo alude Aderaldo (1981), deu-se da seguinte forma:

[...] em uma de suas sessões a ABDE resolveu fundar uma editora-distribuidora de nossos livros, pois o principal problema dos intelectuais de província não é propriamente a publicação de suas obras mas a sua distribuição, ficando todos ilhados e sentindo necessidade de publicar seus trabalhos no eixo Rio-São Paulo, sem o que continuarão desconhecidos (p. 9).

Mais tarde, em 1946, a ABDE/Seção Ceará tomou a frente na realização de outro evento, conjuntamente a instituições culturais locais: o 1º Congresso Cearense de Escritores. Presidindo a comissão organizadora do evento, Fran Martins teve como vice Henriqueta Galeno, secretariado composto por Braga Montenegro (secretário-geral), Antônio Girão Barroso e Eduardo Campos e, na tesouraria, Candida Maria Santiago Galeno. Mais tarde, a mesa dirigente do congresso foi instituída, assumindo sua presidência Antônio Martins Filho, com Hugo Catunda e Henriqueta Galeno na vice-presidência e, como secretários, João Clímaco Bezerra, Aluizio Medeiros e Eduardo Campos.

Em pleno funcionamento, o congresso contou com ampla participação dos mais ativos escritores a estabelecerem-se naquele momento e também da elite local, seja ela militar (gen. Onofre Muniz Gomes de Lima), estatal (Moacir Teixeira, representante do Interventor Federal Pedro Firmeza; desemb. Faustino de Albuquerque, presidente do Tribunal Regional Eleitoral; e Abner de Vasconcelos, do Tribunal de Apelação) ou clerical (mons. Otavio de Castro, representante do arcebispo metropolitano D. Antonio de Almeida Lustoza). No encerramento, novamente protagonizou Filgueiras Lima, então secretário de Educação e Saúde do estado, discursando posteriormente à fala de Stênio Lopes, Aluizio Medeiros, Braga Montenegro, João Clímaco Bezerra e Eduardo Campos, todos diretamente participantes da iniciativa de CLÃ, levada a cabo na sequência.

Uma das implicações imediatas da reunião materializou-se no final daquele ano, com o nº 0 (dez/1946) da revista CLÃ sendo publicado. Este número trouxe um texto de resumo do congresso, o qual apresentava suas pautas, comissões e desdobramentos. Desde ali

aparecia privilegiadamente a preocupação dos agentes com o apoio do poder estatal às atividades intelectuais:

[...] entre as teses, indicações e proposta debatidas, a maior parte se referia às questões atinentes ao direito autoral, ao estímulo do escritor da Província, á liberdade de criação e, finalmente, ao amparo mais consequente ao homem de letras de nossa terra, que não raro deixa de realizar-se como tal porque lhe falta a necessária ajuda por parte dos poderes publicos (CLÁ, nº 0, p. 23).

Mais informativa a respeito do congresso foi a edição de nº 28 (dez/1946) de *VALOR*, que em sua “A Crônica de VALOR” abordou a realização do I Congresso Cearense de Escritores chamando atenção à adesão de várias sociedades intelectuais, ao apoio inclusive material dos novos interventor e prefeito pós-regime varguista Pedro Firmeza e Romeu Martins e às discussões das teses resultantes nos Anais publicados posteriormente. Mais uma vez há passagens que dão tom de disputa, fazendo entender que desconfianças de “adversários” foram suplantadas pelo êxito da empreitada, numa avaliação sobre o sucesso da atividade que parece ter sido menos polêmica do que fora aquela sobre o congresso de poesia de 1942, o qual alguns participantes classificaram como fracassado (LINHARES, 2018). Em tempos imediatamente posteriores ao período pós-estadonovista – em nível nacional – e pós-guerra – em nível mundial –, o editorial do nº 28 (dez/1946) reflete:

Do êxito resultante deste I Congresso Cearense de Escritores, uma conclusão logicamente se tirará: - a de que a nossa intelectualidade tem uma alta compreensão do papel que lhe está reservado, nos dias confusos em que ora vivemos. Na verdade, a geração presente não se compraz em apenas proclamar o sentido revolucionário da Padaria Espiritual ou em repetir que possuímos, no nosso patrimônio cultural, nomes os mais expressivos nas ciências, nas letras e nas artes. Além disso, deseja também demonstrar, de modo inequívoco, que tem a verdadeira noção dos seus deveres e quer fazer jús aos seus direitos correlativos (p. 132).

Além de vincular-se mais uma vez a um movimento intelectual disruptivo e marcante de amplo reconhecimento das letras cearenses a nível nacional, a Padaria Espiritual, a tônica deste editorial de divulgação do movimento que se adensava pela realização do congresso de 1946 é de constituição de uma nova geração de “homens de pensamento”. Cientes do lugar que ocupavam por herdarem a posição de destaque cearense, para além desse já estabelecido vínculo afirmavam-se qualificados e determinados a dar curso a um novo momento intelectual na província. Ao mesmo tempo em que reconheciam mais uma vez a positiva carga simbólica representada pela herança geracional legada pela estabelecida historiografia literária cearense, procuravam apontar sua ultrapassagem num indicativo de autonomia. Essa é uma passagem emblemática que indicia, além do mais, a consciência protagonista que passava a dotar aquela geração a partir dali.

Em interlocução direta com a Associação Brasileira de Escritores (ABDE), que no

ano anterior (1945) realizara o I Congresso Brasileiro de Escritores, a versão cearense de 1946 apresentava-se como uma prévia para a segunda edição nacional prevista para 1947, ficando a cargo, como já mencionado, da ABDE/Seção Ceará. Essa instituição representativa, fruto do interesse dos letrados cearenses em articular-se segundo as demandas que já vinham sendo discutidas a nível nacional, tornou-se já nos primeiros anos de funcionamento uma referência local, constantemente figurando entre as principais iniciativas relacionadas à intelectualidade em Fortaleza. Linhares (2018) aponta sua centralidade para a realização na província do congresso de escritores aos moldes do encontro nacional já ocorrido:

[...] o que possibilitaria a realização desse congresso no ano de 1946, seria a vinculação desses novos intelectuais à Associação Brasileira de Escritores (ABDE), surgida em 1942, na capital federal, como uma instituição que servisse como defensora dos direitos dos escritores e de suas publicações, além de promover uma missão democrática destes em oposição ao Estado Novo vigente (p. 58).

O temário do evento apresentava o seguinte objetivo de forma central dentre aqueles relativos aos escritores: “[...] a defesa dos seus legítimos interesses, sobretudo no que toca à questão dos direitos autorais” (I CONGRESSO CEARENSE DE ESCRITORES, 1947). Seu manifesto, suas teses e resultados apontam alguns dos principais problemas identificados pelos congressistas na atividade intelectual provinciana e suas perspectivas de superação.

Braga Montenegro, sob o título “A divulgação literária do escritor da província”, cobrou algumas medidas em benefício do exercício profissional do escritor, a exemplo de uma editora subvencionada pelo Estado, agências de divulgação da produção cearense em sedes estaduais pelo país e a criação de uma revista dedicada à diversidade de produção literária e científica local. Preocupado em caracterizar a natureza da província em meio ao contexto nacional e, por aí, descrever os desafios a serem enfrentados naquele momento, o escritor expõe:

O nosso fito imediato é o desdobramento das nossas atividades para além das fronteiras da Província, mas permanecendo nós sempre fieis a nossa origem, a nossa natureza provinciana. Ampliar sempre as nossas atividades e divulga-las para além das fronteiras, por todo o país e, depois, então, vencendo as cadeias da língua, ajudados pela unificação de todos os esforços das diferentes províncias brasileiras, nos projetarmos, na medida da nossa capacidade, por todo o mundo, como parte de uma literatura original e digna de respeito e admiração: eis o nosso remoto objetivo (VALOR, nº 28, 1946, p. 65).

E continua, em seguida, comparando as possibilidades de atuação do escritor típico de província em relação aos intelectuais metropolitanos: “Sabemos o que comanda, muita vez, o êxito do escritor do centro, que é o brilho das posições sociais, os altos cargos públicos, mas não ignoramos também que o valor de cada um é a principal condição para o

êxito” (VALOR, nº 28, 1946, p. 65). Fica clara a identificação de uma hierarquia a regular as posições provincianas e metropolitanas no sistema literário nacional, recorrendo Braga Montenegro, inclusive, ao reconhecimento da importância da vinculação aos quadros estatais para a consagração em termos intelectuais.

A superação dessa lógica de classificação que relega ao escritor provinciano posição subalterna, segundo defende, passa por maiores possibilidades de divulgação de suas obras, coisa que dependeria substancialmente da iniciativa Estatal, já que, avalia, são ainda pequenas as possibilidades de lucro de uma empresa privada de volume a lidar com editoração de autores de províncias mais desprovidas de boas condições socioeconômicas, como a cearense. Nesse sentido, cita o exemplo de sucesso da Editora Globo no Rio Grande do Sul, apontada como iniciativa evidentemente privada a bem administrar revistas, edições livrescas e redes de distribuição a partir de um estado privilegiado economicamente.

A distribuição necessária ao espraiamento da produção literária que seria dada conta pela editora de amparo estatal deveria ficar a cargo da ABDE, já que dentre suas incumbências Braga Montenegro identificava o cuidado aos interesses de todos os escritores do território nacional. Por fim, a publicação de uma revista de ampla circulação sob cuidadosa curadoria teria por desígnio projetar os escritos da província por todo o país, numa iniciativa similar a já observada dentre grupos de outros estados, caso do próprio Rio Grande do Sul, novamente mencionado. O escritor conclui afirmando sua proposta sistemática de apoio à edição, divulgação e distribuição, juntamente à circulação de periódico coligindo autores regionais, como iniciativas que deveriam ser amplamente amparadas pela atuação do Estado.

Outra tese apresentada, sob o título “A divulgação literária do escritor da província”, foi a de Fran Martins. Avaliando a problemática da distribuição dos escritos de autores regionais como a principal questão a ser enfrentada para o desenvolvimento da literatura das províncias menos abastadas, o autor apela à necessidade de criação de um órgão divulgador centralizado na capital da república, mas com sedes distribuídas por todos os estados. Fran Martins faz, então, uma diferenciação entre a minoria escritora da província que se destaca e se torna nacional escrevendo sobre sua terra a partir do deslocamento para um dos três ou quatro centros estaduais que ofereciam boas condições para publicação; e aqueles que não conseguem adquirir consagração nenhuma diante da crítica mais estabelecida fora de sua origem periférica, jamais saindo do conhecimento restrito de seu estado de origem, sendo assim a grande maioria, confirmada enquanto regra.

Fran Martins descreve, então, de forma interessante o que concebia como modelo de trajetórias de escritores que rumam aos centros na tentativa de melhores condições de

publicação e que, quando conseguem algum reconhecimento, sofrem as mazelas de uma caminhada tortuosa que deixa sequelas físicas e morais:

Em primeiro lugar, se o escritor tem alguns recursos, se não está preso por encargos que o obriguem a permanecer na província, emigra para o sul. Lá acontece sempre a mesma coisa: decepciona-se com as cartas de apresentação que leva para pessoas influêntes, revolta-se contra o indiferentismo com que é tratado, sofre um bocado, às vezes não tem onde dormir e passa fome. Depois arranja um pequeno emprego, começa a escrever algumas reportagens para jornais ou revistas ilustradas. Só passados alguns anos consegue firmar-se, escrevendo regularmente na imprensa, publicando um livro em alguma grande editora, fazendo, enfim, ouvir sua voz (VALOR, nº 28, 1946, p. 60).

Para a compreensão do fenômeno, Fran Martins aponta três principais motivos: falta de distribuição dos livros, de divulgação dos artigos e de informações a respeito do escritor da província nos grandes centros. Seja para a consagração ou para a dura crítica, ele entendia como principal desafio ao desenvolvimento do literato provinciano a oportunidade de leitura por públicos mais amplos: “[...] sabendo que as suas ideias ou os seus trabalhos terão repercussão fora de suas fronteiras, sente-se mais amparado, fortificado para produzir melhor, para trabalhar sempre” (VALOR, nº 28, 1946, p. 62).

Propondo à ABDE a criação de uma “Bureau de Distribuição” responsável pela superação das problemáticas elencadas, Fran Martins, bem como Braga Montenegro, identifica o problema da distribuição e divulgação da produção da província como principal dificuldade para o melhor posicionamento da literatura produzida nos pequenos estados e maior reconhecimento de seus escritores.

Já Raimundo Girão congregou em sua tese a mais incisiva proposta de intervenção estatal junto ao campo artístico: a criação de uma secretaria de cultura. Em seu “A necessidade de uma secretaria de cultura”, o autor defendia que a província cearense vivia, pelo menos, desde os primeiros movimentos da Academia Francesa dos anos 1870, o mais alto acúmulo de produção científica e literária, cabendo, no entanto, melhores condições estruturais para a “colheita” dos bons frutos. Nesse sentido, reflete:

E a verdade é que não possuímos bibliotecas senão as particulares, não possuímos arquivos documentários senão os particulares, não possuímos museus e coleções senão particulares. Vibração dos homens de pensamento, todos querendo fazer; inercia do governo, nada querendo fazer. Mas a inercia é muita vez energia em potencial transformável em movimento. E podemos fazer o governo mover-se. Diremos em termos mais claros: as atividades culturais do Ceará gritam por uma sistematização, por um carreamento lógico. A dispersão há de ser metodização (VALOR, nº 28, 1946, p. 70).

Defendendo a necessidade de equipamentos públicos a manterem e difundirem os bens simbólicos, o historiador, que àquela altura já havia percorrido longo caminho na administração estatal, apelava ao apoio oficial no sentido da gerência sobre a cultura

“dispersa”, como identificava. Nota-se que, desde esse momento embrionário, a ideia de uma secretaria de cultura que abarcasse o cuidado com os órgãos culturais diversos e estimulasse a produção artística cearense é tomada pela função de organizadora do simbólico, enquanto departamento imbuído de legitimidade para pautar os caminhos pelos quais mover-se-iam as “coisas do espírito” produzidas na província.

As conclusões proferidas pelo congresso foram publicadas em seus anais (I CONGRESSO CEARENSE DE ESCRITORES, 1947), mas já haviam sido reproduzidas na edição anual de *VALOR* (nº 28, dez/1946), resumindo junto às demais teses esplanadas acima os pontos discutidos no encontro. Portando um caráter eminentemente prático, elencaram-se tais pautas: criação de uma lei de direitos autorais a proteger a produção letrada, intermediada pela ABDE, e que assegurasse também os tradutores; criação pela ABDE nacional e cearense de um bureau de distribuição dos trabalhos de autores dos diversos estados e da província, respectivamente; amparo ao teatro por meio da fundação de escolas dramáticas, apoio financeiro a companhias, realização de espetáculos gratuitos ao público e programas de bolsas para trabalhadores do meio teatral; fundação da referida secretaria de cultura responsável por administrar as repartições culturais do estado e incentivar a produção das letras, artes e ciências, inspirada no Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo; amparo estatal a editoras cearenses já existentes ou futuras, bem como subsídio à revistas culturais, cobrando diretamente apoio à já ativa Edições CLÃ, e assim também a reedição obras de autores já falecidos bem como pelo menos a edição anual de obra de escritor em atividade (segundo curadoria da ABDE/Seção Ceará); aquisição de pelo menos 100 exemplares de cada título lançado pela Edições CLÃ a fim de serem distribuídos em bibliotecas por todo o estado; reforma da Biblioteca Municipal e entrega do espaço à época ocupado pela mesma ao Instituto do Ceará; espaço junto à Imprensa Oficial para confecção a baixo preço de livros de editoras locais; financiamento para eventos promovidos na província pela ABDE/Seção Ceará e pelo Clube de Literatura e Arte.

Conforme observa-se, há dois polos principais sobre os quais assentavam-se as reivindicações: o primeiro diz respeito às necessidades de representação dos intelectuais enquanto classe, a garantia de seus direitos sobre autoria e alargamento das possibilidades de sobrevivência profissional, algo basilar para autonomização da atividade literária³¹ – aqui a

³¹ Sapiro (2004) elenca a reivindicação de direitos autorais como característica da primeira iniciativa de letrados visando a autonomização de sua atividade, no caso, perante as Universidades ligadas à Igreja no século XVII. Em conjunto estava a oficialização da Academia Francesa, que passava a deter a legislatura sobre o universo da linguagem por delegação do rei. Ao passo que o fundamento de instância de consagração específica surge com o

ABDE assume protagonismo, recebendo demandas e sendo dotada de poderes legislativos em termos culturais; a segunda refere-se à cobrança de participação do Estado na conferência de legitimidade às instituições representativas criadas pelos intelectuais e seu respectivo patrocínio financeiro, grande parte das vezes funcionando como um validador das iniciativas e decisões levadas a cabo pelo grupo organizado.

Detalhadas pautas publicadas nas 13 conclusões levantadas, principalmente relacionadas ao apoio financeiro às atividades já em andamento, demonstram a leitura que se fazia do Estado como fundamental e desejado aliado estratégico tanto em termos eminentemente práticos (financiamento direto, garantias legais...) quanto morais (impressão de legitimidade oficial, conferência de valor simbólico...), instâncias jamais separadas. Dominante no teor das reivindicações, essa cobrança de gerenciamento estatal no setor cultural, seja subsidiando atividades e obras das instituições já existentes criadas por aqueles mesmos agentes, seja tomando frente sobre a administração de equipamentos e acervos, era entendida como forma de participação política dos intelectuais, que organizados em instituições e publicamente ativos por meio de congressos pautavam o direcionamento de políticas públicas, conforme fica explícito na fala de Antônio Girão Barroso, publicada nos Anais do congresso:

Porque o nosso será um congresso antes de tudo reivindicatório, no qual, se a tanto for preciso, ergueremos muito alto a nossa voz, afim de que ela chegue até os poderes públicos, para que eles, de posse das verdades que fomos salientando aqui, sintam em toda a sua profundidade, a honestidade, a exactidão dos nossos propósitos. Creio que, nesta altura dos acontecimentos do mundo, e do Brasil, particularmente, não existe problema maior do que o da formação de elites culturais, sérias e corajosas, capazes de, pela sua ação á frente do povo e dos govêrnos, dar afinal uma orientação nítida, democrática e sadia aos movimentos políticos e sociais, sem o que, parece-me, estaremos apenas protelando as soluções que virão de qualquer maneira, inclusive pela violência. O intelectual, o homem de cultura, que está perto dos problemas do seu tempo apenas pelo estudo, deve sair ao campo, como fazem os políticos profissionais, e ser um político ele também. [...] É urgente que o homem de pensamento saia de seu gabinete, para sentir, fora, no ar da Cidade, se as suas elocubrações têm razão de ser em face da realidade (CONGRESSO CEARENSE DE ESCRITORES, 1947, p. 22-23).

Arregimentados pela interpretação corrente durante o encontro de que um dos principais desafios do escritor de província era fazer-se mais lido, e assim mais influente, em todo o país, dotavam-se aqueles agentes de um espírito missionário pelo qual portavam uma série de compromissos públicos para além daquilo propriamente artístico apenas. Como defensores dos interesses intelectuais e responsáveis pelo “esclarecimento do povo”, como diziam em seus princípios publicados ao final das conclusões do congresso, seus signatários

fortalecimento da academia, este nasce atrelado à sujeição ao poder, em dependência, desse modo, ao Estado no modelo francês.

declaravam certas obrigações: participar ativamente da vida política, defender as liberdades de autoria, cobrar dos poderes públicos sua parte no incentivo ao desenvolvimento intelectual e, por fim, no seu artigo IV, a defesa da integração harmoniosa entre escritores de todos os níveis sociais e geográficos do país:

É indispensável um maior entendimento entre o escritor da capital e do interior, entre o escritor da metropole e o escritor da província. O trabalho intelectual é nobilitante e todos o que o exercem devem ser considerados no mesmo nível. É necessário que sejam destruídas as barreiras que limitam a ação do escritor, visto como todos têm iguais obrigações e devem gozar dos mesmos direitos. Não deve preponderar, em associações de escritores, o espírito de grupo, em prejuízo da classe. Também não se concebe a preponderância de um genero literário sobre outro. Num clima democrático, usando de processos honestos e francos, deve o escritor do Ceará tomar a iniciativa de um sadio movimento de maior compreensão entre todos os homens de letras do Brasil (VALOR, nº 28, 1946, p. 112).

Destacadamente, havia o recorrente entendimento de que era central a luta por integração entre o escritor da província e o meio literário nacional. Ainda que se percebendo deixados à margem das melhores oportunidades de publicação, circulação e apreciação da crítica, os intelectuais cearenses raramente pontuavam possíveis injustiças cometidas pelas estratégias de manutenção do domínio metropolitano pelas melhores condições de produção e honorarias do campo brasileiro de então. Vincular-se a agentes e grupos dominantes consistia sobretudo numa estratégia de aproximação aos centros literários do país que avalizava a qualidade da produção local.

Não a existência de “panelas” restritas ao Sul ou o problema da falta de públicos leitores na província a propiciar volume consumidor de autores contemporâneos da terra, o principal entrave à melhor apreciação das obras cearenses era identificado pela dificuldade de levá-las às demais regiões do país, aqui entrando a participação fundamental do Estado como viabilizador direto ou apoiador das iniciativas de associação privadas já existentes para este fim, como a própria ABDE e suas seções regionais. Dentre as teses, e notadamente nas conclusões, firmava-se a iniciativa de CLÃ, principalmente a partir das Edições CLÃ – já existente e atuante há alguns anos –, mas também por meio de proposições sobre um veículo periódico a disseminar escritos dos “novos do Ceará”.

A conjunção de iniciativas mencionadas desde a introdução deste texto informa a respeito da atividade intelectual em efervescência na primeira metade daquela década, forjando as mobilizações originárias do percurso editorial seguido pela publicação de livros e periódicos. É interessante atentar à interpretação sugerida por Azevedo (1976) sobre o início da atividade cultural do que mais tarde ficou conhecido por grupo CLÃ. Além do lançamento do nº 0 (dez/1946) da revista e dos livros anteriormente citados, o autor afirma que um dos indícios de que o princípio coeso da produção daqueles intelectuais enquanto coletivo foi

dado somente em 1946 é a total falta de referência ao CLÃ nas entrevistas concedidas por Braga Montenegro, Joaquim Alves, Eduardo Campos e Artur Eduardo Benevides a Abdias Lima entre 1944 e 1945, coligidas no volume *Falam os intelectuais do Ceará* (1946).

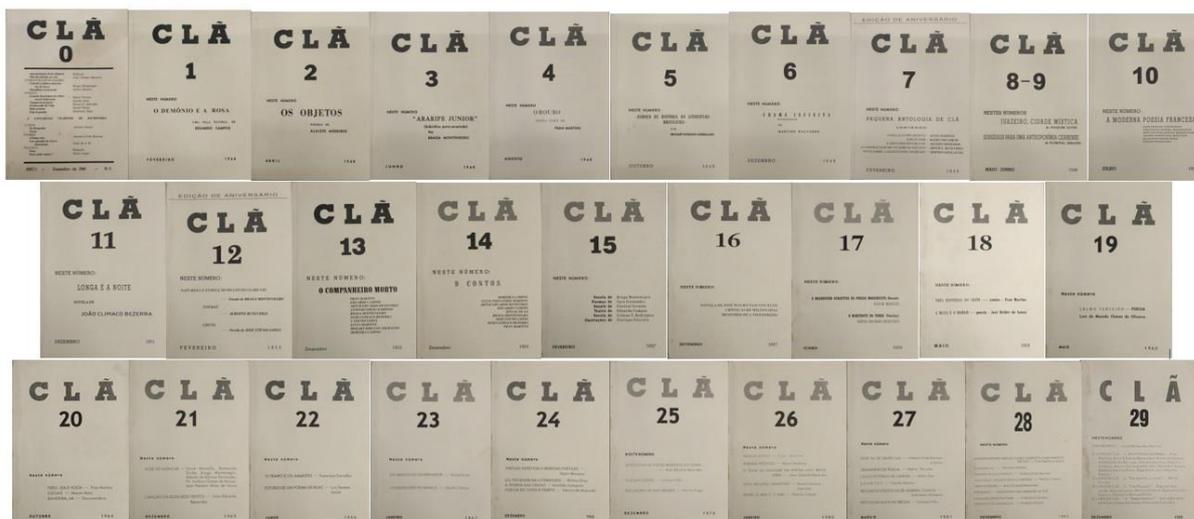
Por sua vez, o nº 0 (dez/1946) da revista de fato foi publicado ao final daquele ano do congresso. Dotado de caráter de mostra, anunciava que o periódico viria a ser trimestral já a partir do ano de 1947 – tendo sido na realidade lançado seu nº 1 (fev/1948) somente dali a dois anos. A publicação deste número experimental ansiava ser uma apresentação e era justificada como forma de honrar compromissos com colaboradores e anunciantes, já que pela programação idealizada deveria ter começado a circular naquele ano de 1946. Tal movimento indica que a curadoria dos textos que comporiam o primeiro número da revista já havia sido iniciada enquanto a negociação com anunciantes também já estava acordada.

A composição física da revista manteve-se por todos os números³²: um livreto com 23cm de altura e 16cm de largura, estampando na parte superior da capa seu título “CLÃ” e o número correspondente à edição logo abaixo. Especialmente no nº 0 (dez/1948), o sumário de conteúdo veio impresso na capa – sendo que a partir do nº 1 (fev/1948) este passou a ser localizado na contracapa. O fascículo experimental trouxe as seções “Literatura Estrangeira”, “Poemas”, “Livros”, “Cinema” e “Política”, exprimindo desde o início a característica poligráfica – algo já presente na revista *VALOR* – assumida por sua linha editorial, coisa que se manteve ao longo da existência do periódico, abordando variados temas concernentes às artes e intelectualidade em geral ainda que se alterando a estrutura de seções.

A partir do nº 1 (fev/1948), mês e ano estamparam a parte inferior da capa – similar à edição nº 0 (dez/1946), que havia saído acrescida de “ANO” e “Nº” informados na frente. Também a partir do nº 1 (fev/1948) passou a apresentar regularmente o título destacado de um dos textos trazidos pela edição, geralmente uma obra de maior fôlego ou inédita. A contracapa, dos números 1 (fev/1948) ao 29 (dez/1988), trazia o subtítulo “REVISTA DE CULTURA” abaixo da insígnia *CLÃ*. Já a quarta-capa apresenta outro emblema, estampado entre os números 4 e 29 do periódico: “Uma Revista do Ceará para o Brasil”.

³² Para uma descrição pormenorizada dos aspectos físicos concernentes à revista, consultar Moraes (2004).

Figura 13 – Composição com todas as capas de CLÃ.



Fonte: Fonte: Acervo BMAUC, digitalização e edição pelo autor.

A direção do periódico, no primeiro momento, nº 0 (dez/1946), foi de Antônio Girão Barroso, Aluizio Medeiros e João Clímaco Bezerra. Dos nº 1 (fev/1948) ao 29 (dez/1988) Fran Martins assumiu a direção, sendo secretariado por Aluizio Medeiros entre os nº 1 e 14 (dez/1953) e por Artur Eduardo Benevides entre os nº 15 (dez/1957) e 29. Graficamente, *CLÃ* apresentava algumas diferenças em relação a *VALOR*, lembrando mais um livreto que colecionava textos a uma revista mensal. Assim também, os anúncios se apresentavam diferentemente, concentrando-se no início e, às vezes, final de cada volume, nunca se misturando ao conteúdo, como podia ser observado frequentemente em *VALOR*. A formatação dos textos também seguia mais livre, com seções temáticas menos constantes.

No nº 0 (dez/1946), os editores anunciavam pela contracapa os planos para a cultura no ano de 1947: parceria com a ABDE/Seção Ceará na realização de um Curso de Literatura Brasileira, que falhara em ser efetivado no ano corrente, 1946; promoção de conferência sobre temas interessantes às artes e política no estado; e a realização junto à SCAP do III Salão de Abril. O trecho da “Explicação deste número”, assinado pelos diretores do fascículo e contido na edição de nº 0 (dez/1946) da revista, é um emblema de autopromoção das representações simbólicas interessadamente promovidas pelo grupo *CLÃ*:

CLA não é, apenas, uma revista de literatura. É, antes, uma revista de todo o Ceará mental. Aqui, na medida do possível, recolheremos o trabalho dos nossos homens de letras e de pensamento, pois a pretensão que nos anima é sermos porta de saída da melhor produção intelectual da gente cearense, de tal modo que ela possa aparecer lá fora, nítida na sua pureza, numa demonstração convincente de que a gloriosa Província de Alencar continua a viver, a se agitar, na procura sempre insatisfeita de rumos novos para a cultura brasileira.

É possível observar algumas das representações dos editores a partir dos elementos dessa apresentação do periódico: fazer circular a “melhor produção intelectual da gente cearense”, orientada, assim como a *VALOR*, à apreciação em nível nacional, destacando a “procura sempre insatisfeita de novos rumos para a cultura brasileira”, por onde posicionava-se enquanto publicação interessada na participação protagonista diante das questões culturais nacionais, não restrita às temáticas provincianas.

As principais ideias abordadas pelo grupo CLÃ, a partir do trecho analisado, podem ser sintetizadas no entendimento corrente de que “os homens de letra e de pensamento” – polígrafos e cientistas de toda natureza, não só romancistas ou poetas – deviam ter seus trabalhos divulgados para que a “Província de Alencar” se mantivesse como referência na produção simbólica de alcance nacional. O “Ceará mental” aludido expressa emblematicamente uma concepção de unidade territorial coesa também a nível simbólico, a qual interessa postular-se grandiosa pela herança dos movimentos literários e artísticos em geral, sempre retomados no intuito de conferir legitimidade pelo poder da tradição arraigada. Nascia assim um veículo fruto direto das últimas mobilizações da classe artística e intelectual local em fins da primeira metade do século, notadamente a partir das discussões estabelecidas no recente congresso de escritores, entretanto conservando em boa medida certas práticas exemplares já observadas desde *VALOR*.

O editorial da revista, sempre primeiro conteúdo de cada número, trazia indicativos dos rumos do periódico, homenagens a escritores, memorandos de datas importantes e anunciava novidades consideradas de primeira ordem por seus editores, como eventos culturais e notícias de impacto para a produção letrada cearense.

Numa das colunas mais recorrentes, sugestivamente intitulada “Vento Sul, Vento Norte...”³³ – insinuando as correntes de vento que levariam ao intercâmbio entre os centros/periferias de produção literária – inaugurada no nº 1 (fev/1948), os editores, àquela altura liderados por Fran Marins e Aluizio Medeiros, expunham a abertura da revista à colaboração necessária dos escritores da terra e de outros estados:

[...] esperamos contar com a bôa vontade dos escritores, novos e velhos, do Ceará e do Brasil, os quais devem ver nesta publicação não uma realização individualista mas um elo a ligar a nossa provincia a todo o país, um veiculo de aproximação dos nossos homens de letras com intelectuais de todos os Estados, num intercambio de idéias em que não haverá cabotinismos nem serão feitas concessões, pois só nos

³³ Esta seção foi publicada ininterruptamente entre os números 1 (fev/1948) e 14 (dez/1953), servindo de noticiário da cena cultural do estado e do país, divulgando notas sobre variadas linguagens (literatura, música, cinema, etc.) e eventos de notoriedade sobre o universo artístico. A coluna sempre encerrava o periódico, alocada em alguns números antes das páginas finais de anúncios publicitários e sendo noutros efetivamente a última seção. Após não ser publicada no nº 15 (fev/1957), continuou entre os números 16 e 20, saindo esporadicamente nos posteriores 26, 27 e 29.

interessam que os elementos de real valor se proseteiem através destas páginas que, conforme já frisamos, estão à disposição de todos, sem exclusivismos (CLÃ, nº 1, p. 77)

O anseio em articular a produção intelectual cearense por meio das páginas da revista *CLÃ* era reiterado constantemente. Em uníssono aos já comentados resultados do I Congresso de Escritores do Ceará, intentava-se integrar ao restante do país em forma e conteúdo, esboçando o ponto de vista da província não só sobre problemas típicos da região nordeste, mas sobretudo procurando participar das ditas “questões nacionais”. Em afinidade, as Edições *CLÃ* eram uma ferramenta para publicação de novos autores cearenses e, principalmente, de sua distribuição, haja vista este fator ser recorrentemente apontado como principal entrave à veiculação da produção cearense:

Neste momento as “Edições *CLÃ*” estão ampliando o seu raio de ação, em entendimentos com distribuidores do sul para que os livros editados no Ceará circulem por todo o Brasil. Já se tem como certo que os futuros lançamentos da “*Clã*” terão distribuição no Rio e S. Paulo, sem dúvida os maiores centros literários do país. É pensamento, porém da diretoria da cooperativa editora fazer com que, no ano em curso, os seus livros sejam vendidos também nos demais Estados, cumprindo-se, assim, melhormente o programa traçado para essa cooperativa (*CLÃ*, nº 1, p. 77-78).

Intimamente relacionados seja pelo nome ou pelos agentes a dirigi-las, fato é que o periódico prestava importante serviço à iniciativa da cooperativa editora por meio de noticiário sobre novidades literárias bem como publicidade recorrente em suas páginas. A par disso, havia um desejo de manterem-se as duas linhas de atuação institucionalmente separadas, tanto que em determinado momento houve nota de explicação sobre as duas iniciativas culturais que levavam o título “*CLÃ*”. Alegando a necessidade de desfazer a confusão sobre a origem dos nomes e sua relação interinstitucional, a coluna “Vento Sul, Vento Norte...” do nº 2 (abr/1948) afirma algo que notabiliza o nível de entrelaçamento dos respectivos empreendimentos e do corpo de agentes a eles dedicados – ainda que na ocasião a tentativa de comunicação tenha sido exatamente contrária à identificação pejorativa de possíveis “panelas”:

A outra é a revista *Clã*, aparecida em fevereiro passado, que com a cooperativa tem semelhança apenas no nome. Revista de cultura, aproveitou esse título em homenagem a Mário de Andrade, mas na verdade não tem qualquer ligação com a editora, a não ser, naturalmente, no fato de seus dirigentes também serem membros da diretoria executiva das Edições *Clã*. Porque, e aqui está uma das causas da confusão, o diretor e o secretário desta revista são também o presidente e o diretor secretário da cooperativa *Clã*... Mera coincidência, se bem que muita gente ache que isso é grupismo...” (p. 100).

A confusa relação entre as atividades do periódico e da editora se revelariam ainda por meio de outro episódio. Foi noticiado em “Vento Sul, Vento Norte...” do nº 5 (out/1948)

que a “Edições Revista Clã” passaria a editar seus primeiros livros de grande tiragem, projeto iniciado com o já disponível no mercado “Mar Oceano”, de Fran Martins. Antes dessa empreitada, o selo da revista estampara apenas títulos de pequenas tiragens. No número seguinte (6, dez/1948), “Vento Sul, Vento Norte...” prestava-se a explicar que em razão de estar havendo confusão entre as Edições CLÃ da cooperativa editora e as Edições Revista CLÃ, do periódico, não mais a revista publicaria sob a assinatura CLÃ, reservada apenas para os títulos da cooperativa. As publicações vinculadas à revista seriam a partir dali editadas pela Editora Fortaleza com o indicativo “sob patrocínio da Revista Clã” em seus volumes. Àquela altura o coletivo já se designava por “Grupo de Clã”, como vinha sendo referido publicamente. Essas situações, dignas de recorrentes notas durante aquele ano de 1948, indiciam a necessidade de caracterização pela qual passava cada instituição em seus primeiros anos de funcionamento. Ainda que com corpo de agentes em alto trânsito entre elas, procurava-se separar suas iniciativas, ao que veremos, sofredoras de acusações de pessoalidade e formação de “igrejinhas” – como se denominavam pejorativamente grupos ditos fechados de intelectuais e artistas.

Na edição de nº 2 (abr/1948) anunciou-se uma novidade aos públicos leitores do estado e de outras regiões do país interessados na literatura cearense: o Clube do Livro Clã. Destinando-se a ser um programa de ampliação da circulação das obras lançadas pela Edições CLÃ, sua proposta era a edição de uma obra mensal distribuída via postal a todos os interessados do país. Não indiferente ao núcleo de escritores que se ativava naquele momento, os títulos adiantados quase todos eram obras de autores ligados fortemente ao grupo CLÃ e aos empreendimentos culturais realizados ao longo daquela década.

No número seguinte, 3 (jun/1948), “Vento Sul, Vento Norte...” agradeceu as menções em jornais sulistas por consagrados escritores destacando a revista cearense por seu contributo às letras, como José Lins do Rêgo, Sergio Milliet e Otto Maria Carpeaux. Entretanto, junto deste agradecimento houve também uma defesa pública redigida pela redação em meio a críticas de grupos oposicionistas, ao que conta:

[...] no Ceará existe um certo clima de oposição a esta revista, principalmente por parte de determinados intelectuais e pseudo-intelectuais que, sem coragem de realizar algo de proveitoso para as nossas letras, acham que essa revista pertence apenas a um grupo e que esse grupo nada tem feito pela literatura cearense. Isso no entanto não nos afeta, pois CLÃ pertence a todos os que queiram cooperar no movimento de renovação literária que ora se processa entre nós. Nesse sentido temos instado com todos os intelectuais conterrâneos a que se utilizem das nossas páginas para a publicação de suas produções. O que não poderemos fazer é deixar de publicar esta revista simplesmente porque esses literatos não nos dão a honra de suas colaborações e muitos sub-literatos se mordem de inveja pelo que fazemos (p. 96).

Por sua vez, posicionando-se diante de críticas “egocêntricas”, conforme

defendiam-se, avaliavam no nº 5 (out/1948): “Se não temos feito uma revista de caráter pessoal, também não estamos dispostos a aceitar imposições de caráter pessoal de ninguém” (p. 12). Reiteradas vezes o tom de resposta a críticas sofridas pelo veículo e demais iniciativas institucionais conformadores do grupo CLÃ davam a entender que as acusações pesadas sobre os agentes era a de formação de “panelas” intelectuais ou mesmo de que os empreendimentos realizados eram dominados pela personalidade de seus realizadores. Por meio desses rebotes evidencia-se certa oposição aos empreendimentos intelectuais do grupo de CLÃ, acusados de promover tal “clubismo” na produção letrada daquele momento. A estratégia de resposta do grupo movia-se pelas páginas da revista em espaços destinados a comentários curtos sobre notícias culturais e etc., concentrando tais tomadas de posição em seu editorial e na coluna “Vento Sul, Vento Norte...”.

Discorrendo a respeito da superstição corrente sobre revistas culturais findarem ao chegar em seu sétimo número – quando não no terceiro –, a redação expunha em seu nº 7 (fev/1949): “CLÃ’ surgiu por uma necessidade inadiável que tinham os escritores do Ceará de um veículo capaz de levar a todo o Brasil o seu pensamento e o seu desejo de lutar pela libertação cultural das províncias” (p. 1). Rememorando o percurso do primeiro ano, comentava-se também as dificuldades enfrentadas, inclusive pela ordem de intelectuais que se opunham ao grupo, revelando “incompreensões” e “ignorância” por parte de críticos dentro do próprio estado, já que, segundo reafirma, de fora chegavam apenas elogios, inclusive dos mais destacados intelectuais “independentes” – citando-se então Guilherme de Figueredo, Sérgio Milliet, Otto Maria Carpeaux, José Lins do Rego e Raquel de Queiroz, dentre outros – como classificavam. Nesse sentido, ao longo dos fascículos sempre havia espaço para definição de posicionamentos de defesa e resguardo dos valores de coletividade e pluralidade pelos quais prezavam publicamente:

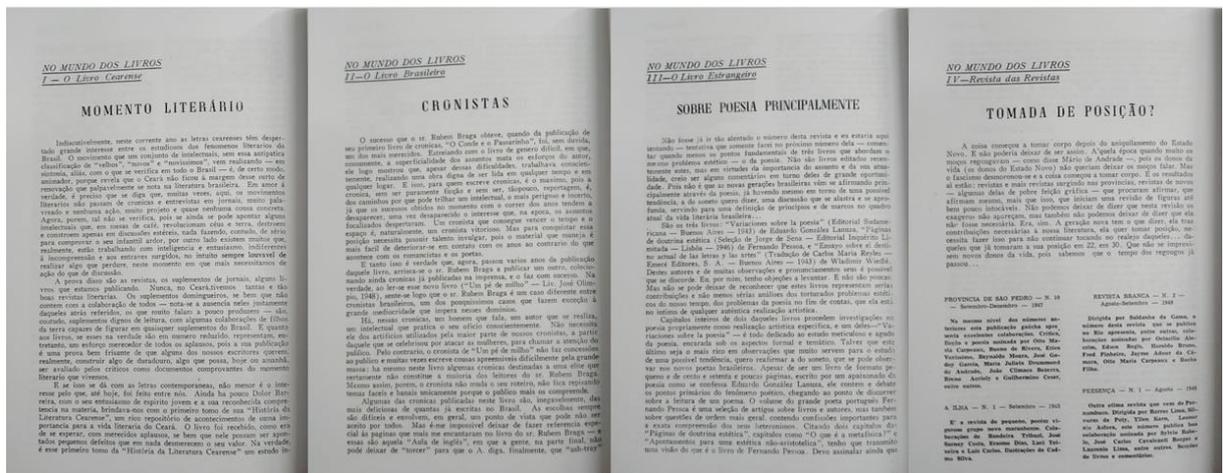
Aqui estamos todos os que fizeram esta revista desde o seu primeiro numero, unidos como sempre, como sempre devotados á mesma causa, procurando dar vida e movimento a esse chamado “Grupo de Clã”, que não é um grupo fechado mas simplesmente um conjunto de indivíduos que sempre se alegram quando um outro vem se juntar a eles; que querem, no terreno das letras, apenas produzir alguma cousa que demonstre não estar o Ceará entorpecido; que se ufanam apenas de ser, em terras cearenses, devotados trabalhadores por um ideal que não traz, individualmente, a nenhum deles, quaisquer vantagens publicitarias ou materiais, mas pura e simplesmente serve para dar, ás letras de nossa terra, o destaque que elas merecem no cenario de letras contemporaneas no Brasil (CLÃ, nº 11, 1951, p. 2).

Fato é que, tomando para si a responsabilidade de orientar o movimento de renovação que entendiam estabelecer, a redação procurava assumir também o protagonismo enquanto meio de divulgação dos novos que cresciam em importância naquele momento do campo: os que quisessem fazer parte da renovação deviam escrever em CLÃ. Assim

imputava-se à revista ser o veículo por excelência da geração que, ao promover novas obras e nomes, assumia a dianteira da elite intelectual cearense.

Também no sentido de colocar-se em meio à circulação de ideias em voga naquele momento, uma das práticas mais regulares da revista CLÃ, representativa de continuidade em relação à VALOR, foi o espaço voltado à resenha de novidades literárias. A seção “No Mundo dos Livros” trazia textos de apresentação e crítica, ora assinados, ora não, sobre romances, poesias, biografias, generalidades científicas, política, dentre outros, sempre indicando o título, seu autor e a editora responsável. O editorial do nº 5 (out/1948) prestou-se a explicar o funcionamento das seções dedicadas que compunham a revista: “O Livro de Clã” destinava-se a obras de maior fôlego, publicando trabalhos completos geralmente maiores do que os que costumavam circular em revistas literárias; a supracitada “No Mundo dos Livros era subdividida em “Livros Cearenses”, “Livros Brasileiros” e “Livros Estrangeiros”, além de “Revista das Revistas”, em que comentavam periódicos de outros estados. Essas seções especializadas objetivavam fundamentalmente pôr em contato o leitor de CLÃ com aquilo que se produzia nas demais regiões do país.

Figura 14 – Composição de sequência de “No Mundo dos Livros”.



Fonte: Acervo BMAUC, digitalização pelo autor.

O cinema também detinha seção especial dentro dos fascículos da revista, que publicava críticas de filmes e diretores e até mesmo argumentos cinematográficos, dando vazão à curiosidade intelectual sobre os procedimentos de roteiro e produção de narrativas audiovisuais. Antônio Girão Barroso assinava a maioria das colunas. Ademais, além do cinema, rádio, teatro, música e artes plásticas também estavam contempladas em suas seções temáticas nos nove primeiros números, porém a partir do nº 10 (jul/1950) foram extintas. Segundo explica-se, a razão foi por não identificarem produção digna de manter espaço

propriamente destinado ao comentário da maioria dos temas, à exceção de música e artes plásticas, que ainda esboçavam no Ceará “[...] alguma coisa digna de menção” (p. 104). Verifica-se que nos números subsequentes a coluna “Vento Sul, Vento Norte...” passou a abarcar o conteúdo, ali expresso de forma mais sintetizada, noticiando os acontecimentos em cada área acima mencionada.

A coluna “Política” prestou-se a esclarecimento por meio de nota no número 0 (dez/1946), procurando evidenciar ali uma opção editorial pela pluralidade de pensamento e defendendo tratar de política tal como uma atividade, assim como as outras tematizadas, digna de atenção, já que esta seria “[...] a arte – a técnica ou mesmo a ciência – de bem governar” (p. 37). De acordo com essa conceituação, os diretores defendiam sua prática “[...] livre como deve ser nos países democráticos... ou mais ou menos democráticos, como o nosso” (p. 37). À época, o Brasil acabara de sair da ditadura varguista do Estado Novo e era comandado pelo general Eurico Gaspar Dutra.

Apresentar, de início, uma justificativa para adentrar aos temas de política é revelador das constrações mais ou menos tensas envolvidas nas tomadas de posição dos intelectuais em sua relação com os setores do poder. Nesse sentido, *CLÃ* inicia a abertura de seu espaço destinado a estes fins declarando

[...] o princípio saudável do mais absoluto apartidarismo, não porque consideramos os Partidos males que devem ser afastados do nosso caminho, mas simplesmente porque não é justo que, numa revista feita por muitos, e diversas sendo as tendências políticas dos seus colaboradores, se defenda nas suas páginas essa ou aquela orientação partidária. Não é justo nem seria possível. Além disso, há o publico para o qual escrevemos, vario sem dúvida nas suas preferencias politicas (CLÃ, nº 0, p. 37).

Anunciava-se, de tal modo, por uma perspectiva de abrangência democrática das opiniões políticas, atentando ao ensejo de atingir amplos leitores, identificados com diversas posições. Contudo, tal princípio de pluralidade na veiculação desse tema é aprofundado de forma mais explícita:

Mas – chegou a vez do mas... –, isso não quer dizer que marquemos a nossa posição aqui através daquilo que se convencionou chamar – neutralidade. Não somos neutros, mesmo porque não acreditamos em tal, achando, ao contrário, que os homens, nesse como em outros terrenos (principalmente nesse...), sempre se decidem por alguma solução. Queremos apenas – isto sim – separar, mais exatamente, distinguir, uma coisa da outra: a Política do cru partidarismo. Não somos neutros, dizíamos, porque desejamos nesta secção, que é tão livre como as demais, ressaltar os problemas diante dos quais estamos irremediavelmente colocados e, sempre que possível, optar por soluções justas, a criterio, é claro, de cada colaborador. Esta é uma secção para todos aqueles que, se sentindo uma vocação politica, queiram dar a sua quota de estudo e opção em beneficio do melhoramento politico do Brasil e até do Mundo (CLÃ, nº 0, p. 37).

O parágrafo final da nota exprime um vigoroso esforço para reiterar a postura

anti-polemista que a revista propunha ali, imprimindo à política igual importância e qualidade frente às demais colunas. Nega-se a neutralidade assumindo de pronto que qualquer intelectual a se expressar livremente pela publicação o faria segundo um posicionamento que lhe caberia legitimamente e, mais que isso, segundo um anseio moralmente valoroso de contribuição para com as demandas urgentes no contexto nacional e internacional. Em mais este espaço temático fortalecia-se o ensejo pela colocação dos escritos veiculados pela revista a par das principais discussões em voga. Análises de conjuntura e debate da situação socioeconômica constituíram-se os principais temas abordados pelos colaboradores ao escrever para a seção, que publicava as opiniões não necessariamente sob o título “Política”, mas noutros espaços caros às temáticas abordadas, sejam eles de história ou sociologia, em geral.

A noção da importância do Estado como uma espécie de mecenas da produção cultural local era corrente em fins dos anos 1940, como já evidenciado anteriormente, e é expressa claramente segundo a nota veiculada em *CLÃ* nº 1 (fev/1948). Avaliando o tramitar de uma lei na Câmara Municipal de Fortaleza que visava garantir pela prefeitura a compra de 100 exemplares de cada livro publicado por autor cearense, o posicionamento da redação apontava que naquele momento de forte mobilização pela valorização da produção letrada não havia condições objetivas de garantir, somente pela via do mercado, os subsídios necessários à manutenção dos projetos editoriais empreendidos, uma verdadeira constante no mercado de bens simbólicos do país.

Essa medida, se apurada, na verdade representará um precioso auxílio aos escritores e às editoras do Ceará, merecendo, assim, ser imitada pelo governo do Estado e pelos municípios mais prósperos do interior. Se assim o fizerem não só o Estado como os municípios darão uma prova irrefutável de que, realmente, se interessam pelo nosso progresso cultural (p. 79).

As bandeiras de cobrança do apoio estatal às iniciativas culturais compuseram-se numa constante a cada número novo publicado. O editorial do último número daquele ano, 6 (dez/1948), dedicou-se à cobrança pela efetivação da lei municipal aprovada em maio dispondo sobre a aquisição de cinco títulos de autores cearenses a serem distribuídos na rede de bibliotecas e escolas da prefeitura. A iniciativa, que fora elogiada pelos literatos à época de sua aprovação legal, ainda que ressaltassem ser de pequeno porte haja vista a produção literária e as necessidades das bibliotecas locais, constituía-se, também, pelo desenrolar de uma das pautas levantadas nas conclusões do congresso de 1946. Na comissão de seleção, o presidente da ABDE, Fran Martins, ao lado de representante da Câmara Municipal e o secretário de Cultura e Educação seriam os responsáveis. Na sequência, ao final do fascículo,

a coluna “Vento Sul, Vento Norte...” dá nota atualizando sobre o encaminhamento da compra de livros pela prefeitura. Havia sido selecionado o vereador responsável por participar da comissão, Américo Barreira – elogiado pela redação enquanto sensível à questão cultural –, porém aguardava-se liberação de crédito para concretização do projeto.

Em geral, percebe-se que em voga no noticiário cultural da coluna final muito referia-se ao encaminhamento de pautas total ou parcialmente elencadas no congresso de 1946, o que demonstra que o comprometimento em dar continuidade ao que se desejava pôr em prática a partir do encontro caminhava junto a uma negociação política através da pressão proporcionada pela palavra publicada. Avanços eram obtidos em meio às dificuldades na lida com o poder público, que não efetivava as demandas facilmente.

Em todos os números da revista a contracapa trouxe um texto padrão fixado que servia de convite à colaboração, indicando as regras para envio, seguido de endereço postal:

Aceita colaboração de escritores do Ceará ou de quaisquer outros Estados, reservando-se, porém, o direito de escolher a matéria a ser publicada. A colaboração dos novos é especialmente encarecida. Os originais não publicados não serão devolvidos.

Sendo um dos elementos mais regularmente estabelecidos em todas as edições do periódico, este denota a centralidade de seu duplo desígnio: escoar a produção literária do Ceará para o Brasil por meio de sua distribuição noutras regiões e intercambiar junto destas publicando ao alcance local autores de fora; e fortalecer principalmente a veiculação de novos escritores³⁴. Encarada como um projeto de estabelecimento de uma nova geração de literatos, tal concepção editorial privilegiava, ao longo dos anos, certa renovação de colaboradores:

Observamos que os últimos exemplares da *Revista CLÁ* tornaram-se progressivamente mais volumosos, sendo cada vez maior a contribuição dos novos escritores do Ceará, enquanto que a ala antiga de colaboradores permanece um pouco em recesso, dedicando-se mais à organização da revista e à seleção dos trabalhos apresentados (MORAES, 2004, p. 26-27).

Tal saída de primeira cena dos veteranos pode ser justificada pela longevidade da publicação, abarcando notoriamente o surgimento de outros movimentos literários e novos escritores, inclusive de outras partes do país, à medida que a revista passava a circular em outros centros intelectuais. Também deve-se considerar a alocação de intelectuais da geração de 1940 em novos postos de trabalho gerados em face da expansão das instituições culturais fruto do movimento de modernização cultural empreendido por estes agentes, orientando-os rumo a um trabalho maior de curadoria.

³⁴ É comum, entretanto, observar nos editoriais da revista um discurso de abertura a diferentes gerações, por meio do qual a redação buscava livrar-se de possíveis críticas ao fechamento da publicação a um círculo de novatos nas letras cearenses.

Já no primeiro número (fev/1948) a coluna “Vento Sul, Vento Norte...” trazia o texto “Esta revista”, pelo qual pretendia explicar a cronologia de surgimento do periódico que a partir dali iniciava sua publicação regular. Entendida como a terceira vez que se lançava à publicação – foi precedida pelo nº 0 (dez/1946) e por um jornal menos formal de mesmo nome –, procurava-se demonstrar que ali situava-se um movimento novo, ainda que levado a cabo pelos mesmos agentes que tentaram as outras duas iniciativas.

Quanto à periodicidade, tendo o projeto anunciado no nº 0 (dez/1946) apresentado “REVISTA TRIMESTRAL” – algo que não foi de fato concretizada – na contracapa, logo abaixo da insígnia “CLÃ”, a partir do nº 1 (fev/1948) até o nº 14 (dez/1953) imprimiu-se o seguinte texto padrão: “CLÃ é uma publicação bimestral, aparecendo nos meses de Fevereiro, Abril, Junho, Agosto, Outubro e Dezembro”. No nº 7 (fev/1949), o editorial da revista comemorava a campanha vitoriosa estabelecida desde o primeiro número até ali. No entanto, no número seguinte exprimiu-se o primeiro momento de descontinuação, quando excepcionalmente os números 8 e 9 (mai-jun/1949) acabaram por sair em um só volume. Em “Vento Sul, Vento Norte...” desta edição a redação procurava afastar o entendimento de que o ajuntamento de números fosse demonstrativo da perda de vitalidade do grupo CLÃ. A explicação dada foi a de que não conseguiram oficinas gráficas aptas a entregar o material na época em que deveria sair.

Já o nº 10 (jun/1950) foi publicado com intervalo de um ano, por sua vez informando alteração da periodicidade da revista, que pretendia retomar a trimestralidade. O editorial comenta sobre a inatividade que fez decorrer um ano entre a publicação dos números conjuntos 8-9 e aquela de nº 10. Reafirmando a todo tempo seu programa que ensejava a divulgação das letras locais a todo o país, a redação depunha sobre a sequência de fascículos que desejava emplacar:

Procuraremos, porem, manter nessas edições a mesma linha de conduta que mantivemos desde o nosso primeiro numero. “Clã” não será, nesta nova fase, uma revista individualista, de um circulo fechado, de um grupo ou de uma igreja. Será uma revista de todos, para todos, preocupada, apenas, em servir de veiculo aos verdadeiros valores culturais do Ceará ou do Brasil (p. 10).

Problemas diversos, sendo citado especialmente o financeiro, davam conta de explicar a mudança editorial relacionada à periodicidade. Procurando diferenciar-se das propostas existentes à época em termos de jornais, revistas e meios de comunicação em geral, expunha seus problemas com patrocinadores:

Sendo CLÃ uma revista de cultura, que não se presta a alugar suas páginas a partidos políticos ou publicidade paga de homens ou instituições – principalmente de repartições do governo – para se manter necessita de muitos sacrifícios. Ha, de certo, boa vontade por parte de assinantes e de algumas empresas comerciais, mas

mesmo assim a nova medida de supressão de duas de suas edições anuais é imperativa, com grade pesar nosso (CLÃ, nº 10, 1950, p. 104).

De fato, no que tange aos anúncios propriamente ditos, estes restringiam-se ao comércio de um modo geral e vinham sendo reduzidos desde as primeiras edições de *CLÃ*. Não se concretizou nos números seguintes a nova periodicidade de publicação, chegando ao público o nº 11 apenas em dezembro do ano seguinte, 1951 – por sua vez, esboçando as mesmas explicações recorrentes acerca das dificuldades de sua edição. A pretensão de bimestralidade anunciada neste número foi concretizada apenas até o seguinte, o 12 (fev/1952). No editorial deste número comemorava-se os quatro anos de circulação da revista. Ainda que enfrentando anos de saída de somente um número, a média de três publicações anuais foi destaque, segundo a redação, principalmente por em suas páginas terem publicado os melhores trabalhos das letras cearenses do período, afirma-se. Nesse sentido, expunham o entendimento de que, por princípio, mantinham o desejo de figurar na história literária cearense como veículo de intermediação entre a intelectualidade das províncias com a dos centros urbanos. Estratégia, pois, de fundamentar aquela geração enquanto desenvolvedora dos elementos culturais do estado a partir, principalmente, das letras: “[...] demos abrigo a trabalhos que certamente não de muitos servir ao historiador literário, ao sociólogo, ao crítico que, no futuro, quiser estudar esse período de nossa vida intelectual” (p. 2).

O nº 13 (dez/1952) saiu apenas ao final daquele ano. Mais uma vez, por meio da seção “Vento Sul, Vento Norte...”, menciona-se o atraso na saída do número. Dessa vez é sintomática a forma pela qual expressava-se os motivos:

Uma série de acontecimentos inesperados fez com que o presente número de *CLÃ* se atrasasse mais do que o costume. Poderíamos alinhá-los aqui, como uma satisfação aos nossos leitores; mas já são tão conhecidas essas razões que melhor achamos silenciar (p. 103).

O desgaste da redação por não conseguir manter as promessas de periodicidade são escancarados a essa altura, preferindo não repetir os argumentos que, como se viu, giravam sempre no entorno de um problema principal apontado: o financeiro. Um ano após, o nº 14 (dez/1953) volta a circular a revista. O editorial deste número discorre sobre este último hiato experimentado: “É conhecido de todos que o destino das publicações literárias, no Brasil, é este: um começo risonho, palavras de entusiasmo, muito incentivo, depois algumas dificuldades para, afinal, tudo terminar num triste fim” (p. 1). A essa altura, a redação faz questão de não mais prometer novas cronologias de publicação, mas sim continuar, sempre que se fizer possível, a editar novos números, visto que, ao que dizia a redação – numa expressão discursiva romântica sobre suas iniciativas –, seus agentes viam-se imbuídos ainda

dos mesmos interesses de promoção das letras locais que os moviam no início da publicação.

Tal qual a revista *VALOR*, *CLÃ* demonstrou força nos números iniciais, expondo as condições favoráveis que o campo apresentava em momento de agitação ímpar. Porém, menos de dois anos depois enfrentava recorrentes problemas de sustentabilidade financeira e tornava-se um empreendimento irregular em termos periodicidade, como era comum nas revistas de grupos intelectuais não só no Ceará, mas também noutros centros urbanos brasileiro.

Essa confusa trajetória de periodicidade na primeira fase, em que houve maior densidade de editoração por ano consecutivo sem grandes hiatos como os que estavam porvir, demonstra a falta de compasso entre o projeto e a prática. Os editoriais, sempre que ocorria algum intervalo de publicação além do que fora anteriormente prometido, punham-se a explicar as dificuldades enfrentadas pela iniciativa de editoração de uma revista cultural na realidade de então, principalmente no que dizia respeito aos custos financeiros. De fato, ainda que se estabelecendo enquanto a mais tradicional e longeva revista de cultura do estado e uma das mais destacadas do país, *CLÃ* não escapava às intempéries características das tentativas de edição de periódicos desta natureza, já que ainda que procurasse expandir os públicos leitores e, por essa via, os anunciantes, destinava-se de fato a pares letrados e dependia, também, da disponibilidade dos colaboradores aglutinados em seu entorno.

Os fascículos editados a partir do nº 15 (fev/1957), que saíra já quatro anos após seu antecessor, seguiram ainda mais espaçados e irregulares, ora procurando reiniciar com fôlego o lançamento de novos números, ora assumindo o que poderia ser excepcionalidade como a nova forma pela qual se faria possível sua edição, em números anuais ou mesmo especiais intervalados por anos entre si. Não raras as vezes, no editorial ou em outras partes da revista, seus responsáveis procuravam justificar sua descontinuidade e os planos para sequenciar sua regular publicação, bem como fora na primeira fase discorrida até aqui. Os anúncios comerciais típicos passaram a não mais serem publicados, demarcando esse aspecto também o fim da primeira fase, entre os números 1 e 14, de 1946 a 1953.

Este nº 15 iniciou um novo momento da revista, que ressurgia ali energizada pelo apoio despendido então pela Universidade do Ceará, já em funcionamento e dirigida pelo reitor Antônio Martins Filho. Anunciada a parceira com a universidade, a revista passara a partir daquele número à publicação pela Imprensa Universitária, pretendendo-se o lançamento de quatro números anuais – na realidade sendo publicados apenas dois naquele ano de 1957:

[...] *CLÃ* concorrerá para dar maior intensidade à vida cultural do Ceará, estimulando as atividades criadoras nos domínios das letras e das artes. Espera-se, nesse tocante, que a nossa jovem Universidade, dentro dos seus altos objetivos,

promova, a partir de 1957, amplo movimento de cultura, para maior fortalecimento da posição que já desfrutamos no país (CLÃ, nº 15, p. 2).

A partir dali a universidade passou a deter espaço dentro do periódico, por onde divulgava noticiário de interesse cultural e educacional, geralmente ao final de cada fascículo. Tal entrelaçamento relacionou-se ao crescente protagonismo enquanto instituição cultural que o órgão de educação superior passaria a ter no espaço social cearense.

Para Moraes (2004, p. 33), os hiatos que se tornaram cada vez maiores ao aproximar da década de 1980 renunciaram o final da revista, que já não contava com importantes colaboradores então falecidos, tais quais Mozart Soriano Aderaldo, Joaquim Alves, Braga Montenegro, Milton Dias e Otacílio Colares. De fato, seus últimos números eram motivados sobremaneira por lembranças do movimento da geração de 1940 e homenagens dedicadas a personagens falecidos, porém sem deixar de publicar poesia, crônica, conto e comentários sobre obras e escritores.

A experiência de editoração iniciada com *VALOR* e continuada mais estabelecidamente com a revista *CLÃ* enuncia tanto um conjunto de práticas intelectuais alicerçadas na publicação das letras – conferidoras de posições de prestígio e promotoras trocas simbólicas importantes para o estabelecimento desses agentes num campo de produção da cultura – quanto uma representação partilhada de valores sobre o lugar da intelectualidade cearense no meio cultural nacional – cuja história local é consagrada pelo remonte à tradição de agremiações intelectuais, um marco da formação social cearense alvo de recurso por essa geração. Empenhados no traçar de interpretações sobre o caráter cearense em sua perspectiva identitária, esses agentes atuantes em meados do século XX seguiam uma linhagem intelectual conformada em quadros nacionais e latino-americanos em cuja “obsessão pelo nacional” (ORTIZ, 2013, p. 609) se apresentava recorrentemente e pela qual buscavam contribuir interpretativamente.

A respeito da centralidade que passou a assumir a escrita para imprensa – jornais e principalmente revistas ilustradas – na trajetória dos polígrafos atuantes na República Velha analisados por Miceli (2001b), o autor depõe:

A expansão da imprensa modifica a relação que os escritores mantêm com suas obras, uma vez que ela expropria os produtores do monopólio que detinham sobre seus instrumentos de produção e, ao mesmo tempo, modifica a própria estrutura das instâncias de consagração e o volume e as espécies de ganho daí derivados. O êxito e a consagração não são mais concedidos às obras “raras” de um autor individual, mas sim a grupos de escritores associados em empreendimentos intelectuais coletivos (jornais etc.), que tendem a se tornar ao mesmo tempo as principais instâncias de consagração. Ao consagrar os escritores que a elas se dedicam, essas instâncias se autoconsagram, vale dizer, pretendem impor o primado da instância em detrimento do produtor (p. 56-57).

Se a respeito da estruturação do campo intelectual incipiente na República Velha o movimento de coletivização da escrita representava a decadência das formas mais individuais de consagração de escritores (produção livresca, baseada na raridade da obra e de seu criador), fundamentando um reforço mútuo de legitimação aos agentes por nela escreverem e à instância consagradora ao conferir por meio de suas páginas determinado reconhecimento, qual pode ser o lugar das experiências coletivas de editoração de periódicos dos anos 1940 no Ceará?

Uma primeira diferença se impõe no que diz respeito à origem e propriedade da produção desses meios de publicação. Enquanto os jornais e as revistas ilustradas dos anatolianos pertenciam a oligarquias que as utilizavam para, por meio das diversas fórmulas literárias prestadas pelos polígrafos, angariar propaganda difusora de seus interesses políticos e promotora de suas reputações, os periódicos cearenses, como *VALOR* e *CLÃ*, emergiram enquanto empreendimentos dos próprios intelectuais, espraiando-se, nesse sentido, mais enquanto um campo de produção erudita da palavra, orientada aos pares e cuja satisfação – primeira, ao menos – não era diretamente relacionada aos lucros simbólicos de grupos políticos específicos, mas sim às vistas de uma autorreferência aos debates artísticos e aos correspondentes circuitos intelectuais localizados noutras regiões do país.

Uma segunda leitura possível indica outra diferença estruturante, concernente ao posicionamento da produção de obras individuais, realizadas regularmente em paralelo à participação dos escritores nos periódicos, movimento que depõe em razão da complementariedade da produção individual e coletiva na conferência de capitais simbólicos consagradores dentro do meio literário cearense do período. Isto observando-se que muitos dos intelectuais daquela geração mantinham cargos na imprensa, atuando como jornalistas e editores, contudo, não sendo estes seus únicos meios de veiculação intelectual, o que caracteriza mais fortemente o estado de expansão das instituições culturais dedicadas à circulação do simbólico.

Ao comparar-se o caso cearense com outros movimentos de editoração de periódicos realizados no período, como fora o caso da revista *Clima* (1941-1944) em São Paulo, vê-se que ao final da primeira metade do século XX a viabilização de uma plataforma de expressão da intelectualidade em atividade funcionava como catapulta para carreiras relacionadas à atividade da escrita em diferentes vertentes. No caso dos agentes realizadores de *Clima*, o convite à escrita em outros meios de divulgação impressos afluía junto a um reconhecimento conquistado através do periódico próprio, o que abria um leque à prospecção de mais ambiciosos projetos culturais, afirma Pontes (1998). Nesse sentido, ao passo em que a

elaboração conjunta de uma linha editorial aprofundava-se na experiência da revista, conformava-se uma dicção autoral entre seus participantes. Conformidade esta que se exprimia tanto em termos de posicionamentos estéticos quanto políticos, quando do estabelecimento de pautas eleitas pelos intelectuais como interessantes à sua própria caracterização enquanto classe e objetivação de intervenções junto à sociedade.

O aparecimento do periódico animado pelo grupo de jovens intelectuais paulistas ocorreu em simbiose às suas trajetórias estudantis ligadas às primeiras turmas de humanidades da Universidade de São Paulo. Diferenciavam-se, assim, promovendo uma leitura das artes a partir de uma “mentalidade universitária” que, segundo Pontes (1998), recorria a uma crítica analítica das obras, tentando enxergá-las dentro de seu tempo, isto é, da sociedade mais ampla, ao invés de reproduzir as costumeiras críticas comentaristas que se publicavam até ali em todas as áreas artísticas – excetuando-se a literária, que se assentava mais firmemente desde outrora na tradição do pensamento social brasileiro. Baseados nesse entendimento, a especialização do trabalho intelectual por meio daquele grupo no início dos anos 1940 fecundava principalmente nas carreiras de Antonio Candido na literatura e Paulo Emílio Sales Gomes no cinema, enquanto Delcio de Almeida Prado e Lourival Gomes Machado dedicavam-se ao teatro e às artes plásticas, respectivamente e de forma mais detida, mas permitiam-se escrever sobre outras áreas de interesse também. Havia também exemplos mais poligráficos, como o de Ruy Coelho, que transitava entre praticamente todas as linguagens objeto de crítica no periódico.

À guisa de comparação, a geração cearense que procurava estabelecer-se por meio de seus empreendimentos culturais – também privilegiando discursivamente seu surgimento enquanto novidade na produção intelectual – percorreu outro caminho, em paralelo à formação social que se apresentava no Ceará. Aqui, nossa “geração moça” indispunha de uma cultura universitária, embrionária que fosse, a balizar ferramentas de análise crítica de arte, ainda que não fosse majoritariamente esse o interesse dos periódicos ora examinados. Ao contrário, a criação de uma universidade se dá posteriormente à alçada de voo de alguns personagens que décadas antes iniciavam suas carreiras letradas recuperando uma experiência social de tradição ligada à composição de grupos de interesse intelectual e artístico. As pautas político-artísticas que os mobilizavam relacionavam-se mais à viabilização de uma carreira literária em quaisquer das tendências de atuação, definição de interesses de classe e promoção do ideário provinciano que autoreconhecidamente ocupava lugar de margem no sistema literário nacional.

Apesar de poderem ser observadas disposições de afinidade temática nas

publicações de seus principais colaboradores, como o cinema em Antônio Girão Barroso, o teatro em Eduardo Campos, a poesia em Artur Eduardo Benevides, a história em Raimundo Girão e o romance em Fran Martins, a característica poligráfica se fazia a mais natural forma pela qual se expressavam os intelectuais conformadores daquele movimento de CLÃ. A partir do próximo capítulo, discorreremos sobre as trajetórias de alguns dos exemplares modelos de “homem de letra” do período.

4 MODELOS INTELECTUAIS NA CONFIGURAÇÃO DE UM CAMPO CULTURAL NA PROVÍNCIA

Tal como a análise dos empreendimentos da geração de 1940 iniciou-se pelo exame da revista *VALOR* assentada na trajetória biográfica de Antônio Martins Filho, seu principal ativador, este capítulo inicia-se discorrendo sobre este personagem, dada sua posição privilegiada diante do seio das relações entre intelectuais configuradas a partir dali. Em seguida, passa-se à análise da trajetória de Fran Martins, principal arregimentador da revista *CLÃ* e, por sua vez, irmão de Martins Filho.

Além destes, Antônio Girão Barroso, Eduardo Campos e Artur Eduardo Benevides completam com seus perfis a composição de trajetórias informantes da atividade intelectual no período abordado pela pesquisa, exemplificando a constituição do *habitus* característicos dos agentes que atuaram pela conformação do campo de produção cultural cearense. O intuito dessas incursões nas trajetórias dos agentes selecionados é analisar seu período de formação, socialização familiar e escolar, e principalmente seu posicionamento no quadro social vigente durante o período de afirmação intelectual geracional enfocado na pesquisa.

QUADRO 2 – CARACTERES PERTINENTES À ANÁLISE DOS PERFIS DE INTELLECTUAL DA GERAÇÃO DE 1940

AGENTE	NATURALIDADE/ORIGEM FAMILIAR	SOCIALIZAÇÃO ESCOLAR	FORMAÇÃO SUPERIOR	ÁREAS DE ATUAÇÃO	POSIÇÕES INSTITUCIONAIS	CARGOS NO ESTADO
Antônio Martins Filho	Crato (1904); Família de comerciantes; Infância/juventude: cariri cearense.	Formação básica em pequenas escolas públicas e particulares do interior do estado com mau desempenho; Curso noturno da Associação de Empregados do Comércio; Curso pré-jurídico do Liceu de Teresina (fase adulta).	Faculdade de Direito de Teresina (1935); Doutorado pela Faculdade de Direito do Ceará (1945);	Comércio; Editoração; Ensino básico (Liceu do Ceará), técnico (Academia de Comércio Padre Champagnat) e superior (Faculdades de Ciências Econômica e de Direito do Ceará); cargos no Estado a nível federal.	Liceu do Ceará; Academia de Comércio Padre Champagnat; Rotary Club; Faculdade de Ciências Econômicas; Faculdade de Direito do Ceará; Instituto do Ceará; Academia Cearense de Letras.	Reitor da Universidade do Ceará; diretor do Departamento Nacional de Educação; membro do Conselho Federal de Educação.
Fran Martins	Iguatu (1913); Família de comerciantes; Infância/juventude: centro-sul e cariri cearenses.	Formação básica em pequenas escolas públicas e particulares do interior do estado; Liceu Maranhense; Colégio Cearense.	Faculdade de Medicina de Pernambuco (não concluída); Faculdade de Direito do Ceará (1937); Doutorado pela mesma instituição.	Órgãos de Estado a nível estadual; Ensino superior (Faculdades de Ciências Econômicas e de Direito do Ceará); Escritor de romances, contos e crônicas.	Centro Estudantal Cearense; Academia de Comércio Padre Champagnat; Faculdade de Ciências Econômicas; Faculdade de Direito do Ceará; Instituto do Ceará; Academia Cearense de Letras; SCAP.	Secretário da Imprensa Oficial; Chefe do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda; Diretor jurídico do Departamento de Estradas de Rodagem.
Antônio Girão Barroso	Araripe (1914); Pai funcionário dos Correios e Telégrafos; Infância/juventude: centro-sul cearense.	Formação básica no interior do estado; Em Fortaleza, Colégio Castelo Branco, Educandário Cearense Moacyr Caminha e Ginásial no Liceu do Ceará; Pré-Jurídico no Liceu do Ceará.	Faculdade de Direito do Ceará (1944); Doutorado pela mesma instituição.	Jornalismo; Docência no ensino técnico (Academia de Comércio Padre Champagnat) e superior (Faculdades de Ciências	Centro Estudantal Cearense; Academia de Comércio Padre Champagnat; Diários Associados do Ceará; Faculdade de Ciências Econômicas; Faculdade de Direito	Revisor na Imprensa Oficial; Redator no Departamento de Serviço Público; Redator no Serviço de Cultura e Diversões

				Econômicas e de Direito do Ceará); Escritor de poesias.	do Ceará; Instituto do Ceará; Academia Cearense de Letras; SCAP.	Populares; Chefe dos Serviços de Imprensa; Diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo; Assessor de Imprensa do Conselho Federal de Educação.
Artur Eduardo Benevides	Pacatuba (1923); Pai Major da Guarda Nacional; Infância/juventude: região metropolitana de Fortaleza.	Formação básica na cidade natal; Em Fortaleza; Colégio São Luís e Liceu do Ceará; Curso Pré-jurídico do Liceu do Ceará.	Faculdade de Direito do Ceará (1947); Faculdade de Letras da UFC (1967).	Docência no ensino superior; Escritor de poesia.	Diretor da Faculdade de Letras da UFC; Diretor do Centro de Humanidades da UFC; Presidente da Academia Cearense de Letras.	Diretorias na Universidade Federal do Ceará.
Eduardo Campos	Guaiúba (1923); Órfão de pai, foi criado por tios; Infância/juventude: região metropolitana de Fortaleza.	Formação básica em Fortaleza no Instituto São Luís, o Ginásio Fortaleza e o Liceu do Ceará;	Faculdade de Direito do Ceará (1948);	Imprensa, jornal, rádio e TV; Escritor de peças teatrais e contos; Órgãos e Conselhos de Estado.	Diários Associados no Ceará; Membro do Conselho Estadual de Cultura; membro do Conselho Universitário da UFC; Presidente da Academia Cearense de Letras; presidente do Instituto do Ceará.	Secretário de Cultura e presidente do Conselho Estadual de Cultura; Conselho Universitário da UFC;

Antônio Martins Filho³⁵

Nascido em 1904³⁶, no Sítio Santa Tereza, entre as cidades de Barbalha e Missão Velha – nunca se soube ao certo –, foi registrado em Crato, no Cariri cearense. Durante infância e juventude residiu entre Barbalha, Juazeiro, Iguatu e, posteriormente, Crato, tendo assim uma socialização típica entre a região extremo-sul do estado e, quando mais ao norte, o centro-sul (Iguatu).

Sua família era composta por pequenos proprietários de terras e comerciantes nas cidades da região. A má consagração do pai nos negócios, que vez por outra precisava vender terras e outras propriedades e já havia saído por meses junto a irmãos para aventurar-se em vendas itinerantes entre Piauí e Maranhão, habitava a infância de Antônio Martins Filho desde suas primeiras lembranças. Nesse sentido, as recorrentes mudanças pelas cidades do sul cearense ocorriam quase sempre quando da piora da situação econômica da família, que migrava e atingia, em variados momentos, bonança nos negócios, garantindo estabilidade por certos períodos.

A posição da família nas pequenas cidades do interior era a de comerciantes, posto avaliado pela redação de *CLÁ* (ago/1948) ao publicar excerto do que seria a primeira edição do livro de memórias de Martins Filho, *Menoridade*: “[...] uma classe à parte, trabalhando quase doze horas por dia e ainda estudando várias outras à noite, numa luta digna de nota para conquistar um lugar ao sol”. Essa visão heroica depõe sobre o que se compunha por uma classe média de comerciantes locais, que ao lado de trabalhadores de ofício e empregados, no contexto das pequenas cidades do interior, contrastava no convívio com a elite de autoridades locais (prefeito, juiz, padre, grandes proprietários e comerciantes mais robustos) e com os miseráveis, tão mais volumosos quanto mais seca o sertão enfrentava.

Sendo o segundo filho de uma família de seis irmãos³⁷, Martins Filho relata que durante a infância o destaque escolar ficava por conta de seu irmão mais velho, José³⁸, prodigioso, detentor dos elogios familiares, denotando para si certa inferioridade intelectual

³⁵ Os textos que serviram de base para esse remonte biográfico foram consultados nos livros *Memória Histórica*, da Fundação Demócrito Rocha (1991); *Memórias* (Tomos I e II), de Martins Filho (1991; 1993) e na coleção de textos sobre Martins Filho organizados por Paulo Elpídio de Menezes Neto (2004). Também foram observados os episódios das séries vídeo-documentais “Perfil”, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e “Os Cearenses”, da Fundação Demócrito Rocha.

³⁶ Faleceu em Fortaleza (2002).

³⁷ Além destes, cinco irmãos vieram a óbito ainda bebês num período de características altas taxas de mortalidade no sertão cearense.

³⁸ José Martins de Jesus passou a assinar Martins D’Alvarez ao iniciar sua produção poética publicando nos pequenos jornais do cariri cearense nos anos 1910. É considerado um dos escritores relacionados à primeira geração modernista cearense (AZEVEDO, 1976). Figurou entre os que mais contribuíram escrevendo para *VALOR* – dezessete textos no total – e participou ativamente dos empreendimentos da geração de 1940 junto aos irmãos mais novos.

ao ser comparado ao irmão:

José e eu durante muito tempo vivíamos em mundos diferentes; ele monopolizando todas as atenções e elogios da família e eu cada vez mais me aprofundando num complexo de inferioridade, por mim exagerado enormemente, mas que não tinha nenhuma razão de ser (MARTINS FILHO, 1991, p. 181).

Mais tarde, no início da adolescência, com a família já estabelecida na cidade do Crato, conseguiu com o diretor de um pequeno jornal local, *Gazeta do Cariri*, a função de aprendiz de tipógrafo. Foi o primeiro contato de maior substância com o universo das letras. Passagem biográfica sempre valorizada, seja nos textos memorialísticos, seja nas biografias escritas por outros autores, identifica-se ali o momento de iniciação com a lide editorial em sua mais básica forma, por meio do conhecimento sobre o instrumental técnico para a impressão. Após essa experiência que durou poucos meses, aventurou-se sozinho e junto ao irmão em pequenas empreitadas de venda de produtos, sempre intermediadas por familiares comerciantes, experimentando mais uma vez, no final da década de 1910, novo emprego como tipógrafo no jornal *A Região*, no qual permaneceu apenas alguns dias.

A despeito de várias atividades exercidas em sua primeira juventude, a mais consolidada ao aproximar-se a maioridade foi o serviço no comércio. Em 1921, entrou para a loja *A Pernambucana*, emprego arranjado por seu irmão José – que era caixa na instituição – junto ao gerente. Ao final daquele ano, o irmão seguiu para Fortaleza, intentando entrar no Liceu do Ceará para preparar-se para tentar cursar a Faculdade de Farmácia e Odontologia, ficando Martins Filho em seu posto de caixa na loja, por onde crescia e desenvolvia disciplina no trabalho comercial.

De início, ao adentrar no ramo, procurou retomar os estudos ao filiar-se à Associação de Empregados do Comércio, matriculando-se no curso noturno oferecido pela entidade: “[...] desejava, a partir de então, dedicar-me aos estudos, convencido de que minha família tinha razão quando citava o José como exemplo de pessoa que conseguira vencer, em virtude de sua dedicação aos livros” (MARTINS FILHO, 1991, p. 188). Não só continuidade ao serviço prestado por José n’*A Pernambucana* deu Martins Filho. Manteve também a assinatura de revistas que seu irmão mais velho detinha e, por meio delas, iniciou uma incursão mais interessada nas letras, desenvolvendo propriamente maiores hábitos de leitura e escrita para as seções de cartas dos assinantes dos periódicos. Ao lado das aulas em que avançava principalmente nos estudos de português e história, acessava os livros de seu irmão deixados na pequena biblioteca por ele detida no Crato, na casa que José e demais familiares moravam.

Em 1922, alinhado a um grupo de amigos que se reunia para discutir literatura,

principalmente poesia, criam uma associação, a Academia dos Infantes, inspirada pretensiosamente na Academia Brasileira de Letras, com sua estrutura hierárquica de organização. Essa primeira e jovem iniciativa de agremiação foi fundamental para o estabelecimento de Martins Filho nas atividades intelectuais, consolidando hábitos de leitura e pequenas incursões escritas em meio aos periódicos locais e revistas que recebiam por correspondência textos de seus leitores. Na sequência, participa em 1923, junto de colegas da Associação dos Empregados do Comércio, da criação de um jornal, *A Classe*, por onde publicavam em verso e prosa. Além de diretor, Martins Filho era um dos principais animadores do periódico em se tratando de poesia.

Observa-se que na esteira de seu desenvolvimento enquanto empregado do comércio o interesse crescia pelas atividades intelectuais, motivado sobretudo pela desenvoltura do irmão mais velho, José, que sobre o primeiro exercia influência enquanto exemplo de maturidade e bom desempenho nas obrigações masculinas ligadas ao trabalho e ao intelecto. Importante notar que àquela época a continuação mínima dos estudos, em uma sociedade altamente iletrada, significava fortalecimento da relação com objetos simbólicos para além das formalidades do currículo escolar básico. Ademais, uma classe profissional organizada parecia logo propor-se a desenvolver as habilidades intelectuais em seus membros, recorrendo inclusive à publicação de um periódico, elemento de comunicação fundamental em uma sociedade na qual os meios de circulação das ideias eram bastante limitados. Nesse sentido, o desenvolvimento de um *habitus* intelectual no agente passou pela educação formal tardia – decorrida de desinteresse e mal desempenho escolar quando criança – e em paralelo intrínseco à socialização junto à atividade profissional que exerceu no início da vida adulta.

Em 1925, aceitando a oferta para assumir a gerência de uma loja do grupo – A Paulista – para o qual trabalhava, transfere-se para Caxias, interior do Maranhão. O posto fora assumido sob ponto de vista de uma grande promoção junto aos seus empregadores. Na nova cidade passou a integrar-se na sociedade local a partir dos novos colegas de trabalho e demais comerciantes da região, assumindo também boa perspectiva de ascensão econômica junto à firma. Conjuntamente, chegou a iniciar um curso noturno por ele ministrado de português, história e matemática aos funcionários da loja que geria, encerrado em pouco tempo de funcionamento. Em 1929 abre a própria casa comercializadora de tecidos e outros produtos.

Estabilizado no comércio no Maranhão e em boa condição econômica, dispôs-se a publicar o primeiro livro de Martins D'Alvarez, custeando para que fosse editado no Rio de Janeiro o título que, por sua vez, chegou a público em 1930. À época, processava-se a Revolução de 1930 que levaria Getúlio Vargas ao poder, sendo Martins Filho, junto ao irmão,

e alguns poucos nomes próximos, apoiadores do movimento. Essa mirada na política nacional logo dissipou-se, pois numa pequena cidade do interior maranhense não havia constituído corpo partidário organizado³⁹.

No ano seguinte, 1931, iniciou a circulação de um jornal local, *Voz do Povo*, editado em parceria com Ausônio Câmara, amigo vizinho e detentor de uma pequena tipografia. As passagens autobiográficas a respeito do viés político contido nas empreitadas às quais se filiava Martins Filho são tomadas quase sempre por um típico ar de desinteresse: “[...] antes de ingressar na Faculdade de Direito do Piauí, eu já estava vinculado a um programa jornalístico, de interesse político do meu amigo Ausônio Câmara⁴⁰ e de deleite puramente intelectual da minha parte” (MARTINS FILHO, 1993, p. 127). Também a essa altura, Martins Filho começara o curso de Direito em Teresina. A ascensão social conseguida junto ao bom desempenho no comércio era acompanhada pelo desejo de titulação simbólica que, sendo um interessado pelas lides intelectuais, nutria:

A minha inquietação intelectual, cada vez mais aguçada, levou-me a pensar na possibilidade de aproveitar aquela chance, para fazer um curso superior e também, como grande número de brasileiros, receber o ambicioso título de “Doutor”... A circunstância de já estar casado e de ser pai de três filhos, que até o fim daquele ano de 1931, iriam aumentar para quatro, não poderia constituir obstáculo a que eu persistisse naquela idéia. Lembrei-me, também, de que o meu irmão José, em condições mais desfavoráveis do que as minhas, conseguira terminar o curso de odontologia e era por todos tratado pelo nome de “Doutor” Martins D’Alvarez” (MARTINS FILHO, 1993, p. 88).

Diante do sucesso nos negócios que acumulara desde a ascensão experimentada no comércio, Martins Filho – exercendo um discurso memorialístico, não obstante interessado numa narrativa linear que responde a certas demandas orientadas pela formação social em questão – coloca em oposição o desenvolvimento de suas atividades profissionais e aquelas

³⁹ A despeito disso, em 1933, Martins Filho organizou a instalação de um núcleo caxiense da Ação Integralista Brasileira após tomar contato com as teses políticas defendidas sob liderança de Plínio Salgado. Gustavo Barroso também era referência para Martins Filho, ainda mais por se tratar de conterrâneo cearense com quem havia intermediado pela publicação do livro de poesias de Martins D’Alvarez. À medida que se integrava à elite que o rodeava, Martins Filho aderiu ao ideário conservador que àquele momento expressava-se na política nacional pela mobilização da direita católica. Sua ativação junto ao movimento, entretanto, cessou rapidamente após poucos meses, desligando-se da entidade. Outro episódio de flerte com política partidária mais acentuada foi o envolvimento na campanha presidencial do candidato paulista Armando de Sales Oliveira após viagem ao Rio de Janeiro para tratamento de saúde, quando se aproximou do assessor do então candidato e conterrâneo cratense Elias de Siqueira Cavalcante. Com as credenciais de jornalista que possuía, contando a experiência no jornal *Voz do Povo*, caberia a Martins Filho compor a equipe de jornalismo do presidencial, sendo responsável, então, por montar um periódico em São Luís e fazer a campanha em Maranhão e Piauí, recebendo financiamento para tanto. A incumbência não foi à frente, tendo passado Martins Filho por um grave problema de saúde, devido a complicações de uma crise de apendicite crônica, motivo de sua ida em busca de tratamento na capital. Ao recuperar-se, semanas depois de internado em um hospital carioca, tentou contato com o conterrâneo Dr. Elias, indo à sua procura em São Paulo capital. Porém, a campanha havia definhado e, com poucos recursos disponíveis, não foi concretizada a empreitada do jornal editado para promoção da candidatura de Armando de Sales Oliveira naquela parte do Nordeste.

⁴⁰ Ausônio Câmara tornou-se prefeito de Caxias em 1932.

em outras áreas *a priori* não monetárias, repercutindo a clássica dicotomia entre viver para o simbólico ou viver para o material:

[...] cumpria-me tomar uma decisão: contentar-me com a situação de comerciante, com muitas possibilidades de ficar rico; ou lutar, energeticamente, para que aquele meu sonho de ser “Doutor” viesse um dia a se transformar em realidade (MARTINS FILHO, 1993, p. 88).

[...] eu era considerado comerciante e em franca prosperidade, até 1931. Já me considerava quase rico, mas parece que não nasci para acumular fortunas materiais” (FUNDAÇÃO DEMOCRITO ROCHA, 1992, p. 64).

Eu me sentia rico, não dessa riqueza resultante da acumulação de bens materiais e, sim, de uma outra riqueza muito mais importante, estereotipada na literalidade de um título que me iria acompanhar durante a minha vida e até depois de minha morte – o de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (MARTINS FILHO, 1993, p. 158).

Sua entrada no universo jurídico, área bacharelesca tipicamente preferida pelos interessados em carreiras intelectuais, deu-se naturalmente quando do ingresso no curso de Direito, passando também a advogar, utilizando o espaço de seu jornal *Voz do Povo* para divulgar seus serviços – inclusive junto ao colega de jornal e de curso de Direito, Ausônio Câmara. Ainda no primeiro ano do curso, passou a exercer a função de juiz suplente, quando fora indicado por um amigo e então prefeito recém-eleito, sendo logo após efetivado na Vara da Comarca de Caxias por ratificação do Interventor Federal do Maranhão. Galgando rapidamente posições sociais de destaque junto à sociedade caxiense, esse período exemplifica a aproximação entre a posse de capitais econômicos, culturais e políticos na trajetória de um agente disposto cada vez mais ao exercício de atividades intelectuais e funções correspondentes.

Já funcionário público, fundou e dirigiu em Caxias uma escola de segundo grau, instituição inédita na cidade, o Ginásio Caxiense. Empreitada realizada em parceria com o então Coletor Estadual Clodoaldo Cardoso, colega de curso de direito, o colégio funcionava em parte do Teatro do Município, cedido pela prefeitura, e junto à casa vizinha, adquirida por Martins Filho. O Ginásio Caxiense foi posteriormente oficializado pelo Governo Federal. Por sua vez, a conclusão do curso de direito deu-se em 1935 em Teresina, colando grau no ano seguinte, após processo de reconhecimento oficial da Faculdade de Direito de Teresina pelo Governo Federal. Tornou-se, então, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Entre 1936 e 1937, passando por doenças e problemas familiares, decide desfazer os negócios no Maranhão e rumar à Fortaleza, de encontro aos pais e irmãos que àquela altura já habitavam na capital cearense. Martins D’Alvarez encontrava-se próximo aos círculos intelectuais mais destacados de então, participando do movimento modernista cearense ao lado de Demócrito Rocha, Mário Sobreira de Andrade e Filgueiras Lima. Cláudio Martins era

oficial de gabinete do Secretário da Fazenda e concluía curso superior na Faculdade de Direito do Ceará, bem como Fran Martins, que se bacharelava ao passo em que atuava também como Secretário da Imprensa Oficial do Estado. Ainda sua irmã mais nova, Eulália, trabalhava no Departamento de Obras Públicas. Nesse contexto, portanto, Martins Filho chega a Fortaleza com uma ampla rede de relações sociais disponibilizadas através da família, tanto pelas sociabilidades intelectuais quanto pela ocupação de posições políticas junto ao Estado, conforme corrobora Rodolfo (2017).

Justamente de uma dessas relações familiares Martins Filho pode inicialmente valer-se ao desejar adentrar no magistério quando em Fortaleza, em 1938. Por meio de Fran Martins, conseguiu ser indicado para a disciplina de Economia e Estatística do Curso Pré-Jurídico do Liceu do Ceará⁴¹. No mesmo ano adquire a Editora Fortaleza – fato amplamente comentado no início do tópico dedicado à análise do periódico *VALOR* –, filiando-se assim a uma importante fonte de aproximação à fração intelectualizada da sociedade fortalezense de então.

Aproxima-se, a partir dos serviços editoriais que passa a prestar, do historiador Raimundo Girão, intelectual e político estabelecido no quadro cultural cearense. À época, este era membro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, tendo sido recentemente prefeito de Fortaleza, entre os anos de 1933-1934. Martins Filho, ao adquirir a editora, ficara incumbido de continuar trabalhos já iniciados, entre eles o de publicação da tese de doutoramento de Raimundo Girão. A partir daí, mantém furtivo relacionamento, empreendendo juntos uma série de produções intelectuais. A mais significativa dessas produções em termos de livro à quatro mãos, foi a publicação conjunta, em 1939, de *O Ceará*, tracejando a historiografia do estado a partir de perfis individualizados dos municípios e textos sobre aspectos socioculturais diversos escritos por colaboradores convidados. A ideia partira de Martins Filho, que pensava num volume de pequenas monografias sobre cada município cearense e cujo conteúdo distanciasse-se da abordagem das secas que dominava o noticiário e a literatura sobre o Nordeste.

No editorial “A Crônica de VALOR” do nº 12 (out/1939) é divulgado o lançamento de *O Ceará*, “[...] apanhado geral de tudo quanto existe no Ceará de bom, de belo e admirável” (p. 482). Alinhado ao projeto de divulgação da produção cultural cearense da qual a própria *VALOR* era uma das principais frentes, o livro propunha redesenhar a visão sobre a província deixando de lado as mazelas características amplamente exploradas na

⁴¹ Na oportunidade, foi professor de dois dos intelectuais que mais tarde comporiam junto a ele o Grupo CLÃ, Antônio Girão Barroso e Aluizio Medeiros.

imprensa e na literatura.

O plano do livro teve como inspiração divulgar o homem, a terra, as coisas e os fatos cearenses, sem repetir a sedição e por demais explorada literatura das secas, assunto já de si passadista e que não pode mais ser levado a sério como essencial característico de nosso Estado e do Nordeste, nem mesmo para servir de porta falsa ao êxito literário de plumitivos das nossas letras (p. 512).

Também sobre *O Ceará* chama atenção os aspectos de divisão do trabalho literário expostos no mesmo editorial de *VALOR*:

Durante oito meses consecutivos, enquanto Martins Filho traçava diretrizes no sentido de assegurar o êxito econômico do arrojado empreendimento, em que se teriam de inverter mais de cinquenta contos de reis, Raimundo Girão se entregava de corpo e espírito ao manuseio de dezenas de livros e à consulta de inúmeras fontes informativas, anotando em fichários especiais quanto se relacionava à formação política, judiciária, eclesiástica de cada município cearense, além do estudo da sua etimologia, sua geofísica, demografia, etc. (*VALOR*, nº 12, p. 482).

Esta passagem classifica a contribuição dos autores para a feitura da obra, indicando Antonio Martins Filho enquanto facilitador burocrático do livro, na medida em que era responsável por garantir condições materiais ao empreendimento (uma das funções típicas do editor àquele período), enquanto a lida intelectual com as fontes, materiais e organização dos textos ficava mais a cargo de Raimundo Girão, autor polígrafo que à época já assinara vários livros principalmente em história e economia. Também Raimundo Girão foi responsável pela inserção de Martins Filho nos altos círculos sociais da cidade através de sua indicação ao Rotary Club de Fortaleza, onde assumira de imediato o setor de “Imprensa e Publicações – Casas Editoras”. Conforme a aproximação com Raimundo Girão, passam a advogar juntos num escritório que, mais tarde, contaria, também, com a sociedade do tio de Raimundo, Eduardo Girão, então professor da Faculdade de Direito do Ceará e político com passagens pelo legislativo e executivo locais.

Em 1939, foi indicado por Djacir Menezes para substituí-lo no Curso de Comércio Padre Champagnat, no ano seguinte adquirido dos Irmãos Maristas por Martins Filho e tornado Academia Comercial Padre Champagnat, escola voltada ao ensino técnico. Alguns dos professores da Academia foram colaboradores na revista *VALOR*, caso de Luís Sucupira, João Clímaco Bezerra e Cláudio Martins. Os dois últimos também compuseram o Grupo CLÃ, sendo João Clímaco Bezerra considerado um dos fundadores. O início dos anos 1940 representou para Martins Filho o estabelecimento de várias atividades exercidas em paralelo, todas ligadas ao exercício intelectual em algum nível. A manutenção de postos no ensino (Liceu do Ceará), a diretoria da Academia de Comércio e atividades editoriais e

advocatícias⁴² adensaram sua participação na vida cultural:

A minha Editora estava instalada em um prédio contíguo ao de minha residência. Isso significa dizer que praticamente eu morava dentro da tipografia e nela trabalhava até altas horas da noite. Tive de geometrizar o tempo, de modo a poder ministrar aula, administrar a Academia de Comércio em sua nova fase, fazer advocacia e, ainda, frequentar instituições culturais, notadamente o Instituto do Ceará (FUNDAÇÃO DEMOCRITO ROCHA, 1991, p. 81).

A aproximação de Martins Filho junto ao então interventor federal Menezes Pimentel deu-se sobretudo no ano de 1941, quando foi por ele nomeado Secretário da Associação dos Diretores de Estabelecimentos de Ensino, que era presidida à época pelo então chefe do executivo estadual:

O cargo de Secretário, por mim exercido durante dois anos, possibilitou-me maior convivência e uma relativa intimidade com o meu Presidente, naquela época o homem mais importante do Ceará. Doutor Pimentel já havia confiado ao meu irmão Fran a direção do Departamento Estadual de Informação e Propaganda – DEIP, cargo que exigiu seu afastamento provisório da função de Secretário da Imprensa Oficial. [...] Doutor Menezes Pimentel fazia referências bem elogiosas aos Martins, por ele qualificados de inteligentes e capazes, afirmando que o Antônio era o mais importante da irmandade, pela eficiência e objetividade com que superava os obstáculos naturais da vida (MARTINS FILHO, 1993, p. 238-239).

É tornado em 1943, por indicação do interventor federal, professor interino de Direito Comercial da Faculdade de Direito do Ceará. A essa altura estava desligado do Liceu do Ceará em razão da extinção dos cursos “pré-jurídico/médico/técnico” após reformulação curricular pelo governo federal⁴³. O acúmulo de posições junto às atividades intelectuais estava a todo vapor naquele início do decênio 40, todas ligadas a alguma ordem da educação e da editoração, além do exercício da advocacia. Em 1945, após aprovação em concurso, assume a 2ª Cadeira de Direito Comercial, recebendo também o título de doutor em Direito pela tese apresentada no pleito.

No ano de 1946, atarefa-se da ativação de uma tipografia no Instituto do Ceará, entidade da qual já era membro efetivo desde 1943. Neste ano também preside o já explorado I Congresso Cearense de Escritores. Vende a Editora Fortaleza ao irmão Fran Martins, que logo a passa à frente. Descontinua também a revista *VALOR*, que vinha com publicações esparsas e contava com a constatação de Martins Filho de que “[...] as minhas preocupações

⁴² Uma passagem interessante reflete o lugar de promoção de sociabilidades intelectuais proporcionado pelo escritório de advocacia mantido junto a Raimundo e Eduardo Girão: “Além do atendimento aos nossos clientes, o Escritório tornou-se para mim muito importante, em virtude da multiplicidade de temas que ventilávamos, Raimundo Girão, eu, o Doutor Eduardo Henrique Girão e, muitas vezes, importantes elementos da Associação Comercial. Os assuntos discutidos eram sempre de natureza jurídica, literária, econômica ou, ainda, longos comentários sobre a situação local e nacional” (MARTINS FILHO, 1993, p. 267).

⁴³ Martins Filho (1993) narra que, ao saber do desligamento do Liceu, procurou o então interventor para tentar indicação à cadeira de Geografia na mesma instituição. Na oportunidade, esta já estava destinada ao sobrinho da esposa de Menezes Pimentel, ocorrendo assim, por sugestão do próprio governador, sua a indicação para a Faculdade de Direito.

como intelectual poderiam ser atendidas com outros instrumentos, já ao meu alcance” (1993, p. 287), findando aquele projeto que foi sua primeira estratégia de colocação junto aos interesses intelectuais na cidade quando havia recém-chegado para constituir residência. Sua entrada para a Academia Cearense de Letras dá-se no ano de 1951, empossado, dentre outros, junto ao irmão Fran Martins e a Raimundo Girão. Presidiu a agremiação entre 1963-1964⁴⁴.

A partir de 1947 iniciou a empreitada, junto a um debate acadêmico que ocorria há algum tempo, sobre a criação de uma Universidade do Ceará. No ano seguinte, encontrou-se com o então governador Faustino Albuquerque, por quem foi indicado para representar o movimento pró-universidade junto ao Ministérios da Educação e Saúde. A ideia inicial era de uma universidade estadual, evoluindo em seguida para a perspectiva de instituição federal. O processo tramitou no congresso por alguns anos sob pressão da bancada cearense, quando prestes a ser sancionada a lei de criação da mesma, o então presidente Getúlio Vargas suicidou-se. Coube a Café Filho assumir a continuidade do governo, onde logo também sancionou a lei de criação da universidade cearense. Em 1954 passou a existir legalmente a Universidade do Ceará, sendo instalada no ano seguinte.

Martins Filho foi seu primeiro reitor, entre os anos 1955 e 1967, posteriormente tornando-se reitor agregado. Fundou a Imprensa Universitária em 1956, ao aprovar junto ao Conselho Universitário a compra da Tipografia Lusitana. Ao deixar a reitoria da UFC após doze anos, ocupou interinamente a diretoria do Departamento Nacional de Educação, no Rio de Janeiro, órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura. Em 1968 assumiu a representação brasileira no Comitê Latino-americano de Avaliação dos Sistemas de Bolsas de Estudo da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizando pesquisas em missão internacional.

Regressando ao Brasil, retoma as atividades no Conselho Federal de Educação, o qual integrou até 1979. Ajuda a fundar em 1977 a Universidade Estadual do Ceará, tornando-se reitor Pró-Tempore por três anos. Após essa longa trajetória junto a órgãos de Estado, Antônio Martins Filho (1991) explica que considerou sua “[...] volta às lides intelectuais desinteressadas” (p. 11) a partir dos anos 1980. É interessante a forma pela qual classifica, em suas memórias publicadas em idade avançada, o trabalho intelectual entre o “voltado a si mesmo” e aquele envolto por interesses interventivos oficiais que assumira durante as últimas décadas de vida até ali. Fato é que no decênio de 80 passa a trabalhar pela implantação de outra universidade, dessa vez no interior do estado, em sua cidade natal, Crato. Foi,

⁴⁴ Após ele, ainda dois consanguíneos presidiram a instituição: seu irmão Cláudio Martins (1975-1992) e seu filho José Murilo Martins (2005-2008).

novamente, reitor Pró-Tempore da Universidade Regional do Cariri durante sua instalação. Continuou durante aquela década a trabalhar assessorando universidades privadas do Rio de Janeiro.

As biografias exploram recorrentemente a figura de Martins Filho no que concerne seu papel fundamental na criação e expansão universitária no Ceará. As alcunhas mais usadas são as de “Semeador de Universidades”, “o pai de todas as Universidades”, “Reitor dos Reitores”. Isso informa do lugar central que a institucionalidade assume no registro da história, repercutindo nos traçados biográficos elaborados sobre os agentes, localizando-se especialmente enquanto ferramenta de distinção e consagração social. Sua produção bibliográfica publicada concentra-se em obras de direito, alguns livros sobre história cearense e principalmente livros de memórias pessoais e narrativas sobre a criação de universidades.

É observado que na primeira socialização familiar e na segunda enquanto jovem adulto, a figura do irmão mais velho ocupou dupla função. Primeiro estabelecido enquanto figura de comparação dentro da família, tido como exemplo de precocidade no âmbito do desenvolvimento de papéis sociais relacionados ao bom desempenho no trabalho e na vida intelectual; segundo, sendo o responsável direto pelo direcionamento de Martins Filho ao trabalho no comércio – atividade com a qual já detinham familiaridade através do histórico de negócios do pai e tios –, por onde, além do aprendizado crescente das técnicas de administração empresarial, aproxima-se das oportunidades de acesso ao mundo letrado e dos interesses não-econômicos característico das práticas de grupos de organização e debate da produção literária como os que participou e ajudou a fundar Martins Filho no início da década de 1920.

É interessante observar como essa aparente contradição entre o mundo dos negócios e o mundo do simbólico era, por sua vez, característica da formação social em questão. Sendo o comércio o principal instrumento de viabilização de uma classe média urbana tanto nas pequenas quanto nas grandes cidades do estado, a socialização de seus agentes era envolvida também em práticas de desenvolvimento de habilidades intelectuais, servindo os grupos criados paralelamente aos cursos de formação escolar disponibilizados como instâncias de formação de gostos pelas artes em geral e pela literatura em específico.

Em Fortaleza, Martins Filho passa a contar com uma espécie de capital de relações sociais alicerçado principalmente na família a partir dos postos que os irmãos já detinham na cidade quando de sua chegada. Tendo ingressado em prestigiadas instituições locais, principalmente seus irmãos – primeiro José, que entrou para o preparatório do Liceu

do Ceará e em seguida cursou a Faculdade de Farmácia e Odontologia, depois Cláudio e Fran Martins, que se bacharelaram pela Faculdade de Direito do Ceará – passaram a atuar sistematicamente junto ao Estado, ocupando posições em órgãos como secretarias de governo e Imprensa Oficial.

Fran Martins⁴⁵

Nasceu em Iguatu⁴⁶ em 13 de junho de 1913, caçula do sexo masculino dentre seis irmãos – entres eles os já comentados Martins D’Alvarez, Antônio Martins Filho e Cláudio Martins⁴⁷. Sendo assim, viveu junto à família a peregrinação entre cidades do Cariri e Centro-Sul descritas no tópico anterior. Entretanto, Crato foi a cidade que mais estabeleceu-se na memória – e sociabilidades – de infância e adolescência de Fran Martins. Cursando o ensino básico nesta cidade, participou no início da adolescência de uma primeira incursão no mundo da escrita quando editou junto a colegas de escola um jornal chamado *A Isca*, aos 12 anos. Aos 15 passa a colaborar semanalmente para a *Gazeta do Cariri* – no qual havia escrito pela primeira vez aos 13 anos –, mesmo jornal em que o irmão Martins Filho havia trabalhado como aprendiz de tipógrafo anos antes.

Entre pequenos colégios e o Ginásio do Crato teve a formação escolar básica, estudando no Liceu Maranhense no período em que residiu no estado quando Martins Filho assumira em Caxias a gerência de loja da firma para a qual trabalhava. Lá também colaborou com jornais locais. Após voltar ao Crato, mudou-se com a família pela última vez passando a residir em Fortaleza em 1930. Na capital, concluiu os estudos pelo Colégio Cearense. Ruma a Recife em 1932, onde cursa o primeiro ano de medicina, inconcluso pela falta de condições de manter-se em Pernambuco. Retornando, entra para a Faculdade de Direito do Ceará, na mesma turma de seu irmão Cláudio Martins, em 1933.

Durante a faculdade participou do Centro Estudantil Cearense (CEC), criado em 1931, entidade na qual presidiu o Conselho de Honra, fundou o Museu do Estudante e participou da Escola Moça de Cultura, iniciativa de estímulo à produção letrada entre os

⁴⁵ As principais referências à trajetória desse agente aqui utilizadas encontram-se em dois livros biográficos e no texto de homenagem publicado em razão de seu centenário pelo Instituto do Ceará. O primeiro, de autoria de Carlos Eduardo Bezerra (2004), é componente da coleção “Terra Bárbara” da Fundação Demócrito Rocha, destinada ao culto de personagens históricas relacionadas à cultura e política cearense; o segundo, de Ângela Barros Leal (2014), é uma biografia encomendada pela família de Fran Martins como registro apologético de sua trajetória em razão do centenário de seu nascimento; o terceiro é também deste período, texto de Geová Lemos Cavalcante (2013) para homenagem na Revista do Instituto do Ceará.

⁴⁶ Faleceu em Fortaleza (1996).

⁴⁷ Como pode-se perceber, a família Martins foi uma das mais destacadas no campo intelectual cearense conformado pela geração de 1940, notadamente a partir das figuras dos quatro irmãos citados. À exceção de Martins D’Alvarez, que construiu grande parte da carreira no Rio de Janeiro, todos os outros residiram no Ceará, participando em Fortaleza dos empreendimentos culturais de meados do século XX.

discentes. Ligado a esta entidade, em 1943 foi fundada a Academia Centrista de Letras, da qual Fran Martins foi um dos principais líderes, animando o grupo de jovens junto a vários dos nomes que compuseram a geração de 1940, dentre eles Antônio Girão Barroso, Manoel Albano Amora e Moreira Campos.

A posição do CEC no contexto político de então indicia as filiações ideológicas que àquele momento Fran Martins construía. Farias (2012) afirma que o movimento assistencialista promovido pela entidade estatutariamente apresentava-se como isento de posicionamentos políticos e religiosos, entretanto, na prática exibiam inclinações conservadoras e aliadas às oligarquias, sendo inclusive financiada por proprietários de escolas e pelo próprio governo. A instituição dava, assim, resposta às demandas oficiais por apaziguamento dos movimentos estudantis de caráter mais radical.

O CEC, além de criar uma classe estudantil ordeira e colaboradora, também ajudou na formação de quadros para o Estado, como Fran Martins, que após ocupar cargos na entidade, assumiu a chefia do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) [...] (FARIAS, 2012, p. 334).

A experiência de Fran Martins na vida por dentro do Estado vem de antes da experiência no DEIP, porém. Ainda no início do período de vinculação ao CEC, em 1933, foi nomeado para a secretaria da Imprensa Oficial do governo do interventor Carneiro de Mendonça, sendo posteriormente promovido ao órgão censor por Menezes Pimentel em 1941, onde ficou até 1945, quando, ao cair Vargas, o DEIP foi extinto. Após tal fato, retorna à Imprensa Oficial. Sua incursão nos postos estatais deu-se em aproximação a este último interventor, que fora diretor da Faculdade de Direito desde 1925 e assumira o governo estadual em 1935. Desde então, Menezes Pimentel arregimentou quadros ligados à faculdade no seio do Estado, entre eles Fran Martins: “Durante certo período, foi tido como ‘o homem mais poderoso do Ceará’, e nessa categoria contribuiu para agilizar a abertura das portas para a competência do jovem Fran Martins” (LEAL, 2014, p. 31). Informando da posição social pela qual situavam-se os irmãos Martins – Cláudio e Fran – no decorrer da primeira década em Fortaleza, Martins Filho (1993) rememora: “[...] ambos acadêmicos de Direito e intelectuais, estavam ganhando espaço graças ao bom relacionamento que conseguiram fazer com pessoas bem situadas na Administração Pública Estadual” (p. 146).

Em 1937, Fran Martins concluiu seu bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais. Àquela altura lançava seu primeiro romance⁴⁸, *Ponta de Rua*, que de acordo com Bezerra (2004): “[...] publicado em 1937 pela Pongetti, do Rio de Janeiro, colocou Fran Martins entre os escritores do chamado romance de 30 no Nordeste: Graciliano Ramos, Jorge Amado,

⁴⁸ O primeiro livro publicado fora *Manupueira* (1934), de contos.

Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e outros” (p. 27). Lançou no ano seguinte *Poço de paus* (1938). Naquele final dos anos 1930, Fran Martins filiava-se à geração de escritores regionalistas compondo as temáticas de sua produção pela situação dos flagelados, moradores de rua e trabalhadores explorados ao mais baixo nível de condição vivente nos sertões nordestinos.

Em 1942, quando da realização do I Congresso de Poesia do Ceará, encabeçou a curadoria da categoria “romance”. À época, publicava pela José Olympio Editora seu quinto livro, *Estrela do pastor*. No mesmo ano assumiu a função de conselheiro na Associação Cearense de Imprensa, iniciando no ano seguinte a seção cearense da Associação Brasileira de Escritores (ABDE). Esta entidade animada por Fran Martins em seus primeiros anos tomou parte das principais mobilizações intelectuais do estado nos anos 1940. O I Congresso Cearense de Escritores (1946) foi uma das iniciativas que contou com ampla participação da associação e de seu presidente eleito à época, que também assumira na oportunidade a presidência da Comissão Organizadora. Conforme explanado no capítulo anterior, a contribuição de Fran Martins ao movimento versava em tese apresentada sobre a situação do escritor provinciano e as possibilidades de melhoramento da condição em que se encontrava frente a estrutura literária do país.

Em 1945, viúvo da primeira esposa há alguns anos, Fran Martins casa-se com Lúcia Fernandes Martins, também escritora, tendo sido a única componente feminina do grupo consagrado de CLÃ, situada dentre os quatorze fundadores. Sua eleição ao Instituto do Ceará deu-se em 1948, fortalecendo as relações entre família e intelectualidade junto a seus irmãos: “Fran integrou a Academia Cearense de Letras com seus irmãos Antônio e Cláudio, não na mesma faixa de tempo, como aconteceu aqui no Instituto: Antônio, Fran e Cláudio foram Sócios Efetivos do Instituto do Ceará simultaneamente, fato inusitado [...]” (CAVALCANTE, 2013, p. 393)⁴⁹.

Também em 1948 inicia sua presença na direção da revista *CLÃ*, por ele assumida em todos os 29 números desde ali. Suas contribuições nas páginas do periódico iam de excertos de romances, contos e crônicas a textos de crítica literária, afora o que possivelmente eram textos de sua autoria, editoriais, que em regra não vinham assinados. Naquele final dos anos 1940, exercia função jurídica no Departamento de Estradas de Rodagem. Já em 1951 é

⁴⁹ Ainda Cavalcante (2013) anota: “[...] o outro irmão, o poeta José Martins D’Alvarez, Reitor pro tempore da Universidade Federal de Goiás, era Sócio Correspondente do Instituto desde 1946, pois residia no Rio de Janeiro” (p. 393). Ao falecer, sua cadeira foi ocupada por José Murilo de Carvalho Martins, filho de seu irmão Antônio Martins Filho. Outra instituição de elite social marcada pela participação dos irmãos Martins foi o Rotary Internacional, do qual fizeram parte Antônio, Cláudio e Fran Martins.

empossado na Academia Cearense de Letras, na mesma cerimônia de seu irmão Martins Filho e de mais alguns dos integrantes da nova geração de escritores ou “padrinhos” de outros tempos – Joaquim Alves, Braga Montenegro, Raimundo Girão, Filgueiras Lima...

A década de 1950 é marcada pela atuação acadêmica de Fran Martins. No decênio anterior já havia atuado na Academia de Comércio Padre Champagnat, de propriedade de Martins Filho, e na Faculdade de Ciências Econômicas; entretanto é nos anos 1950 que se torna efetivo na mesma instituição e adentra também à Faculdade de Direito do Ceará, primeiro como interino e posteriormente (1957) como catedrático de Direito Comercial.

A trajetória pública de Fran Martins foi abalizada pela participação, desde muito cedo, nas fileiras burocráticas do Estado, assumindo cargos de confiança ligados aos governadores e interventores cearenses a partir de 1933. Os órgãos eram ligados, na maioria das vezes, ao domínio ideológico e às atividades de publicação, seja a Imprensa Oficial, seja o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Esse período coincide com seu bacharelado na Faculdade de Direito do Ceará e com os anos de incursão na literatura, pela qual afunilava relações com os autores do “romance de 30” no Rio de Janeiro (LEAL, 2014, p. 41-44) e, localmente, figurava dentre os escritores empenhados na realização de eventos e criação de movimentos artísticos na capital cearense.

Artisticamente, Fran Martins teve ampla atuação, participando de mobilizações em torno não só das letras, mas do teatro e artes plásticas⁵⁰. Paralelamente, escrevia na imprensa e professorava, primeiro na Faculdade de Ciências Econômicas e depois na Faculdade de Direito, onde se tornou titular de Direito Comercial, assim como seu irmão Martins Filho. Conforme salienta Bezerra (2004), Fran Martins constituiu-se como típico intelectual polivalente numa das últimas gerações ainda não enviesadas pela especialização: “[...] Fran Martins atuando nas diversas frentes – Literatura, Jornalismo, Direito – teve, assim, a sua prática intelectual formada como era tradição à época ainda não tão marcada pela limitação e exigência da especialidade” (p. 49).

Diferentemente de seu irmão Martins Filho, que fizera sua carreira literária concentrada no gênero memorialístico-histórico, Fran Martins compôs sua trajetória por uma longa lista de romances, contos e crônicas publicadas⁵¹. Paralelamente, bem como o primeiro,

⁵⁰ Foi um dos cinco artistas a elaborarem o estatuto da SCAP em 1944, ao lado de Raymundo Cella (pintor), Mário Baratta (pintor), Raimundo Vieira Cunha (médico) e Melo Machado (médico).

⁵¹ Foram quatorze livros de literatura lançados, dois deles póstumos: *Manipueira* (1934), *Ponta de rua* (1937), *Poço dos paus* (1938), *Mundo perdido* (1940), *Estrela do pastor* (1942), *Noite feliz* (1946), *Mar oceano* (1948), *O cruzeiro tem cinco estrelas* (1950), *O amigo de infância* (1959), *A rua e o mundo* (1962), *Dois de ouros* (1966), *A análise* (1989), *Nós somos jovens* (1997, póstumo) e *Pireu, ida e volta e outras crônica* (1997, póstumo).

também publicou livros na área do Direito. Destacando-se na área jurídica, esses feitos colocaram-no num rol de juristas de alcance nacional, com títulos até hoje reeditados. Em ambas as trajetórias, exemplares de uma gama de literatos de sua geração, a função docente no ensino superior ligado à atividade bacharelesca no Direito foi a mais estável, desenvolvida por décadas, adequando-se à estruturação institucional espaiada a partir dos anos 1950, quando da criação da Universidade do Ceará.

Antônio Girão Barroso⁵²

Nascido em Araripe (1914)⁵³, foi o terceiro de seis filhos de uma família de classe média. Seu pai exercia a profissão de inspetor de telégrafos, vivendo, então, de cidade em cidade, junto à sua mãe e irmãos. Dentre essas cidades, passou mais tempo em Icó e Iguatu, no centro-sul cearense. Nessa última, onde permaneceu até 1929, concluiu os estudos primários e teve uma experiência tipográfica⁵⁴. Foi em 1929 que chegou a Fortaleza, junto de seu irmão mais velho, Magdaleno Girão Barroso – que posteriormente escreveria em *VALOR* e se tornaria professor da Faculdade Direito do Ceará –, e com um amigo que vinha também de Iguatu, Humberto Teixeira, maior parceiro de Luiz Gonzaga na formulação do gênero musical de forró “baião”.

Em 1930 iniciou estudos no Liceu do Ceará, então dirigido pelo primo do seu pai, Hermínio Barroso. Lá conheceu Mozart Soriano Aderaldo. Em 1938, após concluir o curso de Perito Contador na Escola de Comércio Fenix Caixeiral, iniciou o curso Pré-Jurídico do Liceu do Ceará, onde conheceu Aluizio Medeiros. Esses dois seriam seus parceiros junto ao Grupo CLÃ, sendo esse último diretor do nº 0 da revista com Antonio Girão Barroso e João Clímaco Bezerra. Ainda nessa década, compôs suas primeiras funções junto ao Estado no setor de revisão da Imprensa Oficial, depois na redação do Departamento de Serviço Público e do Serviço de Cultura e Diversões Populares. Munido de saberes práticos de tipografia aprendidos no período em que morou em Iguatu, trabalhou à época do curso pré-jurídico como tipógrafo no jornal *Diário da Manhã*, por onde conheceu Mário Sobreira de Andrade, escritor da primeira geração modernista cearense.

Cursou Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará entre

⁵² Perfil elaborado com referência no material memorialístico e documental disponível no *site* mantido por seu filho e também intelectual, Oswald Barroso, disponível em: <<http://oswaldbarroso.com/antonio-girao-barroso-2/>>. Acesso em 26 jun 2019; na tese publicada por Viana (2017); e na biografia contida na obra de Nobre (1996).

⁵³ Faleceu em Fortaleza (1990).

⁵⁴ Na juventude editou vários jornais e revistas junto a amigos de escola e faculdade – quase sempre de poucos números –, dentre esses *Letras*, com Manoel Albano Amora, *Movimento*, com Aluizio Medeiros e *José*, o mais possante.

1940 e 1944. Durante a faculdade, participou do já comentado Centro Estudantil Cearense, entidade da qual Fran Martins também foi congregado. Nessa época passa a trabalhar nos Diários Associados e lecionar na Academia de Comércio Padre Champagnat, já em propriedade e direção de Martins Filho. Sua entrada nos Diários Associados se deu por convite do jornalista José Calmon, futuro deputado e senador pelo Espírito Santo, que à época trabalhava pela expansão do conglomerado de imprensa no Norte e Nordeste. Foi um dos fomentadores do lançamento do I Salão de Abril em 1943, quando participava de sua entidade promotora, a União Estadual dos Estudantes. Chegou a ser, posteriormente, presidente da SCAP entre 1947-1948.

Durante o período em que foi aluno do curso de Direito, participou ativamente tanto de entidades de representação estudantil, como as acima mencionadas, quanto de mobilizações culturais das mais emblemáticas àquele momento. Foi um dos principais articuladores do I Congresso de Poesia do Ceará, em 1942, inserindo-se desde o início nas atividades fundadoras do Grupo CLÃ – cooperativa editora e revista. Na revista *CLÃ* publicou poesia, crônicas, crítica literária e também foi um dos principais colaboradores de cinema, assinando a maioria das colunas sobre a temática.

Nos anos 1940 foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Direito do Ceará, permanecendo nestas até sua aposentadoria. Exerceu a docência no UFC em paralelo às atividades jornalísticas – inclusive sendo diretor de jornalismo da TV Educativa do Ceará (posteriormente chamada TV Ceará) a convite de Martins Filho – e à publicação de poemas em jornais e livros. Entre final dos anos 1940 e início dos 1960 exerceu as funções estaduais de chefe dos Serviços de Imprensa e de diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo. A nível federal, foi assessor de imprensa do Conselho Federal de Educação entre 1973-1976.

Ainda na década de 1930, lançou seu primeiro livro de poesias⁵⁵, *Alguns poemas* (1938), que foi também o primeiro editado na parceria entre o recém proprietário da Editora Fortaleza Martins Filho e o livreiro José Edésio de Albuquerque. O segundo livro veio em 1946, *Os hóspedes*, pela Edições CLÃ, também de poesias, mas dessa vez junto a Otacílio Colares, Aluizio Medeiros e Artur Eduardo Benevides. Lançou ainda *Novos poemas* (1950), *30 poemas para ajudar* (1964) – com Cláudio Martins e Otacílio Colares – e *Universos* (1972). Apesar de ter publicado também crônicas, sua produção consagrou-se pela verve

⁵⁵ Todos os seus livros publicados são: *Alguns poemas* (1938); *Os hóspedes* (1946) – com Aluizio Medeiros, Artur Eduardo Benevides e Otacílio Colares –, *Novos poemas* (1950), *30 poemas para ajudar* (1969) – com Cláudio Martins e Otacílio Colares –, *As artes plásticas no Ceará* (1970), *Modernismo e concretismo no Ceará* (1970), *Dois tempos* (1981) – com Inácio Almeida – e *Poesias incompletas* (1994) – póstumo.

poética modernista, sobretudo em razão do concretismo do qual fora o principal representante cearense em sua geração. Sua entrada para a Academia Cearense de Letras deu-se em 1964.

Assim como chamara atenção no caso de Martins Filho e Fran Martins, a proficiência com a qual lidava Antônio Girão Barroso com diversas áreas de atuação intelectual é informativa do perfil intelectual de amplitude, em fase anterior à especificação de atividades. Com um campo artístico ainda parco em estruturas institucionais, estes agentes ocuparam postos pioneiros. Vide o caso de Antônio Girão Barroso, que ao passo em que era um dos líderes das mobilizações por congressos de escritores nos anos 1940 também nesse mesmo período participou da organização de salões expositivos e associações de artes plásticas. Sua atuação profissional destacou-se junto à imprensa, trilhando longa trajetória junto aos Diários Associados e ativando-se também por meio de associações e sindicatos de jornalistas.

Artur Eduardo Benevides⁵⁶

Nascido em Pacatuba (1923)⁵⁷, cidade próxima a Fortaleza. Era o filho caçula de um coletor estadual e membro da Guarda Nacional, com participação política na cidade como chefe do Partido Conservador de Pacatuba. Teve formação escolar primária na cidade natal, seguindo à Fortaleza, onde concluiu os estudos no Liceu do Ceará. Realizou o curso Pré-Jurídico da mesma instituição, em seguida bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Ceará 1947. A essa altura já havia publicado seu livro de estreia, *Navio da noite* (1944) e a produção coletiva *Os hóspedes* (1946), com Aluizio Medeiros, Antônio Girão Barroso e Otacílio Colares, ambos de poesia⁵⁸.

Artur Eduardo Benevides foi um dos principais nomes a se destacar no I Congresso Cearense de Poesia (1942), ainda com dezenove anos, a partir dali integrando-se à geração que comporia o Grupo CLÃ. Assumiu a função de secretário da revista *CLÃ* entre os números 16-29 (1957-1988). Ao longo de toda a revista adotou escrita poligráfica, publicando poesias, contos, crônicas e crítica de artes em geral. Sua entrada para a Academia Cearense de Letras deu-se em 1957, onde chegou a ser presidente entre 1993-2004.

Em 1967 graduou-se em Letras pela UFC, de onde tornou-se professor titular de

⁵⁶ Para essa composição foram consultadas as seguintes referências: biografia de Moraes (2017); biografia presente na Antologia da Academia Cearense de Letras – edição de centenário/1994 (Disponível em: <http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/Colecao_Diversos/ACL_Antologia_1994/ACL_1994_43_Antologia_da_Academia_Cearense_de_Letras_Artur_Eduardo_Benevides.pdf>. Acesso em: 14 jul 2019); textos presentes nos livros de Azevedo (1976) e Nobre (1996).

⁵⁷ Faleceu em Fortaleza (2014).

⁵⁸ Na poesia foi onde manteve mais profícua produção, com mais de 30 obras publicadas.

Literatura Brasileira. Ocupou cargos diretivos em várias das instituições por onde atuou, notadamente na área de ensino superior. Foi diretor da Faculdade Católica de Filosofia, da Faculdade de Letras da UFC e do Centro de Humanidades da mesma universidade. Colaborou com vários jornais de Fortaleza, atividade intelectual de praxe em seu tempo. Junto ao Estado, foi oficial de gabinete da Secretaria de Agricultura e da Interventoria Federal no estado, além de diretor do Arquivo Público, do Museu Histórico e membro do Conselho Estadual de Cultura.

Recebeu vários prêmios locais e nacionais de poesia, sagrando-se o grande poeta de sua geração, já que em meio aos pares poetas foi quem mais se destacou com concentração nessa área. Em 1985 foi eleito o Príncipe dos Poetas Cearenses, comenda criada por Demócrito Rocha em 1925, através de consultas realizadas na *Revista Ceará Ilustrado*. Ao longo dos anos, a eleição contou com participação de várias agremiações intelectuais, tais quais Academia Cearense de Letras, Instituto do Ceará, Conselho Estadual de Cultura, Grupo Clã e Núcleo de Literatura da UFC, dentre outras. O título é detido por um único autor e de forma vitalícia. Sendo assim, Artur Eduardo Benevides foi antecedido, respectivamente, por Padre Antônio Tomás, Cruz Filho e Jáder de Carvalho. Em 2000 concorreu à vaga na Academia Brasileira de Letras, perdendo-a para Ivan Junqueira.

A trajetória de Artur Eduardo Benevides é uma clássica exemplar de intelectual de carreira literária consagrada que teve na universidade instituição garantidora de condições para o espraiamento de suas posições estéticas, formando gerações seguintes e assumindo cargos de gestão. A expansão e organização ocorrida após o aglutinamento das faculdades existentes com a criação da Universidade do Ceará em 1954 abriu vários postos de trabalho junto à docência, sendo a própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada na década de 1960, fruto desse movimento.

Eduardo Campos⁵⁹

Nasceu em Guaiúba (1923)⁶⁰, à época distrito de Pacatuba, ficando órfão de pai aos quatro meses e sendo, então, criado por um casal de tios por parte de sua mãe. Na cidade natal morou até os sete anos, rumando em seguida para Fortaleza. Sua socialização escolar

⁵⁹ Sua trajetória foi recomposta com base nas informações prestadas pelo site mantido em sua memória, que guarda importante acervo do escritor (Disponível em: < <http://www.eduardocampos.jor.br>>. Acesso em: 17 jul 2019); pela biografia contida na Antologia da Academia Cearense de Letras – edição de centenário/1994 (Disponível em: <http://www.academiacearensedeletas.org.br/revista/Colecao_Diversos/ACL_Antologia_1994/ACL_1994_24_Antologia_da_Academia_Cearense_de_Letras_Eduardo_Campos.pdf>. Acesso em: 19 jul 2019); e pelo livro de Nobre (1996).

⁶⁰ Faleceu em Fortaleza (2007).

primária e secundária se deu entre o Instituto São Luís, o Ginásio Fortaleza e o Liceu do Ceará. Em fins dos anos 1930 participou de experiências teatrais enquanto ator, junto com o primo Artur Eduardo Benevides. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1948.

Iniciou-se no rádio em 1942, quando, após concurso, teve uma experiência de trinta dias como locutor da Ceará Rádio Club, sendo então preterido em relação ao outro candidato concorrente (OLIVEIRA; SILVA, 2009)⁶¹. Somente retornou à rádio difusora em 1944, quando a Ceará Radio Club foi adquirida pelos Diários Associados na mesma empreitada de expansão comentada anteriormente, momento pelo qual Antônio Girão Barroso também fora absorvido pela empresa de mídia. No início dos anos 1950 assumiu, a convite de José Calmon, a direção artística da empresa, onde acumulava experiência como radioator e escritor de programas. Ao passo em que se envolvia inicialmente com a imprensa por meio do radialismo, participava das iniciativas dos “novos” do Ceará, que àquele momento promoviam o I Congresso de Poesia do Ceará e o I Congresso Cearense de Escritores (do qual foi secretário), ambos com ativa colaboração do então bacharelado pela Faculdade de Direito do Ceará.

Sua ascensão junto à imprensa cearense ocorreu sobretudo entre meados dos anos 1940 e o decênio seguinte, fase de expansão do rádio em que a atuação dos Diários Associados fora marcante no Ceará. Após dirigir artisticamente a Ceará Rádio Club, foi promovido à direção estadual dos Diários Associados em 1955, de acordo com Oliveira e Silva (2009), assumindo o posto de maior poder na comunicação cearense de então. Nesse ramo, seria responsável ainda pela entrada da televisão no estado, tendo sido diretor da TV Ceará a partir dos anos 1960. Foi, nesse sentido, um dos protagonistas do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no estado, participando também da fundação e direção de associações e sindicatos ligados à imprensa no Ceará. Nos Diários Associados chegou ao topo quando conselheiro executivo do Condomínio Acionário que controla o conglomerado. Foi membro do Conselho Universitário da Universidade Federal do Ceará entre 1966-1979. No Estado, assumiu a Secretaria de Cultura e Desportos nos governos Virgílio Távora (1979-1982) e Manoel Castro (1982 -1983). Também fez parte do Conselho Estadual de Cultura.

Sua produção literária começou pelo conto, tendo sido seu primeiro livro, *Águas*

⁶¹ De acordo com Oliveira e Silva (2009), em análise de entrevistas do escritor, nesta oportunidade Eduardo Campos saiu-se desfavorável por uma decisão política de Dermival Costalima, à época diretor da Ceará Rádio Clube, que o identificou como integralista. Eduardo Campos, então, fora confundido com primos seus que se manifestavam militantes integralistas, sendo que ele e seu primo Artur Eduardo Benevides jamais haviam se aproximado da ideologia, segundo afirma o escritor.

Mortas (1943), obra editada junto à primeira leva de publicações das Edições CLÃ, a cooperativa editora que então estreava. Destacou-se sobretudo no teatro, sendo um dos autores mais encenados do estado, ganhando também diversas produções fora deste. Publicou muitas de suas peças e contos por meio da revista *CLÃ*. Foi membro da Academia Cearense de Letras, a qual presidiu entre 1965-1974, e do Instituto do Ceará, presidindo-o de 2003 a 2007.

Marcadamente influente na área da comunicação, Eduardo Campos foi um dos principais nomes da mídia local no século XX, participando muito de perto do processo de estruturação do rádio e, posteriormente, da TV no Ceará. Paralelamente, envolveu-se de forma central nas mobilizações que conformariam a elite intelectual do estado em meados da centúria passada, quando aproximou-se dos novos “homens de letras” que à época organizavam congressos para discussão do papel do escritor e fundavam iniciativas de difusão e valorização da produção escrita local em paralelo à criação de instituições responsáveis pela mediação da produção simbólica. Como vimos, empreendimentos estes que os consagraram perante a história intelectual do Ceará no século XX.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surgiu a partir de inquietações a respeito do estabelecimento de certos cânones intelectuais cearenses envoltos nas reconhecidas mobilizações culturais da Fortaleza dos anos 1940. Reunindo nomes sempre relacionados a obras de grande vulto para setores como educação, cultura e imprensa, tais como universidades, editoras, órgãos de Estado, jornais, rádio e TV, a geração responsável pela inicial estruturação de um campo de circulação simbólica no Ceará foi aqui estudada sobretudo a partir do exame de suas primeiras movimentações de aglutinação intelectual, as quais fundamentaram tanto escolhas estéticas como estratégias de atuação frente às demandas dos componentes de grupos artísticos e políticos.

Nesse sentido, ao passo da realização da pesquisa e da escrita textual, sobressaiu-se a importância das experiências editoriais que marcaram diversas das trajetórias dentre aqueles agentes. Enquanto suporte para a publicação de obras artísticas e posicionamentos no espaço social, os empreendimentos consecutivos das revistas *VALOR* e *CLÃ* serviram tanto como (1) elementos difusores das ideias e mediadores do relacionamento dos intelectuais cearenses com os principais centros de produção cultural do país (2) quanto como plataforma de registro das sociabilidades intensamente vividas no âmbito da circulação de agentes e obras naquele período. Não à toa, pelas páginas dos periódicos é possível percorrer não só textos de importância estética e crítica para o que ficou compreendido como um momento de afirmação modernista nas artes cearenses, mas também posicionamentos políticos e atividades de intervenção fundamentais como foram os congressos de escritores ora examinados.

A produção intelectual em análise apontou para algumas das principais estratégias de posicionamento no campo cultural mobilizadas pelo grupo de agentes. A conformação dessas coletividades empenhadas na colocação de interesses culturais, isto é, orientados racionalmente à lida com objetos e demandas de cunho simbólico, se deu principalmente demarcando um contexto geracional. A “geração de 1940”, como ficou conhecida, entretanto, começou a moldar-se já no final da década anterior, quando além de encontrarem-se muitos de seus partícipes por meio da formação superior alicerçada na Faculdade de Direito do Ceará, configuravam sua entrada ao universo da produção letrada por meio da empreitada editorial levada a cabo junto à Editora Fortaleza – seja a partir da edição de livros dos novatos ou pela circulação de seus escritos através revista *VALOR*. Mediante tais encontros e as estratégias adotadas tendo em vista suas posições de intelectuais provincianos, estes lograram êxito ficando suas trajetórias reconhecidas pelo domínio da legislatura em termos culturais no

Ceará a partir de então.

A década de 1940 comportou não só o início das atividades do mais importante grupo intelectual de meados do século XX no estado, o CLÃ, mas também uma série de atividades delineadoras do posicionamento dos intelectuais do período e que foram importantes para o fomento das principais intervenções travadas pelas décadas seguintes. Se durante o 1º Congresso Cearense de Poesia (1942) fortalecia-se o ideário modernista de arte nacional engajada aos desafios da humanidade vista em meio ao conflito mundial, no subsequente 1º Congresso Cearense de Escritores (1944), ambiente de discussão focalizada no “local do escritor de província” e suas possibilidades de profissionalização, surgia o embrião do que seria anos mais tarde a primeira secretaria de cultura a nível estadual no país (1966), expressão da demanda pelo papel do Estado na viabilização de uma complexa e relativa autonomia artística. Também nesse contexto, a realização do Salão de Abril (com seu primeiro evento em 1943), fruto da agitação nas artes plásticas que naquele momento fundou a SCAP (1944), passa à responsabilidade do Estado em 1964, década em que a noção de gerência estatal sob a produção cultural fortalecia-se, recorte introdutório das políticas culturais oficiais implementadas pelo regime militar a partir dali.

Cabe chamar atenção também a alguns aspectos apresentados regularmente no que diz respeito à origem social e socialização escolar básica e acadêmica dos agentes pesquisados. As trajetórias sociais desses cinco personagens são tidas como informantes das condições de possibilidades de carreiras intelectuais em meio às constrições diversas que se punham em jogo pelo lugar de escritor provinciano que ocupavam. Oriundos de classe média interioranas, ao adentrarem o espaço social da capital em um costumeiro roteiro de migração, foram – quase sempre – formados pela principal instituição de ensino básico do estado, o Liceu do Ceará, que comportava em seu quadro de professores intelectuais já reconhecidos. A escola, que oferecia à época curso “pré-jurídico”, preparava-os para a entrada na instituição de ensino superior que era alvo por certo daqueles que se achavam inclinados à lida com as letras, a Faculdade de Direito do Ceará⁶².

A formação bacharelesca em Direito fornecia não só a preparação intelectual melhor ofertada no estado, como também disponibilizava ao seu corpo discente uma importante rede de relações sociais que, recorrentemente, punham em funcionamento os

⁶² A Faculdade de Direito era a mais tradicional instituição de ensino superior do estado, criada em 1903, por ela passando a imensa maioria dos intelectuais do Ceará desde então. Cabe, no entanto, observar o lugar ocupado pela Faculdade de Ciências Econômicas para a geração dos anos 1940. Muitos dos agentes abordados na pesquisa faziam sua incursão docente no ensino superior – após bacharelados em Ciências Jurídicas e Sociais – por esta última, que, criada em 1938, vivia seus anos fundamentais de estruturação.

mecanismos de oferta de agentes qualificados às demandas do Estado em diversos setores burocráticos e de lida com assuntos simbólicos. Nesse sentido, perpassam as trajetórias de vários dos agentes envolvidos no Grupo CLÃ suas relações com o interventor federal Menezes Pimentel, que ocupara o cargo máximo de liderança política no Ceará entre 1935 e 1945 e anteriormente dirigira a Faculdade de Direito. Naquele contexto, fora ele o responsável por fomentar a interação de vários novos intelectuais a setores da elite cultural e social cearense, inclusive os direcionando a cargos burocráticos no aparelho estatal.

No roteiro de consagração desses intelectuais – após período de acúmulo de capitais sociais junto ao corpo docente e discente da faculdade – estava a passagem pelas tradicionais agremiações científicas e culturais Instituto do Ceará e Academia Cearense de Letras. Cumprindo reconhecer “os novos”, como se chamavam aqueles que trabalhavam pelo protagonismo nas letras cearenses ao empreender renovações estéticas e encamparem projetos de valorização e reconhecimento da profissão de escritor, tais instituições foram distribuidoras e mantenedoras dos capitais relativos ao poder de legislação cultural, cabendo-lhes além da confecção de distintivos também a conservação de suas biografias para a história dos intelectuais do Ceará.

Em terra parca de condições materiais, onde a própria confecção de um mercado consumidor de letras era refreada pela amplitude do analfabetismo entre a população, tais agentes foram pioneiros na criação das estruturas de reprodução simbólica e mediação cultural pelas quais passaram ao protagonismo: seja por meio da consolidação de um ambiente universitário, pela criação de departamentos de Estado para lida com assuntos culturais ou mesmo através do desenvolvimento do mercado de comunicação de massa a partir de setores de imprensa compostos por jornais impressos, rádio e TV.

Em meio à ampla capilaridade dos textos de cunho regionalista – tanto em termos de literatura quanto de estudos científicos nas áreas de humanidades – ao redor dos anos 1930, destaca-se principalmente o sentido de universalidade proposto pelo conjunto de agentes organizados no grupo CLÃ. Não se subscrevendo apenas ao lugar-comum de expoentes de uma estética regionalista que dominava a produção literária nas províncias, defendiam o falar sobre sua terra enquanto falar sobre o próprio Brasil. O universal, que aqui é sobretudo o nacional, é tensionado, em última instância, e tem seus limites alargados pela noção de que o contributo intelectual localizado distante dos centros metropolitanos de produção cultural do país fala também sobre este todo imaginado. Nesse sentido, o lema sob o qual foi fundado um dos principais empreendimentos de ordem cultural do grupo, a Universidade do Ceará, é exemplar dessa pretensão: “O universal pelo regional”.

REFERÊNCIAS

ADERALDO, Mozart Soriano. Grupo CLÃ – 40 anos. **Revista da Academia Cearense de Letras**, Fortaleza, ano 86, nº. 42, p. 7-11, 1981.

AZEVEDO, Sânzio de. **Literatura Cearense**. Fortaleza: Publicação Academia Cearense de Letras, 1976.

_____. Resgate de um periódico. In: MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. **CLÃ: trajetórias do modernismo em revista**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

BARATTA, Mário. De como deve ser visto o binômio CLÃ – SCAP. **CLÃ**, Fortaleza, ano 40, nº 29, p. 69-71, 1988.

BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e Cultura no Brasil**. Ijuí: Unijuí, 1998.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. **Dados**, 2010, v. 53, nº. 4, p. 889-919.

BÉRA, Matthieu; LAMY, Yvon. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Edições SESC, 2015.

BEZERRA, Carlos Eduardo. **Fran Martins**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean (Org.). **Problemas do Estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. Gênese histórica de uma estética pura. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989a. p. 281-298.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989b. p. 17-58.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

_____. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus Editora, 1996b. p. 137-156.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

_____. O mercado dos bens simbólicos. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013a, p. 99-181.

_____. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013b.

_____. Apêndice I: Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013c.

BRAGANÇA, Aníbal. Uma introdução à história editorial brasileira. **Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias**, Vol. XIV, II série, 2002, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (Portugal), p. 57-83.

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura de ferro no Ceará. In: FABRIS, Annateresa (Org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987, p. 209-255.

CAVALCANTE, Geová Lemos. Cinco centenários. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 127, p. 391-412, 2013.

CONGRESSO CEARENSE DE ESCRITORES, I. **Afirmção**. Anais do I Congresso Cearense de Escritores. Fortaleza: Edições CLÃ, 1947.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 6ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FREIRE, C. Renato Araújo. **O quebra-quebra de 1942**. Um dia para lembrar. 2014. 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA. **Memória histórica**: Antônio Martins Filho, personalidade do povo. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 1991.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia dos Santos (Orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOUVÊA, Leila V. B. **Cecília em Portual**: ensaio biográfico sobre a presença de Cecília Meireles na terra de Camões, Antero e Pessoa. São Paulo: Iluminuras, 2001.

LEAL, Ângela Barros. **Fran Martins**: o escritor e o mundo. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2014.

LEÃO, Andréa Borges. A Revista VALOR e a Editora Fortaleza - o percurso editorial de Antônio Martins Filho. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; BEZERRA, José Arimatea Barros; ARAÚJO, José Edvar Costa; OLIVEIRA, Joan Édessom. (Orgs.). **História da Educação - instituições, protagonistas e práticas**. Fortaleza: LCR, 2005, p. 246-259.

LINHARES, Francisco D. B. **Escritores, congressos e meio intelectual em Fortaleza (1942-1946)**. 2018. 101f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MARQUES, Rodrigo de Albuquerque. **A nação vai à província**: do romantismo ao modernismo no Ceará. 2016. 173f. – Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Fortaleza, 2015.

_____. **Literatura Cearense**: outra história. Fortaleza: Editora Dummar, 2018.

MARTINS FILHO, Antônio. **Memórias**: menoridade. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1991.

_____. **Memórias**: maioridade. Tomo I. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 1993.

MATO, Daniel. Todas as indústrias são culturais: crítica à ideia de “indústrias culturais e

novas possibilidades de pesquisa. **Revista Matrizes**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 173-191, abr. 2008.

MAUGER, Gérard. Autonomia e homologia dos campos. In: CATANI, A. M. et al. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 45-48.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio de. **Martins Filho de corpo inteiro**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2004.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45). In: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001a, p. 69-291.

_____. Poder, sexo e letras na República Velha. In: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001b, p. 13-68.

_____. Biografia e Cooptação (O Estado Atual das Fontes para a História Social e Política das Elites no Brasil). In: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001c, p. 345-356.

_____. A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013, p. I-LXI.

MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. **CLÃ: trajetórias do modernismo em revista**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

_____. **Artur Eduardo Benevides**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2017.

NOBRE, Francisco Silva. **1001 cearenses notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará, 1996.

NOBRE, Thiago S. "**Geração Moça Desta Gleba**": Movimento intelectual de Clã e a consolidação do Campo Literário de Fortaleza na década de 40. 2013. 88f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

NOGUEIRA, Claudio M. M. Agente. In: CATANI, A. M. et al. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 26-28.

OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUZA, Simone de; Neves, Frederico C. **Intelectuais**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.

OLIVEIRA, J. M. ; SILVA, Erotilde Honório . As Memórias de Eduardo Campos e a sua atuação no rádio Cearense. In: Luciano KLöckner; Nair Prata. (Orgs.). **História da mídia sonora: Experiências, memórias e afetos de Norte ao Sul do Brasil**. 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 265-281.

ORTIZ, R. A procura de uma sociologia da prática. In: _____. (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, n. 39, p. 7-37.

_____. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. Imagens do Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 28, n.3, p. 609-633, 2013.

PASSIANI, Enio. Figuras do intelectual: gênese e devir. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, nº

47, jan/abr 2018, p. 16-47.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

PONTES, Heloísa. **Destinos mistos**: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RODOLFO, Renato Mesquita. De autor a editor: a trajetória de Martins Filho e as relações entre intelectuais e Estado no Ceará (1937-1955). In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. **Anais...** Brasília: AMPUH, 2017.

RODRIGUES, Kadma Marques. **As cores do silêncio**: *habitus* silencioso e apropriação de pintura em Fortaleza (1924-1958). 2006. 230f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2006.

SAPIRO, Gisèle. Elementos para uma história do processo de autonomização: o exemplo do campo literário francês. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 93-105, jun. 2004.

_____. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **Revista Pós Ciências Sociais**, UFMA, v. 9, n. 17, p. 19-50, 2012.

SILVA, Anderson de Sousa. **O Salão de Abril em dois momentos**: Sociedade Cearense de Artes Plásticas (SCAP) e Prefeitura Municipal de Fortaleza (1944-1970). 2015. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SOUSA, Maria da Conceição. “VALOR” (Estudo Histórico-bibliográfico). **Aspectos**, Secretaria de Cultura do Ceará, nº 2, ano II, p. 181-237, jan.-jun. 1968.

SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico C. **Intelectuais**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.

VIANA, Carlos Augusto Pereira. **Antônio Girão Barroso**: uma biografia fragmentada e dispersa de um poeta e educador. 2017. 169f.– Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UnB, 2012, v. 1.